

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

***KUAILOUS* ou *PO TAU YA*.**
IMAGENS NO FEMININO SOBRE OS PORTUGUESES
EM MACAU

João Laurentino Neves

Mestrado em Relações Interculturais

2015

UNIVERSIDADE ABERTA



***KUAILOUS* ou *PO TAU YA*.
IMAGENS NO FEMININO SOBRE OS PORTUGUESES
EM MACAU**

João Laurentino Neves

**Mestrado em Relações Interculturais
Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Doutora Joana Miranda**

2015

RESUMO

Tendo Macau por contexto, quinze anos após a transferência da sua administração para a República Popular da China e cinco séculos de presença portuguesa, o estudo efetua uma abordagem às representações e estereótipos sociais dos portugueses, a partir de um inquérito a cento e setenta e cinco mulheres chinesas desta Região Administrativa Especial (RAEM).

Tendo como marcos conceptuais a Teoria das Representações Sociais, de Moscovici, e a Teoria da Identidade Social, de Tajfel, o estudo procura explicitar os saberes sociais construídos por esse grupo de referência, determinantes na forma como se processa a comunicação e a interação grupal com portugueses e âncora para a construção de estereótipos com os quais esses processos são simplificados, mas também enviesados.

Antevendo-se, num horizonte não muito longínquo, decisões quanto à manutenção do princípio “um país, dois sistemas”, que viabiliza a preservação de marcas portuguesas (como a língua) e uma abertura especial à presença de portugueses em Macau, a compreensão das imagens e metáforas sobre esta comunidade constitui estratégia relevante para a perspetivação, no presente como no futuro, das relações intergrupais que a envolvem.

O estudo conclui que as representações sobre os portugueses são, no essencial, de pendor positivo e exibem uma abertura à proximidade social e à participação desta comunidade nas dinâmicas sociais da RAEM. Mas assinala também áreas de potencial maior conflitualidade na defesa, pelo endogrupo, de áreas vitais de afirmação dessa nova ordem social pós- transferência.

Palavras-chave: Representações sociais, estereótipos, portugueses, Macau

ABSTRACT

Having Macau as its background, 15 years after the handover to People's Republic of China and 5 centuries of Portuguese presence, the research approaches social representations and stereotypes on Portuguese, focusing on the information gathered through an inquiry applied to 175 Chinese women of Macau Special Administrative Region.

Bearing Moscovici's Social Representations Theory and Tajfel's Social Identity Theory as its conceptual landmarks, the research aims to explore the social knowledge built by this reference group, which displays a crucial role in the way communication and intergroup relations with Portuguese are carried on and also as an anchor for the stereotypes with which these processes are simplified and biased.

Important decision-making processes regarding the permanence of the "one country, two systems" principle will be held in some years to come. This principle favours the preservation of Portuguese vestiges (such as the language) and propitiates the presence and participation of Portuguese in Macau's social structure. To better understand the images and metaphors that are being built on this community might be a suitable strategy in order to put in perspective intergroup relations involving this community, in present times as in future.

The study concludes that representations on Portuguese tend to assume a positive trend and display the reference group's openness to social proximity. Even more, it shows ingroup's willingness to the participation of the Portuguese in Macao's new social dynamics. However, it also signals areas of greater potential intergroup conflict, regarding specially those where key interests of the ingroup, deriving from the new post-handover social order, might be at stake.

Keywords: Social representations, stereotypes, Portuguese, Macau SAR.

*Caminhante, as tuas pegadas
são o caminho, nada mais.*

*Caminhante, não há caminho!
O caminho faz- se ao andar.*

António Machado, 1898

Agradecimentos

Suscitaram as circunstâncias que as ideias desta dissertação se registassem no papel em três locais – Macau, Portugal e Cabo Verde. Como tantas vezes acontece, o acaso carregará uma aparente significância e simbolismo. Por estes três locais se fez, de facto, parte considerável desse caminho que vamos caminhando e é por isso motivo de grande satisfação que possamos, também dessa forma, ter participado neste momento de particular significado desse percurso.

Cabo Verde, a terra que, como vem fazendo a gerações de lutadores contra o destino, a *vontade de ferro pô na nha peito*, ofereceu-nos também uma família de afetos a quem agradecemos a amizade. Também se ser de onde se está permitiu-nos participar de outras formas de ler vida e de a questionar, na arte, no saber ou na *sabura* da conversa na Prainha, na Tchada Mato ou na Cova do Minhoto, às quais este trabalho é certamente devedor.

Ainda que dele ausentes há tantos anos, Portugal é a casa. A nossa e a da família cujo sangue herdámos, assim como daquela que fizemos nosso também. Ao pai João e à mãe Graça, por tudo e pelo exemplo de trabalho abnegadamente duro e sério que nos inspira. Renovamos no abraço forte que trocamos o agradecimento desta vida que nos deram e que nos trouxe também um pai João e uma mãe Dulce. Não assistirão de perto a este momento que lhes é igualmente devedor no estímulo e na busca do saber que cultivavam, agradecimento que registamos no silêncio da ausência.

Finalmente, Macau, onde um novo e complexo desafio profissional forneceu o objeto da pesquisa. Mais importante, e acima de tudo, porque aqui está agora o esteio que une e traz sentido aos espaços e a nós próprios. Esse núcleo essencial onde habitam as cumplicidades mais edificantes e as emoções mais profundas. À João, por todos os dias assim construídos e vividos. Nessa (re)união encontramos o impulso de fazer mais e melhor. Ao Rodrigo e ao Bernardo, que, nas suas tropelias, transportam em si o futuro de todas as expectativas. Oxalá recolham o melhor que tivermos para dar e façam bem o seu caminho.

Não podemos terminar sem acrescentar uma nota final, registando e agradecendo o valioso contributo que nos foi prestado em momentos do trabalho pela Paula,

cujo apoio, estímulo e disponibilidade reiterou uma amizade longa e especial; pela mana Guiomar, pelo apoio de sempre, e pelos manos, companheiros até sempre; pelo Júlio Martins, que transformou a imprescindível e impressionante sabedoria estatística em gesto de amizade.

A finalizar, o agradecimento aos docentes do Mestrado, pelas novas perspetivas que abriram, e, de modo muito particular, à nossa orientadora, Prof. Doutora Joana Miranda, que a isso adicionou a prestimosa orientação e acompanhamento.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

1. Justificação do tema	...	2
2. Relevância do estudo	...	6
3. Objetivos	...	8
4. Organização do trabalho	...	8

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

1. Contextualização do Estudo	...	14
1.1. A “Questão de Macau”: de 1554 à transferência de 1999	...	16
1.2. História e representações sociais	...	23
1.3. A comunidade portuguesa em Macau	...	27
1.4. Língua e Poderes	...	31
1.5. Das relações entre portugueses e chineses	...	34

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Representações sociais e estereótipos	...	40
2. Moscovici e a Teoria das Representações Sociais	...	41
2.1. As representações coletivas de Durkheim	...	42
2.2. Do coletivo ao social	...	44
2.3. Representar para tornar familiar	...	47
2.4. A ancoragem e a objetivação como mecanismos sócio-cognitivos	...	51
2.5. Themata e os saberes primitivos	...	54
2.6. O senso comum como fonte das representações	...	55
3. Tajfel e a Teoria da Identidade Social	...	56
3.1. A identidade social	...	57
3.2. A categorização social	...	60
3.3. Estereótipos sociais	...	62
3.4. Funções dos estereótipos sociais	...	64
3.5. Mudança social e conflito intergrupai	...	66

CAPÍTULO III – QUADRO METODOLÓGICO

1. Quadro metodológico	...	70
2. Objeto do estudo	...	70
3. Tipo de estudo	...	71
4. Questão de partida	...	73
5. Hipóteses	...	74
6. População e amostragem	...	75
7. Variáveis em estudo	...	77
8. Instrumentos de recolha de dados	...	79
9. Procedimentos éticos	...	84
10. Procedimentos na recolha de dados	...	84
11. Procedimentos no tratamento dos dados	...	85

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE DADOS

1. Modelo de análise	...	88
2. Análise dos dados	...	89
2.1. Contactos com o exogrupo	...	89
2.2. Estereótipos do exogrupo (portugueses) e do endogrupo	...	91
2.3. Atitudes e preconceitos em relação ao exogrupo	...	96
2.4. Distância social em relação ao exogrupo (portugueses)		100
2.5. Dimensões de valorização do exogrupo	...	105
2.6. Dimensões de valorização de vestígios do exogrupo	...	110
3. Discussão dos resultados	...	118

CAPÍTULO V – CONCLUSÃO

1. Conclusões	...	134
---------------	-----	-----

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia	...	142
2. Infografia	...	147

ANEXOS

Anexo A	Instrumento de recolha de dados (inquérito 1 – CH-PT)	...	150
Anexo B	Instrumento de recolha de dados (inquérito 2 - Chinês)	...	153

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

GRÁFICOS

1.1.	População de Macau por nacionalidade, 1981-2011	...	28
1.2.	Efetivos portugueses na Administração Pública	...	30
1.3	Língua corrente da população de Macau, 1981-2011	...	32
4.1.	Importância dos portugueses face a outras comunidades	...	105
4.2.	Importância para o ambiente social, económico e cultural atual de Macau	...	110

QUADROS

3.1.	Composição da amostra	...	77
3.2.	Variáveis independentes	...	79
4.1.	Frequência do contacto com portugueses	...	90
4.2.	10 traços sobre portugueses com maior frequência	...	92
4.3.	10 traços por naturalidade – China e Macau	...	93
4.4.	10 traços sobre portugueses por idade	...	94
4.5.	10 traços sobre portugueses por profissão	...	95
4.6.	Nível de positividade dos 10 traços atribuídos aos portugueses	...	95
4.7.	Distribuição das variâncias pelas variáveis independentes P.11	...	97
4.8.	Distribuição das variâncias pelas variáveis independentes P.12	...	98
4.9.	Comparação de médias contacto social vs. avaliações do exogrupo	...	99
4.10.	Índice de Proximidade Social - comparação de medidas	...	102
4.11.	Distribuição variância para as variáveis independentes	...	103
4.12.	Comparação de médias Proximidade social vs. Contacto social	...	104
4.13.	Distribuição variâncias pelas variáveis independentes P.13	...	106
4.14.	Comparação de médias P.13 vs. Contacto social	...	107
4.15.	Concessão de autorização de residência e trabalho	...	108
4.16.	Ocupação, por portugueses, de cargos de direção e chefia	...	109
4.17.	Cruzamento entre os itens 8 (Concorda com...) e 9.10 (Não ter problemas em...)	...	110
4.18.	Importância da presença até 1999 para o atual ambiente social, económico e cultural de Macau	...	111

4.19. Marcas da presença portuguesa na RAEM	...	112
4.20. Português como língua oficial (Idade e Naturalidade)	...	114
4.21. Português como língua oficial (profissão)	...	115
4.22. Motivação para aprender português	...	115
4.23. Português como língua obrigatória (idade)	...	116
4.24. Português como língua obrigatória (profissão)	...	117
4.25. Razões pelas quais o Português é pouco falado	...	118

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

BIR	(Bilhete de Identidade de Residente)
DSEC	(Direção de Serviços de Estatística e Censos)
EPM	(Escola Portuguesa de Macau)
GAES	(Gabinete de Apoio ao Ensino Superior da RAEM)
IACM	(Instituto dos Assuntos Cívicos e Municipais)
IPOR	(Instituto Português do Oriente)
LP	(Língua Portuguesa)
PLE	(Português como Língua Estrangeira)
RAEM	(Região Administrativa Especial de Macau)
RPC	(República Popular da China)
SAFP	(Serviços da Administração e Função Pública da RAEM)
TIS	(Teoria da Identidade Social)
TNR	(Trabalhadores não residentes)
TR	(Trabalhadores residentes)
TRS	(Teoria das Representações Sociais)

INTRODUÇÃO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESTERÉOTIPOS DOS PORTUGUESES NAS MULHERES CHINESAS DE MACAU

1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Vivemos no século que Castles (2005) designou como o da mobilidade, congregando nesse conceito dois tipos de fenómenos. Por um lado, o crescimento e as alterações verificadas aos paradigmas tradicionais dos movimentos migratórios, com o incremento do transnacionalismo. Por outro, recorrendo a Castells (1996), a alteração, impulsionada pela globalização, da concepção espacial do mundo, de um “espaço de locais” para “um espaço de fluxos” (p.49). A um e a outro se associam novas dinâmicas políticas, económicas e sociais nas relações entre os povos e no interior das próprias comunidades.

Esta intensificação de ambientes propiciadores de mudança é também acompanhada pelo que Neulip (2005, p.28) refere como a necessidade de atenuar o nervosismo e a ansiedade causados pelo aumento do sentimento de incerteza sobre o Outro, gerado pela diversificação das diferenças culturais e sociais no interior de uma comunidade.

Ganharam, por consequência, uma importância e relevância acrescidas nas últimas décadas os estudos sobre as relações intergrupais e, em particular, aqueles que se centram no papel das representações sociais como conhecimento socialmente partilhado entre os elementos de um conjunto social (Jodelet, 2001).

Em paralelo, continuam igualmente a ser de grande relevância os estudos sobre os estereótipos sociais, como expressão de processos de categorização social neles desenvolvidos (Tajfel, 1982). Os contributos que ambos fornecem apoiam a compreensão do modo como a pressão da mudança e a preservação da estabilidade são geridas pelos indivíduos e pelos grupos sociais que integram, bem como na interação entre estes.

Têm, nesse contexto, diversos e importantes trabalhos de investigação no nosso país centrado aí o seu objeto. Em particular, nas representações e nos estereótipos sociais de diversas minorias étnicas, com origem em processos migratórios mais ou menos recentes, que integram hoje a sociedade portuguesa.

Por via deles, tornaram-se próximos vários quadros sócio-cognitivos que os portugueses elaboram sobre o Outro, bem como algumas atitudes e comportamentos que lhe surgem associados.

Menos comuns são, no entanto, os trabalhos sobre comunidades de portugueses no exterior, nomeadamente sobre o conhecimento social sobre eles construído em contextos onde constituem eles próprios um grupo étnico minoritário.

Particularmente, quando a presença dessa comunidade de portugueses ocorre num contexto pós-colonial, ou de formas de dominação exercidas por Portugal que muito se aproximaram de um regime dessa natureza, e que apenas foram objeto de alteração no último quartel do século passado.

A uma forte dependência da memória que as representações sociais exibem, a qual lhes confere a solidez que as salvaguarda de mudanças súbitas e assegura a sua estabilidade face aos novos eventos (Moscovici, 2000), juntam-se, nestes novos contextos da presença de portugueses, fortes fatores de mudança na ordem social, decorrentes dos recentes reajustamentos ocorridos e em curso.

Sendo mais escassos, assumem, por essa razão, um interesse reforçado os estudos de visões sobre os portugueses e sobre a forma como são construídas as relações intergrupais envolvendo essa comunidade no quadro dessas novas realidades sócio-políticas. Trabalhos cuja centralidade e objetivo apontam para a compreensão da interação que com ela mantêm os grupos das (agora) sociedades de acolhimento, já não apenas majoritários (como efetivamente já o eram no passado), mas com novos poderes legitimados por uma nova ordem social.

Macau apresenta, neste campo, um interesse particular.

Os portugueses chegam ao delta do Rio das Pérolas no séc. XVI e estabelecem, ao longo de 500 anos, uma presença marcada por forte especificidade comparativamente a outros contextos onde ela assumiu idêntica dimensão temporal.

Nos contornos dessa presença se escudou uma determinada organização social no território, bem como as relações intergrupais que dela decorreram, envolvendo portugueses e chineses.

Da profunda alteração do estatuto político-jurídico de Macau ocorrida em 1999, também ela de contornos particulares, decorre igualmente, e por consequência, uma alteração profunda na estrutura social, com implicações nas relações entre essas duas comunidades.

De facto, assinalaram-se em 2014 quinze anos sobre a transferência da administração do território e a criação da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (RAEM), encontrando-se consolidado um novo quadro político e social.

Tendo em conta estas duas situações, afigura-se relevante, sob vários prismas, uma pesquisa sobre representações e estereótipos sociais dos portugueses presentes nas relações intergrupais atuais entre cidadãos chineses de Macau e portugueses.

Não apenas como informação para essa comunidade de portugueses, que viu juntar-se àqueles que decidiram ficar após a transferência novos movimentos migratórios mais recentes. Também, num quadro mais abrangente, como elemento a considerar em possíveis estratégias de reforço da comunicação intergrupala e intercultural.

Sobretudo se se considerar que sobre as atuais disposições jurídico-políticas consignadas na Lei Básica da RAEM, as quais traduzem o princípio de “um país dois sistemas”, gizado por Deng Xiao Ping (e que abre margem à manutenção de uma presença portuguesa, em sentido lato), pendem, num futuro já não muito distante, decisões com relevo para essa comunidade.

Decisões que serão, sem dúvida e em primeira instância, escoradas nas estratégias político-económicas que a República Popular da China e a RAEM definirem para lá de 2049, mas para as quais poderá, de algum modo, concorrer o conhecimento social sobre os portugueses, organizado sob a forma de representações sociais.

Ora, também aí pouco se conhece para lá do discurso oficial sobre a comunidade dos portugueses, que, não esquecendo uma palavra sobre a sua importância, incide mais (e não poucas vezes se esgota) na abertura de Macau à sua presença e no desejo de harmonia multicultural que constitui o desígnio governativo¹.

Das possibilidades que se colocavam à recolha dessa informação, recaiu a seleção sobre um grupo específico – o de mulheres de etnia chinesa de Macau - conferindo desse modo à pesquisa uma dimensão de género.

Como assinala Miranda (2014), no seio das cidades coexistem vários discursos e narrativas que concorrem entre si. Por razões que assemelham Macau a outros contextos sociais, a prevalência de um discurso no masculino tende a deixar espaço reduzido a outras narrativas. A esse facto não é alheia a menor presença e ação de mulheres nas estruturas responsáveis pela geração e formatação do próprio discurso social e das visões que este encerra e traduz.

Decorre, de modo significativo, a identidade social deste grupo da sua pertença ao grupo étnico maioritário de referência na sociedade de Macau, o que seria, por si, factor bastante.

Assume ainda a pesquisa que, constituindo as mulheres 52% da população de Macau, 51,8% daquela que detém um grau de ensino superior e representando uns crescentes 48,3% da população ativa (excluídos os Trabalhadores Não Residentes - TNR)², essa identidade encerra igualmente uma dimensão específica (e um discurso específico) que resulta da pertença a este grupo particular, cuja afirmação social vem conhecendo alguns relevantes avanços³.

¹ O teor da intervenção do Chefe do Executivo da RAEM, Dr. Chui Sai On, nas comemorações do 10 de junho de 2013 é disso exemplo. Os portugueses são “parte inseparável” da sociedade de Macau e devem continuar a “consolidar e a desenvolver a singularidade de Macau no que respeita à diversificação de culturas, promovendo a harmonia entre as comunidades, empenhando-se na construção de uma RAEM mais brilhante” (TDM, 2015). Curiosamente, no seu primeiro mandato de 5 anos, nenhum dos seus 202 discursos oficiais foi feito em português, ao contrário do seu antecessor, e mais de metade (116) não teve tradução integral na 2ª língua oficial da RAEM (Silva, 2015).

² DSEC (2012)

³ Na conferência que efetuou por ocasião do Dia da Mulher, a investigadora Agnes Lam referia-se ao facto de que apenas após o ano de 2000 as mulheres começaram a surgir nos média locais em matérias não focalizadas no seu papel social de mãe e de mulher/cônjuge (Silva, 2015a)

Um facto a indiciar igualmente que, de modo certamente progressivo, os processos de tomada de decisão com maior pertinência para a comunidade de portugueses de Macau e a interação social passarão por este grupo e pelas visões em que participa e que constrói.

É, pois, na descrição desses saberes sociais relativamente aos portugueses na atualidade em Macau, das imagens que acompanham a sua presença no território no novo contexto em que ocorrem as relações intergrupais que se centram os objetivos e as questões de investigação, que à frente se detalharão.

2. RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A investigação move-se, assim, em torno de uma reflexão em que o passado e o presente são convocados para uma prospeção do futuro.

De modo simbólico, o cantonense, língua veicular que prevalece em Macau, regista dois termos que refletem duas representações sociais dos portugueses - *Kuailous*⁴ (diabos brancos) e *Po Tau Ya*⁵ (aquele que vem de Portugal) consagram, de facto, duas percepções diferentes.

Será pertinente para a perspetivação das relações sociais envolvendo a comunidade de portugueses, no presente como no futuro, compreender as diferentes tendências existentes que os dois vocábulos traduzem do ponto de vista simbólico.

Poderá, deste modo, acrescentar-se aos diversos estudos sobre Macau, incidindo sobre a sua história, a importância das missões e da igreja, a evolução do seu estatuto político-jurídico, questões étnico-linguísticas, descrições etnográficas, património português, uma reflexão no domínio da psicologia social.

⁴ O termo *kuailou* ou *kuai-lou* (diabo branco) constitui um lexema que, não designando apenas especificamente os portugueses (antes os ocidentais), os teve, porém, entre os seus principais referentes, assinalando, de forma marcada, a oposição ao *tôu-sân-chai* (filho da terra). É, nos bairros mais tradicionais, ainda usado pela população mais idosa.

⁵ O termo assume-se como um gentílico neutro, ainda que não tenha constituído a primeira designação dos portugueses em Macau, inicialmente designados “Folangji” (Ping & Zhiliang, 2007, p.488)

Uma reflexão que surge enquadrada por duas teorias de referência nesta área – a Teoria das Representações Sociais e a Teoria da Identidade Social - e pelos propósitos pelos quais os seus dois mentores a perspetivam.

Para Tajfel (1982) a Psicologia Social deverá “tentar compreender a integração das interacções individuais nos seus contextos sociais globais” (p.18), buscando a relação “entre o funcionamento psicológico humano e os processos e acontecimentos sociais em larga escala, que influenciam esse funcionamento e são influenciados por ele” (p.17).

Moscovici, por seu lado, advoga para a Psicologia Social o estudo dos processos culturais

“which are responsible for the organization of knowledge in a society, for the establishment of inter-individual relationships in the context of social and physical environment (...), for the codification of inter-individual and intergroup conduct which creates a common social reality with its norms and values , the origin of which is to be sought again in the social context”.

(Moscovici, 2010, p.110)

Constituindo uma das minorias de imigrantes em Macau, compreender as representações do Outro (que agora é poder) sobre os portugueses poderá fornecer ideias e contributos úteis a processos e estratégias de integração na atualidade, reforçando competências no domínio da comunicação intercultural.

Este facto assume particular importância num quadro atual em que se assiste a uma nova vaga de imigração portuguesa para Macau e em que, por outro lado, se cumpriu quase um terço do período de cinquenta anos determinado pela República Popular da China (RPC) para a manutenção na RAEM da fórmula “um país, dois sistemas” e do “modo de vida” consignado na Lei Básica.

Se em ambos assenta de modo significativo a singularidade que Macau para si reclama no contexto deste imenso país que é a República Popular da China, também aí se escora a preservação de traços dessa presença portuguesa que, ao longo de quase 500 anos, imprimiu a Macau várias dimensões dessa singularidade, hoje tão valorizada. E neles se inscreve, igualmente, um espaço simbólico de abertura à participação de portugueses na construção e no desenvolvimento da RAEM.

Perscrutando, pois, o passado e o presente, volta-se também o olhar para a frente, fornecendo contributos, que outros estudos poderão complementar, sobre perspectivas das relações intergrupais envolvendo portugueses no delta do Rio das Pérolas, os quais poderão apoiar percursos de futuro.

3. OBJETIVOS

Esses contributos resultarão dos objetivos definidos para a pesquisa, os quais, constituindo o seu propósito ou meta, orientaram todo o processo. Tendo isso em mente, foram definidos para a pesquisa os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Analisar representações sociais e traços de estereotipicidade dos portugueses construídos por mulheres chinesas de Macau.

Objectivos específicos:

- ◆ Identificar situações de contacto e de distância intergrupais;
- ◆ Apreender atitudes e preconceitos face aos portugueses;
- ◆ Assinalar dimensões de valorização face ao exogrupo e a vestígios da sua presença histórica em Macau;
- ◆ Explorar perspectivas de futuro para a língua portuguesa em Macau, como factor de integração dos portugueses no território.

4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Ocupa a *Contextualização do Estudo* o primeiro dos cinco capítulos em que a dissertação se encontra organizada.

Considerando a importância de que a história de Macau se reveste para a análise das relações intergrupais atuais entre chineses e portugueses, inicia-se o enquadramento e a descrição do contexto gerador do estudo a que este capítulo se dedica por uma abordagem à chamada “Questão de Macau”.

A resenha de pendor histórico que se apresenta visa apoiar a percepção da especificidade de Macau no contexto da RPC, mas também ilustrar como o

discurso historiográfico e sociológico tem, nos tempos mais recentes, constituído espaço de diferentes leituras dessa história e das relações entre chineses e portugueses de relevo para o estudo.

É já no quadro do novo contexto social e político, decorrente da transferência de administração, que, neste capítulo, se analisam igualmente questões referentes à caracterização da comunidade dos portugueses que habitam a RAEM, em particular das áreas profissionais onde a sua presença assume ainda algum significado.

Se o trabalho constitui um espaço de referência no contacto intergrupais, é também um espaço de poder e palco de potenciais (e reais) conflitos de interesses grupais, como, aliás, a pesquisa revelou acontecer, entre o endogrupo das inquiridas e o exogrupo dos portugueses.

Desses espaços de poder fazem também parte as línguas, fechando o capítulo o mapeamento da situação da Língua Portuguesa em Macau.

O estatuto de língua oficial que lhe é outorgado na Lei Básica da RAEM e a estratégia política definida para Macau como plataforma de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa são suscetíveis de conferir um impulso a uma divulgação que não foi feita quando deteve o estatuto de língua da Administração. Um impulso cujo sentido e potencial a pesquisa procurou sentir, enquanto possível espaço adicional de relações intergrupais envolvendo portugueses.

Apresenta o segundo capítulo o *Enquadramento Teórico*, explicitando a fundamentação teórica que orienta e suporta o desenvolvimento do tema da pesquisa, a qual remete para duas referências âncora: a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Moscovici, cuja génese é comumente situada em 1961 com a publicação por este autor da obra *La psychanalyse et son public*, e o trabalho de Tajfel na sua Teoria da Identidade Social (TIS), que tem em *Human Groups and Social Categories*, publicado em 1981, uma obra-chave.

Destacando-se, em ambas as teorias, a centralidade do contexto social na construção de quadros cognitivos pelos quais os indivíduos orientam as suas pertenças e os seus comportamentos, ao mesmo tempo que se reconhece o

papel ativo do indivíduo e dos grupos em que se filia na sua transformação, são explicitados neste capítulo, relativamente a cada uma delas, os principais aspetos teóricos da sua formulação.

Partindo do reporte que Moscovici faz às representações coletivas de Durkheim para chegar ao conceito de representações sociais, são, em seguida, abordados os mecanismos sócio-cognitivos em que assenta a sua construção, bem como as funções que desempenham na apropriação e na organização interpretativa da realidade exterior, como um conhecimento social prático.

A reflexão estende-se, ainda, ao conceito de sociedade pensante como espaço de negociação e mediação entre o individual e o coletivo, de produção e de comunicação de representações, que constituem o substrato do que Moscovici refere como senso comum. Uma rede comunicacional partilhada em que assenta a compreensão do mundo e onde se estabelecem igualmente as transferências com o outro modo de o conhecer que, no ponto de vista deste autor, a ciência expressa.

É a segunda parte deste capítulo dedicada ao conceito de Tajfel de identidade social, como decorrência da pertença do indivíduo a um ou a vários grupos, e à sua relação com o processo de categorização social. Por via dele se opera a divisão cognitiva dos elementos do meio físico e social em grupos ou categorias distintas, nelas residindo tanto a separação de uns em relação a outros, como a identificação entre os membros de cada categoria ou grupo.

No quadro dessas relações intergrupais se aborda a questão central dos estereótipos sociais como imagens ou representações que encerram conhecimentos sociais com base nos quais são produzidos julgamentos e avaliações acerca dos grupos humanos e dos seus membros.

Incide o terceiro capítulo na explicitação do *Quadro Metodológico* usado na realização do estudo, clarificando o que se fez e como se fez a pesquisa. Aí se referencia o objeto do estudo, posicionado no âmbito da investigação descritiva, bem como a questão de partida e as hipóteses conexas que para ele foram construídas.

Aborda ainda este capítulo a caracterização da amostra selecionada – uma população de cento e setenta e cinco mulheres de nacionalidade chinesa residentes em Macau - e as variáveis em função das quais foi orientada a recolha de dados.

Tendo a opção para a pesquisa recaído sobre uma metodologia quantitativa, foi esta operacionalizada por via do desenho e aplicação de questionário por inquérito, cuja estrutura aí se explicita e partilha.

No âmbito das opções metodológicas, merece referência o facto do instrumento de recolha e toda a comunicação que ocorreu com as inquiridas se ter processado na sua língua materna – o cantonês (chinês tradicional, no caso dos documentos escritos, como o inquérito) – através do recurso a serviços de tradução.

Como se explicita no capítulo, apesar das dificuldades acrescidas que colocou ao desenvolvimento do trabalho, tal opção visou diminuir possíveis constrangimentos que ocorreriam quer ao nível linguístico, quer psicológico.

Não merecem grande adesão por parte do público-alvo da pesquisa situações que suscitem uma exposição exterior sobre questões do foro individual, como o são as imagens e as atitudes que se visava recolher. Não são também comuns trabalhos, nem discussões públicas, que abordem representações de outros grupos étnicos em Macau, razões que reforçaram a decisão de utilização do chinês como língua de referência.

O tratamento e a discussão dos dados constituem o objeto do quarto capítulo. Seguindo a metodologia adotada, aí se opera, num primeiro momento, a ordenação e estruturação dos dados, com base em operações de estatística descritiva e inferencial, para, num segundo momento, se proceder à sua interpretação e discussão.

São, no contexto da análise que aí se opera, aferidas as três hipóteses formuladas para a pesquisa.

Situam-se estas no âmbito das imagens dos portugueses exibidas pelo grupo inquirido e as relações intergrupais para que remetem; a valorização atribuída por

este grupo à participação dos portugueses na construção da nova realidade social da RAEM face a outras comunidades étnicas de Macau e, por último, sobre o reconhecimento conferido a vestígios da presença portuguesa em Macau, nomeadamente, a língua.

Finaliza o trabalho a *Conclusão*, capítulo no qual são reunidas as ideias centrais, bem como algumas possíveis linhas de prosseguimento e de complementaridade do estudo.

CAPÍTULO I
CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A afirmação de Macau no contexto da República Popular da China vem, de forma crescente ao longo destes 15 anos que se assinalam sobre a transferência da administração do território, passando por um discurso de exaltação da sua singularidade, num país que conta com uma população superior a 1,3 mil milhões de pessoas e cerca de setenta cidades com mais de um milhão de habitantes.

Esse discurso é tanto uma estratégia quanto uma necessidade. Por um lado, poder-se-ão nele vislumbrar objetivos centrados em obter para Macau, no quadro do sistema político chinês, uma interlocução singular junto do poder central, a par de um nível particular de autonomia decisória a diversos níveis. Mas ele decorre também do reconhecimento da existência de uma realidade social, política e económica que exhibe contornos e dinâmicas únicas, de incidências também elas singulares, a exigir, em relação aos que nele habitam e à comunidade que urdiram, uma abordagem especial do poder central.

Para essa singularidade de hoje, que é real e que tem consagração política no estatuto outorgado a Macau de Região Administrativa Especial da República Popular da China e jurídica na Lei Básica da RAEM, concorre, de modo evidente, um percurso histórico, marcado pela administração portuguesa de Macau, com início no século XVI e que perdurou quase quinhentos anos.

Foi com base nesse estatuto de potência administrante de Macau que Portugal deteve até 1999 (entendido, aliás, de modo diferente ao longo da história pelos dois países, China e Portugal) que, apesar de constituir uma clara minoria da população, a presença portuguesa imprimiu, na organização e na prática social, no ordenamento político-jurídico e na estruturação da economia, traços específicos a uma sociedade desde sempre maioritariamente chinesa.

Portugueses e chineses teceram e formataram, nesse período, um território que coabitaram, ancorado tanto nas suas cumplicidades e desconfianças locais, como nas expectativas e orientações que de longe, Lisboa ou Pequim, nele se projetavam e, no que diz respeito a Pequim, ainda hoje se projetam.

Ficaram alguns desses traços plasmados (e desse modo salvaguardados até 2049) primeiro na Declaração Conjunta de 1987 e, posteriormente, na Lei Básica

da RAEM, que vigora desde 1999. O espaço para as suas dinâmicas próprias está-lhe consagrado, no novo ambiente pós-transferência, por via do Segundo Sistema, que Deng Xiaoping avançou em 1983 para Macau (e Hong Kong) na fórmula “Um País, dois sistemas”.

Favoreceu essa abordagem a continuidade a uma presença de portugueses em Macau durante e após a transferência, ainda que rodeada de novos contornos. Abriu espaço, de igual modo, à escolha da RAEM como destino para novos fluxos migratórios portugueses mais recentes, por via de regressos de antigos residentes ou seus descendentes, da ativação de redes familiares, da ideia de Macau como terra de riqueza e oportunidade presente ainda no imaginário português, ou como espaço, ainda que (agora) chinês, de algum modo familiar.

Sendo objetivo da pesquisa registrar representações sociais e estereótipos dos portugueses nas mulheres chinesas em Macau, há incontornavelmente que tomar em consideração quer este processo histórico mais distante, quer o quadro atual da presença portuguesa.

O conhecimento social sobre os portugueses de que esses mecanismos sócio-cognitivos participam é objeto de permanente construção e reconstrução, nelas tomando parte uma memória social (Halbwachs, 1990). A visão e a interação desse grupo de referência relativamente aos portugueses é, no presente, fortemente motivada pelos quadros cognitivos socialmente adquiridos pelos seus membros. Ora, estes, enquanto grupo, suportam ainda um conjunto de memórias e representações de sequências de acontecimentos em que participaram num quadro de dominação portuguesa, profundamente alterado após 1999.

Como assinala Moscovici (2000), sendo a realidade social o resultado da acumulação no tempo de processos de representação (e familiarização) já decorridos, bem como daqueles que decorrem, e firmando-se o modo como um indivíduo sente, pensa e se comporta nas várias situações na sua identidade social⁶ e na sua relação com a identidade social dos outros, assumem as

⁶ O conceito de Tajfel (1982), desenvolvido em pormenor no capítulo seguinte, remete para a “parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (p.290).

incidências do processo histórico de Macau importância acentuada.

Procura, deste modo, o presente capítulo registar, de forma necessariamente sumária, os contornos históricos da presença portuguesa em Macau, em particular a designada “Questão de Macau”, pela importância que a mesma assumiu no estatuto de portugueses e chineses e nas relações intergrupais até 1999 e pelas suas decorrências no pós-transferência.

Registam-se, ainda, dados demográficos e linguísticos relativos aos últimos 25 anos, de maior relevância para a compreensão do enquadramento da comunidade atual de portugueses em Macau.

1.1. A “Questão de Macau”: de 1554 à transferência de 1999

O estabelecimento dos portugueses em Macau, assente na necessidade de fixação de uma base de apoio ao importante mercado de Cantão, por um lado, e ao comércio com o Japão, por outro, tem no ano de 1557, data em que é autorizada a abertura oficial do porto de Macau e, portanto, “da fundação da Macau portuguesa” (Ping & Zhiliang, 2007, p.358), uma das suas principais referências. Surge esta na sequência da concessão de assentamento que havia sido negociada junto dos mandarins de Guangdong pela embaixada portuguesa conduzida por Leonel de Sousa, em 1554, outra data marcante.

As diferentes abordagens historiográficas a este período inicial da presença portuguesa (como a todo o seu enquadramento) exemplificam, de algum modo, diferentes visões que acompanharam os cerca de 500 anos de presença portuguesa em Macau.

Assim, para uma historiografia chinesa, de que são exemplo Ping & Zhiliang (*ibid.*), a acomodação dos portugueses em Macau era não só do conhecimento da corte imperial Ming, como constituiu uma hábil e sigilosa estratégia imperial, assente num triplo objetivo político⁷, económico (o negócio do âmbar cinzento) e militar (pacificação da fronteira sul e mobilização dos portugueses na luta contra

⁷ Estes autores salientam que “o assentamento era, pura e simplesmente, uma medida de conveniência de carácter económico para ambos e de cunho militar para a China, desprovido de qualquer relação político-diplomática, que só se veio a estabelecer entre a China e Portugal em 1887” (*ibid.*, p.301).

os invasores, rebeldes e piratas). Encerrava, ainda, um princípio de lealdade (civil e militar) obrigatória ao imperador e o pagamento de impostos⁸.

Outras abordagens realçam o carácter eminentemente regional da negociação do assentamento, baseado em acordos, troca de favores, pagamentos e subornos junto dos mandarins, frequentemente à revelia de Pequim⁹.

Se “a fixação portuguesa em Macau e a sua autonomia já faziam parte da estratégia nacional chinesa”, como defendem Ping & Zhiliang (*ibid.*, p.308), essa “via superior”, assente, como a descreve Alves (1999, p.95), “numa ponderação das vantagens e inconvenientes de Macau para a província e para o Império”, nem sempre terá prevalecido sobre outras vias que acentuavam a perigosidade dos estrangeiros e do porto de Macau para a estabilidade e a segurança da China, defendendo, por consequência, o afastamento dos portugueses. Posições que, com cambiantes, estiveram presentes ao longo percurso de todo o percurso histórico.

Do lado dos portugueses, as relações com os oficiais provinciais chineses e a obtenção do reconhecimento imperial não constituíam as únicas preocupações. Mais do que de uma ação sob alçada régia, o projeto de assentamento teve a marca e respondeu a uma necessidade mercantil privada - mercadores portugueses e malaios desejosos de fugir ao jugo da oligarquia de Malaca e de Goa, representantes e aliados do poder central de Lisboa (Alves, 1999). Cedo, porém, a intenção quer da China, quer de Portugal, de maior controlo sobre Macau se começará a desenhar.

Pelos interesses, alianças e conflitos entre estas três forças – a política e os representantes oficiais do poder central (de Lisboa ou, até 1844, através do Estado da Índia, a que Macau respondia); a expansão privada (reunindo comerciantes portugueses e luso-asiáticos, a que se aliou, em diversos momentos, a importante presença e ação dos Jesuítas), a partir da qual se foi enformando a sociedade de Macau, e os oficiais chineses de Pequim e de

⁸ Nomeadamente e de grande importância, o de “foro de chão”, espécie de aluguer do terreno, iniciado em 1571.

⁹ Veja-se as discussões sobre o tema em Usellis (1995) citado por Ping & Zhiliang (2007, p.333); Alves, (1999, p.45) e Ti'en.Tsê (1997).

Guangdong, estes por sua vez também divididos entre o alinhamento com Pequim e os seus próprios interesses regionais e comerciais - passará parte significativa da história de Macau nos séculos seguintes.

Criado em 1583, atuará o Senado e o seu Procurador, até à sua extinção, como instrumento político de defesa dos interesses desses grupos portugueses dirigentes (e, depois, dos macaenses) e das questões do quotidiano de Macau. Estes interesses, ou as soluções de compromisso que advogava no relacionamento com os chineses, em vários momentos colidiram com as instâncias representativas do poder central de Lisboa, de que a figura do Governador é, a partir de 1623, a expressão maior, com poderes substancialmente reforçados a partir de 1783.

Constituíam os moradores e comerciantes chineses um grupo à parte no que diz respeito à cidadania, ao pagamento de impostos e à aplicação do direito, sob a alçada das autoridades provinciais chinesas de Guangdong/Guangxi.

A grande autonomia de que Macau gozou começa a ser pressionada no século XVII por disposições burocráticas, administrativas e militares quer da corte chinesa, quer da coroa portuguesa. Visava a primeira “apertar o controlo burocrático e militar chinês sobre Macau” (de que é exemplo a nomeação de um mandarim permanente para Macau e a criação de uma alfândega) e, a segunda, a consolidação de uma política de “extensão do longo braço do Estado da Índia para áreas de predominante atividades dos privados portugueses” (Alves, 1999, p.128-144).

Uma questão de fundo marca as posições de um e de outro lado, cujas implicações correram até ao século XX e que não se afigura de somenos importância. A abordagem à questão da soberania sobre Macau tem implicações não apenas sobre o estatuto dos cidadãos portugueses e chineses em Macau, mas também sobre a forma como a própria cidade se vai organizando em função desse estatuto.

Se, para as autoridades chinesas, era inquestionável a sua soberania sobre o território e, portanto, o seu direito de interferência e controlo, do lado português, como refere Vale (1997, p.43), desde cedo “os funcionários régios encaravam a

situação política na cidade como a de qualquer outra colônia portuguesa, reagindo aos acontecimentos como se os chineses não continuassem a considerar-se os senhores da terra a quem os portugueses pagavam foro de chão”.

Será essa a razão pela qual a abolição do seu pagamento imediato constituiu uma das decisões que, tirando partido do fortalecimento político da figura do Governador que as providências régias de 1783 haviam outorgado, o Governador Ferreira do Amaral (1846-1849) unilateralmente tomará no início do seu marcante e violento consulado.

A necessidade de revitalização de Macau, face à quebra do exclusivo do comércio com a China e ao surgimento de outras potências, nomeadamente os ingleses (instalados em Hong Kong no contexto da I Guerra do Ópio), e a excessiva interferência chinesa sustentaram essa ruptura, que envolveu outras medidas como o lançamento de impostos sobre os comerciantes chineses (até aí fora da alçada do governo português de Macau), a expulsão dos mandarins e a abolição da alfândega chinesa de Macau.

No seu conjunto, as intervenções deste Governador significam o enterrar de formas de relacionamento que duravam há 300 anos (Dias, 1998)¹⁰, musculam a autonomia portuguesa de Macau face à China e instauram a visão de uma legítima soberania colonial sobre a península e suas dependências. A transformação de Macau em Província Ultramarina, dirigida por um governo provincial liderado pelo Governador, é igualmente ilustrativa desta nova fase no relacionamento com a China e na “Questão de Macau”.

É essa afirmação da soberania perpétua sobre Macau que Portugal, desde logo diferentemente da China, vê como inscrita no Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português finalmente assinado em 1887, o qual, em qualquer dos casos, faz

¹⁰ Dias (1998) considera que Ferreira do Amaral “personificou a adopção da força para impor a presença portuguesa em terras da China” (p.24) e é na sequência do seu assassinato, em 1847, que se trava o conflito militar do Passaleão (1849). A vitória portuguesa reforça a ideia de soberania sobre o território e até da oportunidade de um ataque militar português à China.

depende a sua aplicação da fixação dos limites terrestres e marítimos, matéria cuja resolução não contou com a diligência chinesa (Saldanha, 1995).¹¹

Ciente da necessidade do reconhecimento jurídico e internacional da sua pretensão, até pelos acontecimentos de 1912 que, na China, conduziram à implantação da República, Portugal, também ele já republicano, continuará a reunir documentação de suporte histórico-jurídico em defesa do direito de soberania. Nela juntará, nesta fase, à linha argumentativa conquista-cessão-prescrição¹², as razões *de facto*, ou seja, “colhendo na argumentação tradicional o único título de uma ocupação de terras desertas, ocupação essa consolidada pelo decurso do tempo, não contrariada e até, depois, reconhecida pelas autoridades imperiais” (*ibid.*, p.59).

É essa argumentação, junta à questão dos limites, que é reunida para a Conferência de Versailes, em 1919, e, mais tarde, à conferência de Washington (1921), procurando um acordo e um reconhecimento que o Tratado de Nanjing, assinado entre a China e Portugal, em 1928, não resolveu de forma esclarecedora.

Assim, enquanto, no *Acto Colonial* de 1930, Salazar, como Ministro das Colónias, considerava Macau parte integrante do Império Colonial Português, a vaga nacionalista na China dos anos 20, recrudescida nos anos 40, “que exerceu forte influência sobre a comunidade chinesa local (Pereira, 2010, p.52), traz abertamente para o domínio público a denúncia dos “Acordos Desiguais”¹³, no contexto dos quais situa o de 1887, com Portugal. Não só não se reconhece a soberania portuguesa sobre Macau (e inglesa sobre Hong Kong), como se inicia a

¹¹ Portugal incluía no *Estudo Documentado Acerca da Soberania de Portugal em Macau, em 1887, nos Territórios de Macau e suas Dependências*, produzido em 1909 pelo Governo Provincial de Macau, o direito soberano a Macau, Campo Neutro, Porto Interior, ilhas da Taipa, Coloane, Lapa e Ilha Verde e as águas adjacentes, o que constitui, grosso modo, o território à data da transferência (Saldanha, 1995).

¹² Invoca-se aqui o apoio militar prestado pelos portugueses às autoridades provinciais chinesas em 1557, que permitiu a expulsão do pirata Chan-si-lao da foz do Rio das Pérolas, que teria valido do poder imperial Ming umas *chapas* (documento oficial selado) de agradecimento. Passaram estas para o domínio da lenda como sendo de ouro e certificando a cessão de Macau aos portugueses, a título definitivo e isenta de foro, tributos ou direitos. Tais *chapas* nunca foram encontradas, mas foram usadas no argumentário português em diversos momentos, até ao Estado Novo (Dias, 1999, p.97; Saldanha, 1995, p.59)

¹³ Ficaram conhecidos como “Acordos Desiguais” os assinados entre a China e várias potências europeias no contexto da derrota chinesa das “Guerras do Ópio”.

reclamação da recuperação desses territórios pelo Governo Chinês (Pereira, 2010; Saldanha, 1995).

Já com Mao Zedong na liderança chinesa após a revolução de 1949, o *Diário do Povo*, citado por Pereira, insiste, em 1955, que:

“Macau é território chinês. O povo chinês nunca esqueceu Macau, nem esqueceu o direito que tem de reclamar a recuperação deste território das mãos de Portugal... O facto de Macau ainda não ter sido devolvido à China não significa que o povo chinês possa tolerar uma prolongada continuação da ocupação de Macau”.

(Pereira, 2010, p.63)

Foi este sentimento que esteve presente nos acontecimentos do 1,2,3, de 1966, um dos momentos de grande tensão social e política entre portugueses e chineses em Macau, e na posição da China nas Nações Unidas, no início da década seguinte, onde, considerando Macau (e Hong Kong) uma questão no âmbito da soberania chinesa, o Governo chinês define a sua resolução para “quando as condições forem propícias” (Pereira, 2010, p.69).

A Revolução de Abril de 74, o programa de descolonização que com ele se inicia e o estabelecimento formal de relações diplomáticas entre os dois países, em 1979, fornecerão essas condições.

A inscrição na constituição chinesa da figura das Regiões Administrativas Especiais, à luz da fórmula “Um País, dois sistemas” com a qual Deng Xiaoping cria o suporte político à reunificação de Taiwan, Hong Kong e Macau, hão de conduzir à *Declaração Conjunta do governo da República Portuguesa e do governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau*, assinada em 1987. Aí se estipula, curiosamente, que “a China voltará a assumir o exercício da soberania sobre Macau a partir de 20 de Dezembro de 1999”¹⁴.

Marca o período em que é assinada a *Declaração Conjunta*, os anos 80, uma fase de expansão da economia de Macau, iniciada ainda na década e 70. A par do forte crescimento dos Serviços da Administração¹⁵, decorrente da renegociação

¹⁴ Texto integral da *Declaração Conjunta* disponível em <http://bo.io.gov.mo/bo/i/88/23/dc/pt/> .

¹⁵ De 4 secretários e 10 serviços no consulado e Melo Egídio (1979-81) passa-se para 7 secretários e 47 serviços no de Melancia (1987-90), número que ainda cresceu até aos 61 serviços com Rocha Vieira (Cabral, 1993).

dos contratos do jogo, assiste-se ao desenvolvimento sensível dos sectores industrial e de serviços.

É esse crescimento que traz a Macau um forte contingente de expatriados portugueses que engrossam a administração pública e os serviços, enquanto o comércio e a indústria têm uma forte presença chinesa (com capital sobretudo de Hong Kong), também ela substancialmente reforçada por novos fluxos migratórios com origem na China continental e nesta região asiática (Cabral, 1993).

Consolidam-se, deste modo, três das comunidades étnicas¹⁶ que permanecem na atualidade em Macau:

- Os macaenses, frequentemente designados “filhos da terra”, cujos vetores de identificação com o endogrupo avançados pelos próprios e registados por Cabral (1994), contemplam a língua (“que refere qualquer tipo de associação de um indivíduo ou da sua família com a língua portuguesa”), a religião (que “inclui qualquer forma de identificação individual ou familiar com o Catolicismo) e a “miscigenação entre sangue europeu e asiático” (p. 217)¹⁷;

- A comunidade chinesa, que reúne os “chineses de Macau, residentes no território há mais de duas gerações”, com uma importante elite ligada ao comércio, novos fluxos oriundos da China continental, em particular após a revolução cultural, e os chineses provenientes de outras áreas do sudeste asiático, uns e outros menos identificados com a presença portuguesa (*ibid.*, p.223).

- A comunidade portuguesa, reunindo naturais de Portugal e que mantêm aí a sua referência, maioritariamente composta por quadros que vêm para Macau (em particular, no que ao estudo mais interessa, no período coincidente com o crescimento da administração) e por profissionais ligados a serviços e a

¹⁶ Conscientes do risco envolvido no conceito de comunidade, demasiado generalista, utiliza-se aqui no sentido de grupo étnico, como forma de organização social, com base nas identidades étnicas que os indivíduos utilizam para se categorizar a si próprios e a outros, no contexto de uma interação (Barth, 1976, p.15) e como parte da identidade social (Tajfel, 1982).

¹⁷ No mais recente “Encontro dos Macaenses”, realizado em 2013, a comunidade macaense juntava a gastronomia aos traços identificadores, para além da questão da língua patuá, estranhamente não referido no artigo de Cabral (1994).

profissões liberais muito associadas ao crescimento de Macau como centro de serviços, de negócios e da indústria do jogo, que constitui ainda hoje a estratégia de desenvolvimento do território.

1.2. História e representações sociais

Como refere Cabral (1993, p.416), “a cidadania, onde quer que se verifique, é sempre um *projecto*. Isto é, ela é uma visão do futuro baseada numa leitura particular do passado”.

Tal como se evidenciou para a “Questão de Macau”, também num levantamento de traços da organização social, em particular no último quartel do séc. XX e no período pós-transferência, e das relações de poder que aí se estabelecem, é possível constatar a existência de diferentes visões.

Enfatiza uma delas Macau não apenas como território multicultural (facto inevitavelmente associado ao seu processo histórico e à sua condição de cidade porto), mas como espaço onde, diz Antunes (2004, p.427), o “pluralismo político, jurídico e linguístico, a permuta de saberes, a intensa atividade comercial e o entrecruzamento de culturas (...) lhe modelaram o *carácter* ao longo da História”, tornando-a paradigmática e exemplo de “cidade do futuro”, cujos contornos “podem muito bem ter sido desenhados em Macau há mais de quatro centenas de anos” (*ibid.*).

Esse futuro é, para este autor, já o presente em Macau, pois, em citação de Rogers (1998) a que recorre, “os grupos não se encontram em relações de inclusão e de exclusão, mas imbricam-se e misturam-se, sem se tornar homogéneos” (*ibid.* p.429).

O distanciamento de Macau face aos grandes centros políticos (de Pequim e Lisboa) e sobretudo uma inteligente diplomacia do quotidiano por parte das estruturas locais do poder português (Senado e Governador), eivada de extremo pragmatismo, permitiu, nesta visão, a construção de uma sociedade harmoniosa, feita mormente de equilíbrios e de relações de convivência profícua e próxima entre portugueses e chineses.

Não deixando a coexistência das duas comunidades portuguesa e chinesa no mesmo espaço físico e social durante séculos de suscitar, ao longo do tempo, a apropriação (com maior ou menor adaptação) de traços culturais de cada uma pela outra¹⁸, colocar-se-á a questão se esse relacionamento intergrupar se pautou pela partilha de espaços comuns de sociabilidade, por um efetivo sentido de proximidade ao Outro e de identificação e focalização em objetivos comuns ou se foi mais reflexo de estruturas (desiguais) de poder que imperaram e que suscitarão, por consequência, visões diferenciadas e alguns equívocos.

O Presidente Xi Jinping, no contexto das celebrações do 15º aniversário da RAEM¹⁹, colocava no seu discurso que “15 anos atrás, acompanhado da comovente melodia da Canção dos Sete Filhos, Macau, *depois de conhecer tanto vento e tanta chuva*, finalmente retornou ao abraço da Pátria” (itálico nosso), colocando, assim, a questão num outro ponto de vista.

Aí terá igualmente de se considerar o que Zhiliang (2010) designa por Macaulogia, isto é, a construção de narrativas sobre Macau, a sua história e as suas dinâmicas intergrupais a partir do conhecimento indígena (“Macau pelas suas gentes”), cuja elaboração deve considerar “os factores de opressão durante a era colonial e o nível de aceitação do conhecimento local, além da maior estrutura chinesa”, bem como o facto de que “Hong Kong e Macau nunca foram entidades políticas e culturais independentes, pois fazem parte da política e cultura chinesa” (p.527).

É neste contexto e nesta linha que se poderão situar estudos de vária índole que, ao contrário do cenário harmonioso, destacam antes o carácter dualista e a forte etnicidade que marcaram a sociedade de Macau, remetendo para representações do poder algumas práticas (ou a falta delas) que marcaram as relações intergrupais, no seu todo de significativo afastamento, apenas (entendem muitos destes autores) superado com o advento da RAEM.

¹⁸ É comum ver o Grupo de Danças e Cantares de Macau, composto de portugueses, macaenses e chineses, vestido a rigor com trajes do folclore minhoto, que igualmente entoam, representar a RAEM na China ou em eventos internacionais, do mesmo modo que, por mera diversão, portugueses queimam panchões por altura do ano novo lunar.

¹⁹ (2014) “Discurso proferido por Sua Excelência o Presidente da República Popular da China, o Senhor Xi Jinping no Banquete de Boas-Vindas oferecido pela Região Administrativa Especial de Macau”, Macau, em 19/12/2014.

Prevalece, nessa outra abordagem, a visão de que “nunca houve de facto uma integração entre a comunidade portuguesa e a comunidade chinesa de Macau” (Siu, 2008, p.374), empenhados que estavam os primeiros em assegurar sobretudo o controlo da estrutura política e económica, menosprezando os interesses e o envolvimento dos segundos nos diversos degraus dos processos de decisão.

Um quadro cuja inflexão, aberta com as reformas políticas de 1976 e 84, viria a ganhar expressão com a assinatura da *Declaração Conjunta* no horizonte, em 1987. Ela sim a suscitar a necessidade de maior envolvimento da comunidade chinesa com vista a poder assegurar uma continuidade do modo de vida e da herança portuguesa no pós-transferência (*ibid.*, p.376).

Nesse registo ainda se situam igualmente análises como a que efetua Chun (2012) à sociedade de Macau no último quartel do séc. XX, associando à necessidade de recuperação da legitimidade afectada com os acontecimentos do 1,2,3 (em 1966) as iniciativas da administração portuguesa de absorção de uma elite local chinesa. Nomeadamente, de líderes de associações corporativas, proporcionando uma integração sociopolítica mínima desses intermediários, tendo por objetivo “efectivar um controlo indireto e solto da mesma comunidade” (p.134-135).

Ainda que criando mecanismos de intermediação, permanece como marca essencial o escasso contacto entre comunidades pois que, provindo parte significativa da comunidade chinesa de movimentos migratórios com origem na China continental, os interesses familiares e de sobrevivência prevalecem sobre interesses sociais, “isolando-se dos assuntos políticos e não estando interessada em assuntos sociais” (*ibid.* p.136).

Uma situação que Pereira (2012) igualmente regista na ausência de “formas orgânicas de representação política direta de largos sectores da população, nomeadamente da comunidade chinesa” que considera manter um “relativo distanciamento em relação à novel Assembleia [Legislativa]”, traduzindo, o forte

centralismo da administração portuguesa e uma sociedade “marcada por um acentuado dualismo” (p.120)²⁰ durante os anos 70 e início de 80.

Elaborando sobre esta marca da sociedade sob administração portuguesa, Lei (2012), convocando Shenghua (2004), refere a “estrutura social complexa dualista de dupla camada” entre chineses e portugueses, remetendo a dupla camada para as camadas do governo e da população, enquanto o dualismo remete para as duas unidades comunitárias dos portugueses e dos chineses” (p.426)

Reconhecem Lei (2012), tal como Ha (2005) o havia feito, que, apesar da participação da comunidade chinesa nesse contexto ser passiva e reduzida a algumas elites chinesas, constituiu uma importante via para que os interesses desta comunidade pudessem ser expressos e representados, sobretudo no que diz respeito a algumas necessidades básicas, cuja satisfação, mais do que pelo Governo, era desempenhada por estas associações da comunidade.

Daí a sua conclusão de que “durante a luta contra a dominação colonial do governo português de Macau, estas associações chinesas deram grandes contributos. De facto, a título de exemplo, refere Ha (*ibid.*) que, “representando os residentes chineses, a Associação Comercial de Macau fez, em muitas ocasiões, grandes pressões sobre o governo português de Macau” (p.1398), sendo igualmente de referir o papel e o peso da associação Tong Sing Tong.

O que tal significa também é que, ao constituírem-se, para a larga e maioritária comunidade chinesa, como a referência quer da sua interlocução como comunidade e grupo social, quer no fornecimento de serviços sociais de base²¹, as associações funcionam como um para-Estado.

Tal facto diminuiu, por consequência, a pressão do Estado e sobre o Estado para o desenvolvimento de políticas de proximidade com toda a população de Macau e para uma efetiva atenuação de constrangimentos a um maior relacionamento

²⁰ Não deixa este autor de assinalar o aumento quer da representatividade quer da participação das organizações de massa representativas da comunidade chinesa na vida política a partir da reforma eleitoral de 1984.

²¹ Veja-se, a este propósito, a entrevista ao Dr. Carlos Monjardino, Presidente da Fundação Oriente, na qual refere haver hoje na RAEM “uma preocupação social, que não era evidente antes, e que levou, por exemplo, a que a Fundação Oriente não seja [hoje] tão ativa quanto o foi no passado relativamente a esse sector” (Machado, 2015).

intergruppal, entre outros, linguístico.

Xi Jinping refere-se, no discurso já enunciado, à tarefa importante que foi colocada às novas autoridades, “desde aquele momento [a transferência], de desenvolver, *de forma satisfatória*” (itálico nosso) a RAEM.

Estando esse Estado metonimicamente associado aos portugueses, os quais, constituindo uma minoria, dispunham, no entanto, quer da interlocução junto do poder, quer da proximidade ao seu exercício por via das suas estruturas (que largamente dominavam) e dos códigos socialmente valorizados pelo poder (a língua e a cultura, sobretudo), acentua-se, em consequência, a etnicização da sociedade macaense.

Cidade diversa e multicultural, Macau não terá desenvolvido mecanismos essenciais para ser igualmente uma sociedade intercultural e a tal cidade do futuro. Como refere Carvalho,

“o que se esfumou há quinze anos na zona de Aterros do Porto Exterior [onde se efetuou a cerimónia de transferência] foram os últimos resquícios e os últimos acordes de um modelo de organização política que tinha por base a imposição desigual de autoridade de uma cultura sobre a outra, pressupondo a existência de dominadores e dominados, num quadro de relações desiguais, sobretudo a título político”.

(Carvalho, 2014)

Em suma, se na Ponte da Amizade²² se pretendeu representar uma face da história feita de harmonia e entendimentos entre portugueses e chineses, as Portas do Cerco²³ lembram uma outra, de um sistema que não deixou de ser opressivo e colonial.

1.3. A comunidade portuguesa em Macau

Para avaliações como a que Carvalho efetua são relevantes os dados relativos às duas comunidades que habitam Macau de maior significado para efeitos do

²² Ponte que liga a península de Macau à Taipa, inaugurada em 1994 pelo Primeiro Ministro de Portugal, Cavaco Silva, no consulado do Governador Rocha Vieira.

²³ Arco construído pelos portugueses em 1871 junto à fronteira com a China a lembrar a ação do Governador Ferreira do Amaral (cuja estátua foi removida após a transição) e a vingança sobre o seu assassinato, conduzida pelo Coronel Mesquita na vitória do Passaleão, para assim simbolizar o poder português sobre Macau.

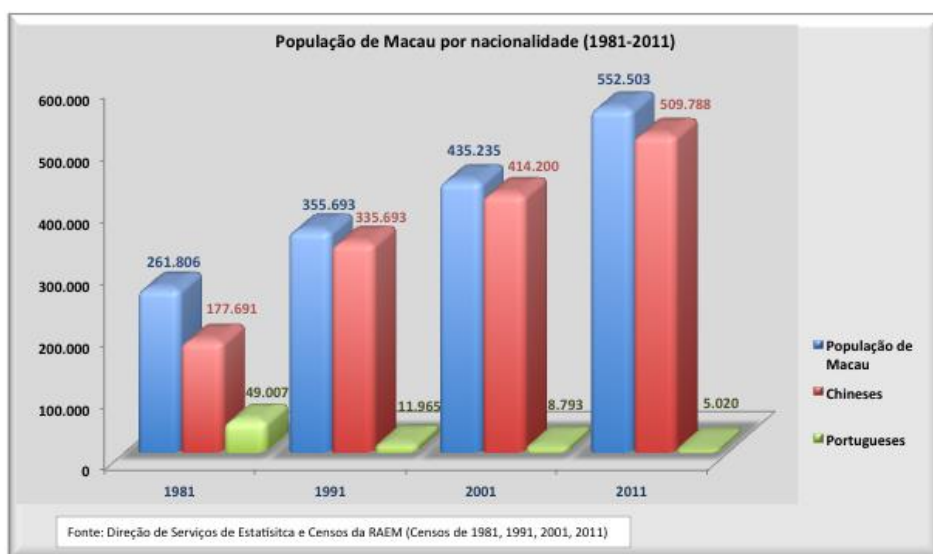
estudo – a chinesa e a portuguesa (aqui tomada como os naturais de Portugal), em particular nos últimos 30 anos.

Alves (1999, p.66) assinala que, em 1564, a comunidade de portugueses ascendia a 600 indivíduos. Quatro séculos depois, em 1981, os habitantes de Macau com nacionalidade portuguesa representavam 20,3% da população (cerca de 49.000 indivíduos), se bem que destes apenas 1.037 (0,4% da população) tivesse nascido em Portugal, ou seja, os expatriados representariam um grupo de dimensão reduzida no quadro dos cidadãos com nacionalidade portuguesa no território naquela data. Um dado que o facto de o censo desse ano registar apenas 1,5% da população como falante de português parece confirmar.

Os três censos realizados nos 30 anos seguintes confirmam duas tendências – um crescimento acelerado da população de Macau, com maior ritmo entre 2001 e 2011 a que não será alheio o desenvolvimento económico associado à liberalização do jogo, em 2002. Pela necessidade de mão de-obra que essa indústria gerou (coberta por imigração da China continental, mas também, de forma significativa, por cidadãos das Filipinas) se justificará igualmente o ligeiro decréscimo verificado na percentagem de cidadãos de nacionalidade chinesa nesse mesmo período, que baixa de valores rondando os 95% em 1991 e 2001 para os 92.3% em 2011.

Gráfico 1.1.

População de Macau por nacionalidade, 1981-2011 (DSEC)



A segunda tendência é o decréscimo do peso do grupo dos naturais de Portugal no conjunto da população (de 3,36% em 1991 para 2,2% em 2001 e 0,9% em 2011), a que corresponde uma diminuição do número absoluto de indivíduos dessa naturalidade a viver no território nos diversos momentos em que foram efetuados os registos (11 965, em 1991, para 8 793 em 2001 e 5 020 em 2011).²⁴

A par desta redução da população natural de Portugal, o advento da RAEM, em 1999, marca uma profunda alteração no acesso de cada um dos grupos – portugueses e chineses – às estruturas de representação do poder. Se, em 1992, havia apenas uma pessoa nascida na China entre os 288 funcionários da administração pública com cargos de chefia e direção (Xin, 2012, p.466), em 2013, os naturais de Portugal ocupam apenas 14 dos 782 postos dessa natureza.

A assinatura da *Declaração Conjunta*, pressionou, de facto, uma reforma, com vista à maior incorporação de funcionários locais que adquirissem a cultura da Administração e desejavelmente assegurassem a continuidade da sua matriz portuguesa no pós-transferência.

Paralelamente, foi mantido um significativo efetivo de naturais de Portugal em torno dos 10% (teve o ponto mais alto em 1990, com 12,35%), que se reduz significativamente no momento da transferência, em 1999, onde passa para 2,5% e para 1,86% em 2000²⁵.

Em 2013, os naturais de Portugal representam apenas 1,2% dos efetivos da Administração Pública (318 indivíduos), 83,6% dos quais com mais de 40 anos e apenas 1 com função de Diretor, conforme exhibe o gráfico 1.2.

Assinale-se igualmente o facto de, tendo-se mantido, em torno de 200 o número de efetivos de naturalidade portuguesa na Administração Pública entre 2004 e 2009, esse número ter, em 2010, aumentado de modo significativo para 300, número em torno do qual se vem mantendo.

²⁴ Os últimos dois anos apresentam um crescimento no número de pedidos de autorização de residência por parte de cidadãos portugueses, que se situou em 301 e 302, respetivamente em 2012 e 2013 (Lusa).

²⁵ DSAFP (2001)

Nesse crescimento, numa altura em que se agudizaram a crise e o desemprego em Portugal, participaram fenómenos de re-emigração de quadros que saíram de Macau em 1999 e, sobretudo, do regresso a Macau dos filhos desses antigos emigrantes, onde ainda dispõem do necessário BIR²⁶ para poderem trabalhar na Administração Pública.

Gráfico 1.2.

Efetivos portugueses na Administração Pública (DSAFP, 2014)



Os serviços de Educação e de Saúde, o IACM, as Direções de Serviços de Finanças e da Reforma Jurídica constituem os principais órgãos que empregam estes portugueses, na maioria de indivíduos com habilitações superiores de Licenciatura (213), Mestrado (28) e Doutoramento (2)²⁷.

A advocacia constitui, aliás, um forte sector onde a presença de portugueses é significativa. 200 dos 300 advogados inscritos na Associação dos Advogados de Macau são portugueses e, como vem assinalando o seu Presidente, assiste-se mensalmente à chegada de novos advogados vindos de Portugal à procura de uma oportunidade²⁸.

²⁶ Salvo situações excecionais e vínculos laborais muito específicos, apenas os detentores do Bilhete de Identidade de Residente (BIR) permanente (concedido após 6 anos de residência) podem concorrer e integrar os quadros da Administração Pública. Aos detentores do BIR não permanente não está aberta essa possibilidade.

²⁷ DSAFP (2014).

²⁸ De modo a conter este fluxo, a AAM suspendeu, em 2013, o Protocolo com a Ordem dos Advogados de Portugal, de reconhecimento de advogados portugueses. Propôs a sua renegociação em novos termos, em 2014, mas com a forte oposição dos advogados chineses que, porém, são a minoria na AAM. Idênticas reações à oposição de contratação de portugueses por parte de profissionais chineses se fizeram ouvir para a contratação de enfermeiros e médicos. Numa polémica recente, a imprensa relatava igualmente as dificuldades que estavam a ser colocadas aos portugueses para a obtenção do BIR, sem o qual não podem trabalhar em Macau.

A indústria do jogo emprega vários profissionais nesta área e constitui cliente fulcral de alguns dos importantes escritórios de advocacia do território. Esta indústria, com os seus 44 casinos em funcionamento em Macau, é também campo de emprego para portugueses em diversos domínios técnicos, em especial, a arquitetura e as engenharias²⁹. Áreas onde igualmente empresas de portugueses ocupam lugares de destaque, envolvidas em obras de várias dimensão que uma cidade, que dos 23,8 km² em 1999 cresceu para os atuais 30,3 km², fruto dos novos aterros, proporciona.

Empresas com capitais portugueses, sobretudo no sector dos serviços (eletricidade, banca, escolas e universidades privadas, consultoria, importação de produtos portugueses) constituem, de igual modo, campos de presença desta comunidade portuguesa, maioritariamente qualificada e usufruindo de uma situação económica favorável, num território onde o rendimento nacional bruto per capita se situou, em 2013, em USD 88,700³⁰, o quarto a nível mundial.

1.4 Língua e Poderes

Como refere Bourdieu (1983, p.162), “a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder” e, portanto, por ela “não procuramos somente ser compreendidos mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos”.

Esse facto é particularmente relevante em contextos plurilingues, nos quais uma comunidade linguística politicamente dominante não só procura o reforço do seu estatuto por via de instituições capazes de impor o reconhecimento do poder dessa língua (como o ensino e a administração), como define igualmente por referência a ela o que o mesmo autor define como o valor de mercado das outras línguas.

Língua da elite dominante, da Administração, da Justiça e do ensino até 1999, a LP não foi a língua corrente de mais do que 1,82% da população entre 1991 e 1996. A saída de um número significativo de quadros portugueses após a

²⁹ Só um dos maiores operadores, o Sands, emprega cerca de 100 expatriados portugueses.

³⁰ Dados fornecidos pelo Banco Mundial em: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=67&l=pt> .

transferência trouxe esse valor para os 0,6% em 2001, recuperando para o 0,7% em 2011.

Para além da própria dimensão dos portugueses na estrutura da população, já analisada, a estes valores não serão estranhas duas outras questões, associadas ao carácter simbólico da língua a que alude Bourdieu.

Gráfico 1.3.

Língua corrente da população de Macau, 1981-2011 (DSEC)



Desde logo, por um lado, a restrição do seu ensino às escolas oficiais de currículo português (frequentadas essencialmente por portugueses e macaenses), que representavam, em 1988, apenas 13% da oferta escolar (e responsável pela escolarização de 5% da população), sendo os restantes 87% pertencentes a privados e de currículo chinês (e algum inglês), escolarizando 95% da população (Rosa, 1988).

Apenas em 1985 é criada a primeira escola luso-chinesa, projeto que ganha alguma força adicional após 1987, ano em que a Portaria 54/87/M aprova a criação de uma Comissão para a Generalização do Bilinguismo.

Em segundo lugar, o afunilamento no acesso às estruturas reprodutoras do poder, para o que eram necessárias competências em LP, obtidas, para os detentores do currículo chinês, por exames de língua.

Apesar do potencial que encerravam algumas das medidas de fomento ao bilinguismo, o carácter (estrategicamente) tardio e conjuntural não foi suficiente para a abertura dos círculos sociais próximos das instâncias de marcação do

poder social (que não do económico).

Constituindo por si as barreiras linguísticas um obstáculo ao desenvolvimento de sociabilidades, a sua conjugação com uma situação de diglossia que prevaleceu em Macau até 1999 terá intensificado a etnicização da sociedade, a acentuação das diferenças intergrupais e o afastamento da LP como espaço de encontro de identidades, questões que se mantêm atuais.

A entrada em vigor da Lei Básica da RAEM, a 20 de dezembro de 1999, ao estipular, no seu Art.º 9º, que “Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial”, ao mesmo tempo que confere à LP a garantia de uma presença até 2049, remete-a também para esses círculos restritos, onde hoje ainda funciona.

E foi da China que lhe veio o impulso mais significativo, com a criação, em 2003, do Fórum para a Cooperação Económica e Empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, traduzindo o forte empenho da República Popular no estreitar da cooperação com estes países, origem de matérias-primas essenciais à economia chinesa e mercados para os seus produtos.

Uma decisão política que origina uma procura crescente do português na China continental e que estabelece Macau como plataforma de serviços para esta cooperação, libertando os decisores para medidas de incremento e de apoio ao ensino do português, área na qual também se enquadra a ação do Instituto Português do Oriente (IPOR).

Os censos de 2011 assinalam um ligeiríssimo aumento no número de cidadãos que tem a língua portuguesa como língua corrente (0,7%) e, no seu estudo³¹, os SAFP referem que 1.464 funcionários a têm como língua materna.

Mais relevante será o impacto que o valor económico e instrumental conferido à LP pelas autoridades chinesas possa ter nas representações dos portugueses – sendo língua de uma comunidade de países e regiões (e dessa perspetiva advêm as decisões quanto ao seu interesse estratégico para a China), é também língua

³¹ DSAFP (2014)

de um grupo que nela assentou uma das formas do exercício do seu poder e, retomando Bourdieu, de ser obedecido, acreditado, respeitado e reconhecido.

Água-Mel (2012, p.12) afirma para a LP um mero estatuto atual *de jure*, emitido por decreto, “servindo apenas para aceder a um posto ou a uma promoção no funcionalismo público” e restringindo-se “quase exclusivamente à redação de documentos oficiais para fins de divulgação pública, porque assim o obriga o seu estatuto de língua oficial”.

Veicula, deste modo, uma visão muito presente em académicos e membros da comunidade portuguesa, ao mesmo tempo que, de algum modo, retira a língua do social. A sua aquisição pelos falantes de língua materna chinesa (cantonense ou mandarim) seria, pois, puramente instrumental e sem vislumbre de poder fomentar novos espaços de relacionamento intergrupar com outros falantes da língua, nomeadamente, os portugueses.

O facto de, por exemplo, o programa do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES) “O Ser e o Saber da Língua Portuguesa”, que selecciona, em 2015, 100 estudantes de Macau e China para frequentarem um curso superior em Portugal, registar uma procura que supera programa idêntico para a língua inglesa pode ser um sinal positivo, tal como o é o facto de pelo menos dois dos novos Secretários do Executivo falarem e usarem o português em intervenções públicas.

Facto é também que, como referem Noronha e Chaplin (2011), citados por Água-Mel (*ibid.* p.12), “a língua usada na comunicação intercultural no sector público não é, como seria de esperar, o Português, mas sim o Inglês”. E isto apesar de os SAEP assinalarem que 39,6% dos funcionários possuem conhecimentos de português oral e 39,4% escrito (ainda que nada se diga quanto aos níveis a que tais competências se reportam), o que poderá configurar outro nível de atitudes.

1.5 Das relações entre portugueses e chineses

Não tendo a cidade já as muralhas que separavam os sectores cristão e chinês ou os muros que delas restaram, desaparecidos apenas no séc. XIX³², e

³² Nunes (2012) refere o relato de França (1897) assinalando “como os bairros habitados exclusivamente por chineses se mantinham separados dos habitados pelos portugueses e demais

habitando portugueses e chineses os diversos espaços da cidade (ainda que os censos de 2011 registem uma notória concentração de portugueses na Taipa e zonas da cidade de onde estão claramente ausentes), outras barreiras – linguísticas, culturais e sociais – não estão dissipadas.

A Lei básica da RAEM consagra, no seu Artigo 5º, o princípio de que “Na Região Administrativa Especial de Macau não se aplicam o sistema e as políticas socialistas, mantendo-se inalterados durante 50 anos o sistema capitalista e a *maneira de viver anteriormente existentes*” (itálico nosso).

A par do importante *business as usual*, o conceito de “*maneira de viver anteriormente existente*”, ainda que vago, abriu espaço à presença de portugueses, agora sob os desígnios da *Mãe Pátria*, confiante esta que “as pessoas de todos os círculos da sociedade de Macau vão continuar a reunir os seus esforços e de mãos dadas, escrever histórias de Macau mais brilhantes”³³.

Quão juntos o farão e como visiona o grupo de mulheres chinesas o grupo dos portugueses neste novo contexto são contributos que a pesquisa procura dar. A acrescentar a observações efetuadas no terreno que, como outros registos (Pessoa, 2004) para além dos já citados igualmente observaram, denotam uma forte marca étnica nas relações intergrupais (muito cingidas a contextos profissionais e sociais muito específicos), de que assinalamos 6 situações:

- i) Se a questão da língua é frequentemente colocada a partir do ponto de vista do português e da sua aprendizagem pelos falantes de chinês, muito menos o é do ponto de vista da aprendizagem do cantonense/mandarim pelos portugueses, mesmo em situações profissionais onde o seu domínio é igualmente relevante³⁴. A dificuldade dessas duas línguas é frequentemente apresentada como motivo. É comum, entre a comunidade portuguesa, a ideia de que o português, como língua oficial, deveria ser suficiente nas relações sociais, posição que pode ocultar a falta de investimento desta comunidade no

cristãos, respeitando ainda o traçado antigo da muralha de outrora” (p.18)

³³ Discurso proferido por Sua Excelência o Presidente da República Popular da China, o Senhor Xi Jinping no Banquete de Boas-Vindas oferecido pela RAEM, em 19/12/2014.

³⁴ Paralelamente ao passado, com o português, o domínio do cantonense/mandarim passou a constituir critério de relevo, ou mesmo obrigatório, para o acesso a emprego por parte de portugueses.

estabelecimento de relações intergrupais por padrões que não os seus próprios. Este endocentrismo é acentuado pela percepção mútua de falta de vontade ou de disponibilidade para ultrapassar o que a língua não facilita;

ii) A aprendizagem de pequenas frases ou expressões por portugueses visa a satisfação de necessidades imediatas (restaurantes, transportes públicos, etc), normalmente em situações intragrupo, mais do que a expressão de uma vontade de estabelecimento de relações interpessoais. De facto, nenhuma das comunidades parece ter aí uma prioridade, mesmo em situações em que a partilha frequente de um espaço comum (o prédio de habitação ou mesmo o local de trabalho) o sugeriria, não sendo incomum decorrerem reuniões em inglês apesar de um ou vários dos intervenientes de etnia chinesa o poderem fazer em português. Os contactos nesses contextos são geralmente circunstanciais e raramente se aplicam a outros círculos que envolvam maior inter-relacionamento. As opções vão aí claramente para o endogrupo, com que se programam as atividades sociais e os espaços de socialização (a casa, a escola,...).

iii) Não chega, por isso, a duas dezenas o número de famílias de naturais portugueses que optaram por uma escola luso-chinesa para a educação dos seus filhos, elegendo, para tal, a Escola Portuguesa de Macau, por sua vez ainda pouco selecionada pela comunidade chinesa para a educação dos seus filhos (ambas as comunidades compõem, no entanto, o público das escolas internacionais de currículo inglês).

Esta separação (compreensível em função das estratégias familiares a médio/longo-prazo) estende-se a outros campos que espelham muito das relações intergrupais numa comunidade alargada e multicultural. Três das equipas de futebol assumem uma matriz portuguesa (Benfica e Sporting de Macau e Casa de Portugal) e neles militam essencialmente jogadores e treinadores de nacionalidade portuguesa, brasileira, de países de língua portuguesa e alguns (poucos) macaenses. As restantes sete equipas são vistas como chinesas, essencialmente compostas por jogadores e equipas técnicas de etnia chinesa e macaense.

iv) A História de Macau merece (quando está presente no currículo) abordagens

muito diferenciadas nas diversas formas que encerra o sistema educativo (público, privado, chinês, luso-chinês, português e inglês), fomentando a construção de visões e discursos diferenciados mas, no seu conjunto, pouco vocacionados para abordagens interculturais. O reduzido trabalho sobre competências nessa área tende a transformar todo o património edificado da cidade (expressão visível do processo histórico), parte dele classificado pela UNESCO, como ahistórico, de pouca relevância identitária, ainda que de importância turística;

- v) As relações de carácter institucional constituem, em várias circunstâncias, um lugar de partida para o desenvolvimento de relações intergrupais que contemplam práticas de maior proximidade – um programa (sendo o mais normal, o convite para uma refeição conjunta³⁵), ou mesmo a construção de interações que ultrapassam esse contexto de partida e que suscitam a partilha de espaços identitários.
- vi) Não parece ser esse o caso nas situações sociais abertas, de que são exemplo a Festa da Lusofonia, as festas Juninas ou as atividades organizadas no quadro do 10 de Junho, do lado português, ou as celebrações do Novo Ano Lunar, o Festival do Meio do Outono Chong Chao Chit ou o Duplo Cinco (festival de barcos do dragão) do lado chinês. De matriz clara de uma das comunidades étnicas, são frequentados todos eles por membros da outra, mas sobretudo no quadro de programas intragrupo, afastados frequentemente do sentido matricial do evento e sem que no seu decurso sejam, por essas razões, incrementadas relações intergrupais.

A identidade étnica, como constituinte da identidade social, está, pois, presente na categorização que chineses e portugueses fazem de si próprios e na que constroem do outro e, por consequência, nos objetivos que possam definir para a relações intergrupais.

Numa sociedade em que 61,5% da população terrestre com mais de 5 anos nasceu fora de Macau, 78,3% dos quais na China continental (a que poderemos

³⁵ É mais comum, no caso dos portugueses, que ela aconteça em casa, sendo, mais comum entre os chineses que aconteça no restaurante, colocando a questão da intimidade da casa que uns têm por prática abrir e outros não.

juntar os 7,3% de naturais de Hong Kong)³⁶, põe-se a possibilidade de a identificação com Macau por parte significativa dos habitantes ser frágil.

Pode esse desconhecimento do território e da sua história constituir um factor positivo no que diz respeito à relação com os portugueses, na medida em que, nas representações que deles construam, terá esse processo histórico, e as consequências representacionais associadas a processos coloniais de dominação, menos peso.

Não deixará, porém, por outro lado, esse desenraizamento relativamente a Macau de constituir factor de intensificação da sua autoidentificação com esse expressivo grupo social e, em decorrência, com uma maior uniformização do comportamento no endogrupo e, em paralelo, com a indiferenciação categorial relativamente aos membros do exogrupo que Tajfel (1982) assinalou, impondo os estereótipos a sua lei.

Procurando, porventura, atender a esta complexidade e, ao mesmo tempo, elaborando sobre o conceito da *maneira de viver* que a Lei Básica da RAEM refere dever ser mantida como anteriormente, Geping, numa visão local, advoga que :

“a harmonia constitui apenas uma ideologia política e “Um país, dois sistemas”, que personifica o espírito da harmonia, é também um pensamento político ou uma orientação política, cujos valores carecem de concretização, através das práticas sociais. É preciso ter apoios e garantias sociais. Estes apoios e garantias são as leis, das quais a essencial é a Lei Básica de Macau. Por outras palavras, a construção duma sociedade harmoniosa em Macau carece de uma base comum, que em termos políticos, é “Um país, dois sistemas”, e em termos jurídicos, a Lei Básica. ”

(Geping, 2006, p.979)

Definido o quadro, o mesmo autor detém-se no conceito de sociedade harmoniosa, a qual “deve ser um lugar pluralista onde haja a harmonia entre os grupos étnicos, a tolerância e os benefícios mútuos. Uma verdadeira harmonia é aquela que numa diversidade cultural, procura a coexistência e o desenvolvimento em conjunto” (*ibid.* p.982).

³⁶ DSAFP (2014)

CAPÍTULO II
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESTEREÓTIPOS

O conceito de representação remete, em primeira instância, para a capacidade de, através de uma imagem ou de um símbolo, tornar presente um objeto ausente, constituindo-se, por tal, como uma operação de índole cognitiva.

Os processos de simplificação e de metaforização envolvidos na representação dos objetos traduzem-se, com frequência, na própria substituição destes pelas suas representações, ou seja, a representação torna-se, de algum modo, mais real que o próprio objeto e é ela que está presente nas interações sociais, no quadro de um determinado contexto social e cultural.

No seu conjunto, as representações constituem um mapa conceptual que orienta e se impõe aos indivíduos e aos grupos sociais a que estes pertencem, sendo objeto de transmissão pelos processos correntes de socialização numa determinada comunidade.

Partindo da formulação de Durkheim sobre representações coletivas, Moscovici introduz, com a publicação de “La psychanalyse, son image et son public”, em 1961, o conceito de representações sociais, que aporta uma nova visão sobre a relação indivíduo – sociedade e as suas implicações sobre a produção de conhecimento envolvida no processo representacional.

Afirmando o carácter social da construção desse conhecimento, produzido na interação e na comunicação, dele não está, em simultâneo, ausente o sujeito individual que, contrariando visões de separação entre o universo interno e externo, assume um papel ativo na construção de significados e na teorização da realidade em que se insere (Vala & Castro, 2013).

Será, pois, em torno da teoria das representações sociais de Moscovici (e dos contributos de autores com os quais mantém proximidade teórica) que se centrará a primeira parte deste capítulo. Complementa-a uma segunda, dedicada à abordagem que a Teoria da Identidade Social de Tajfel efetua ao modo como funcionam os grupos, elementos estruturadores do contexto e da organização social (no seio dos quais se constroem e se disseminam as representações sociais) e as relações de pertença com eles desenvolvidas pelos sujeitos.

Tendo por referência um continuum, apresentando, nos seus extremos, as relações interpessoais – intergrupais, debruça-se Tajfel (1982) sobre “a relação entre o funcionamento psicológico humano e os processos e acontecimentos sociais que influenciam o comportamento e são influenciados por ele” (p.17).

Partindo da ideia de que os sistemas sociais “são compostos de conjuntos de indivíduos que diferem uns dos outros de várias maneiras”, Tajfel (*ibid.* p.58) vê nesse contexto social das relações intergrupais (em cuja construção os indivíduos tomam parte ativa, sendo, pois, seus agentes e produtos) a origem da identidade social - conceito nuclear que remete para as consequências que decorrem da pertença do indivíduo a um ou a vários grupos, ou seja, dos significados emocionais e valores associados a essa pertença.

A definição desses valores sociais encontra-se fortemente associada à categorização, como mecanismo cognitivo de organização e simplificação da realidade. Ao mesmo tempo que cria uma ordem social pela organização em categorias e grupos segundo determinados critérios, fornecendo aos indivíduos um mapa orientador, na categorização radica igualmente a construção dos estereótipos sociais, outro dos conceitos âncora no modelo explicativo das relações intergrupais desenvolvido por Tajfel.

Remetendo para representações construídas e partilhadas sobre outros grupos, os estereótipos, como imagens mentais, apoiam os indivíduos na compreensão da complexidade social, ao mesmo tempo que neles se fundam visões e comportamentos tendo como destinatários o exogrupo, grupo dos outros, e o endogrupo, grupo do próprio, bem como a posição social do próprio indivíduo.

Fecha o capítulo uma referência ao conflito e à mudança social como fenómenos presentes na interação grupal, que traduzem, afinal, estratégias de busca de uma identidade social positiva por via do questionamento da ordem estabelecida nos processos representacionais abordados.

2. MOSCOVICI E A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Situamos o ponto de partida para a reflexão sobre o conceito de representações sociais, elemento central da teoria com o mesmo nome desenvolvida por

Moscovici a partir da publicação, em 1961, da sua obra “La psychanalyse, son image et son public”, na forma como este autor define a relação entre o indivíduo e a sociedade.

Na medida em que é na interação com os outros e nas aprendizagens por esse meio concretizadas que assenta a essência e a substância do conhecimento, o indivíduo é concebido como um produto social e a sociedade, por consequência, como “sistema de relações entre indivíduos colectivos” (Moscovici, 2000 p.114).

Daqui decorre igualmente o carácter dinâmico que atribui à relação entre estas duas dimensões – a realidade social é criada por sujeitos sociais (indivíduos ou grupos), na qual “estes se controlam entre si e criam os seus laços de solidariedade bem como as suas diferenças” (*ibid.*, p.114) através da comunicação, da interação mútua e de formas coletivas de pensamento.

Estabelece-se, assim, um primeiro afastamento relativamente às correntes de cognição social que a colocam como uma atividade essencialmente individual, assente na capacidade do indivíduo para simbolizar e investir de sentido o que o rodeia, sendo a realidade vista como exterior, neutra e não social. Se o sujeito é visto como um ator do conhecimento, ele é, porém, também indissociável dos laços sociais (Vala, 1993).

O conceito de pensamento coletivo³⁷ a que Moscovici faz referência remete para formas partilhadas de construir, conceber e avaliar a realidade social, enquanto ambiente natural do homem, sendo aí oportuno retroceder a Durkheim e às suas representações coletivas pela menção que Moscovici lhes confere como referência para a formulação das representações sociais e da teoria que nelas se escora³⁸.

2.1. As representações coletivas de Durkheim

É nos sistemas sociais que, para Durkheim, se geram as representações – formas mentais de conhecimento socialmente produzidas que, com carácter impositivo e

³⁷ “Collective thought”, no original em Moscovici (2000, p.211).

³⁸ Para além de Durkheim, Moscovici (2000) faz especial referência ao trabalho do antropólogo Lévi-Bruhl e ao seu sistema de crenças nas sociedades tradicionais, bem como ao trabalho de Piaget (Neto, 1998).

abrangente, definem “o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam” (Durkheim, 2007, p.XXXIII). Uma consciência coletiva traduzida em crenças, regras, mitos, lendas, tradições e concepções religiosas (as instituições sociais) coletivamente partilhadas.

Neste quadro, as representações coletivas constituem um conhecimento mental e simbólico que se situa para além do indivíduo, antecedendo-o e impondo-se-lhe e que, sendo ele um ser social, necessariamente o enformam.

São, por consequência, como a elas se referem Wachelke & Camargo (2007, p.382), “sistemas cognitivos partilhados por grandes comunidades” cuja estabilidade própria, que decorre de facto de serem coletivos, isto é, partilhados de forma homogénea por todos os seus membros ao longo de gerações, é também o traço fundamental para a estabilidade desses grupos. Como refere Durkheim,

“as maneiras colectivas de agir têm uma realidade exterior aos indivíduos que, a cada momento do tempo, conformam-se a elas. São coisas que têm sua existência própria. O indivíduo as encontra inteiramente formadas e não pode fazer com que elas não existam ou que sejam diferentes do que são”.

(Durkheim, 2007, p.XXIX)

Assim, para Durkheim, a vida social é feita de representações e como estas são “realidades parcialmente autónomas que gozam de uma vida própria e que têm o poder de atrair-se, repelir-se, de formar entre si sínteses de natureza diversa [...], as representações novas [...] têm por causa outras representações coletivas” (1994, p.50).

Essa autonomia confere-lhes igualmente o poder de se sobreporem a representações individuais e, na coerção que exercem sobre os indivíduos, de assegurar a homogeneidade de um pensamento que sustenta a sua própria objetividade e a sua estabilidade, bem como a ligação de todos os sujeitos a uma pertença coletiva e homogénea, que mantém a sociedade coesa.

Como assinala Duveen (2000, p.7), referindo-se a Durkheim e às representações coletivas, “their constraining power helps to integrate society and conserve it”, sendo exatamente esse poder de preservação (pela reprodução) e de

constrangimento (pela coercividade) que, segundo este autor, lhes confere um papel central na sociologia de Durkheim, muito focalizada nas forças e nas estruturas que possam “conserve or preserve the whole against any fragmentation or disintegration” (*ibid.*).

Ao carácter estático que associa ao conceito das representações coletivas, junta Moscovici (2000) a necessidade não só de incorporar a mudança e a inovação social, mas a dinâmica das representações (que considera, por tal, um fenómeno mais do que um conceito) e a sua plasticidade num mundo complexo e heterógeno. Razões que sustentam a adoção dessa nova visão que designa por representações sociais.

2.2. Do coletivo ao social

Reportando-se aos diferentes paradigmas em psicologia social, Vala (1993) considera que a teoria das representações sociais, não deixando de reconhecer a anterioridade do social relativamente ao indivíduo, apresenta, porém, uma concepção de sujeito que é simultaneamente origem e alvo dessa influência.

Enquanto, como refere, os paradigmas anteriores são binários – “ora salientam o papel sujeito ora salientam o papel dos objetos ou da estrutura social na configuração do conhecimento ou dos comportamentos” (*ibid.*, p.908) – este novo paradigma (que designa como “orquestra de jazz”) sugere uma interdependência triádica envolvendo, nessa relação entre um sujeito e um objeto, a mediação exercida por um *alter* (indivíduo ou grupo) na comunicação e na interação social, num contexto cultural e histórico determinado, que constituem, assim, as fontes do conhecimento.

Não se trata, pois, de uma mera alteração terminológica, como faz notar Moscovici (1988). Numa realidade histórica complexa e diversa, em que dificilmente se poderá aceitar a ideia de representações partilhadas de modo homogéneo por toda uma sociedade e a ausência do sujeito no processo da sua (re)construção, a mudança de coletiva para social reflete, afinal, duas exigências. Por um lado, a de assim traduzir a pluralidade e a diversidade de representações existentes no quadro de um mesmo grupo. Por outro, a de as situar na interação

entre dois mundos – o individual e o social. Não é, como esclarece, “so much the individual or group contributions to these representations that allows us to call them social representations; It is the fact that they have been shaped by an exchange and interaction process” (*ibid.*, p.219).

Neste âmbito, acrescenta três formas pelas quais uma representação se pode tornar social: i) quando partilhada por todos os membros de um grupo com forte estruturação, impondo-se coercivamente em todas as suas práticas simbólicas (que designa de *hegemónicas*); ii) pode cada grupo criar as suas próprias versões e, pela proximidade com outros, partilhá-las, tornando-se estas representações o produto dessa circulação (que designa de *emancipadas*); iii) por último, as que, no contexto de uma luta entre grupos, resultam de um conflito ou controvérsia social, não sendo partilhadas por toda a sociedade, que designa por *controversas* (Moscovici, 1988, p.221).

A estes critérios para a consideração das representações como sociais acrescenta Vala (1993, *apud* Cabecinhas, 2004, p.4) três outros que importa registar. O quantitativo - são sociais na medida em que partilhadas por um conjunto de indivíduos; o genético - são sociais no sentido de que produto de uma atividade cognitiva e simbólica de um grupo social, e o funcional - são sociais porque configuram teorias sociais práticas, ou seja, como as apresenta Jodelet (1996), uma forma de conhecimento e de pensamento social “orientées vers la communication, la compréhension et la maîtrise de l’environnement sociale, matériel et idéal” (p.361).

A comunicação e a interação assumem-se, neste âmbito, como dimensões fundamentais na TRS. Na sociedade consensual (Moscovici, 2000) em que vivemos, o estatuto de liberdade e de igualdade abre aos indivíduos a possibilidade de produzirem discurso (opiniões, visões, imagens) que sustenta e solidifica as relações sociais.

Essa interação comunicativa é marca do que apelida de “sociedade pensante”, ou seja, a capacidade de indivíduos e grupos construírem e comunicarem saberes, representações e soluções para as questões que se colocam (Neto, 1998).

Nesse sentido, constitui palco privilegiado para as dinâmicas entre o individual e o

social, construindo e reconstruindo espaços de convergência, abrindo a possibilidade a que o individual se torne social, ao mesmo tempo que reforça e consolida o sentido individual, os nós de pertença e a coesão entre os membros de um grupo.

A comunicação é, por isso, um espaço dinâmico de permanente negociação, opondo-se a uma visão dualista entre o indivíduo e a sociedade ou a reduções que coloquem o social como mera junção de indivíduos ou estes como entidades ausentes da (re)construção do social.

É, pois, espaço primordial de circulação e de formação das representações sociais “through reciprocal influences, through implicit negotiations in the course of conversations in which people are oriented towards particular symbolic models, images and shared values” (Moscovici, 2000, p.151), sendo pela e na comunicação que os seus elementos são estruturados.

A difusão, a propagação e a propaganda são referenciadas por Moscovici (1976) como as três modalidades comunicativas com impacto na construção e na reprodução de representações sociais, bem como na preponderância que, no quadro das interações sociais, os grupos procuram exercer sobre outros.

Centra-se a primeira na partilha ampla de informação, de um saber comum ou de interesse geral, sem um objetivo deliberado de persuasão. Já a propagação encerra um objetivo de convergência em torno de uma norma que procura veicular, para a qual procura convocar os elementos do grupo num propósito unificador ou no sentido da uniformidade. Finalmente, na propaganda, que surge em contextos de conflito ameaçadores da unidade do grupo e da sua representação do real, a persuasão e o convencimento constituem a sua principal estratégia com o objetivo de reforçar a identidade do grupo, por oposição a outros, e as representações que este construiu, igualmente por oposição às de outros (Vala & Castro, 2013; Neto, 1998).

Como a ela se refere Moscovici (2000, p.277), “propaganda is not just ‘I want to change people’s minds’, it’s something that an institution does continually and changing people’s minds is a part of it”.

Citado por Castro (2002, p.955), o mesmo autor sintetiza as três modalidades nos

seguintes termos ³⁹:

“La diffusion tend a favoriser l’éclosion *d’opinions* sur des problèmes spécifiques, la propagation édifie des *attitudes* susceptibles de marquer aussi bien les représentations que les conduites» (p. 401). «[...] la propagande est plus concrète, elle ne se contente pas de renouveler la signification d’un *comportement*, elle tend à le créer ou à le renforcer”.

(Moscovici, 1976, p.402)

Neste sentido, se, por um lado, as representações sociais são criações coletivas que se desenvolvem no contexto da comunicação (onde são moldadas e vivificadas), a própria ocorrência desta depende e assenta nas representações sociais. Sem elas não existe comunicação, nem a capacidade de definir ou de se relacionar com a realidade, pois que nelas radica a realidade socialmente construída e nesta se funda a comunicação.

Como afirma Moscovici (1999, p.92), invocando uma máxima de Thomas: “ce que les gens considèrent réel est réel”, o que torna as representações mais reais do que o real, do que decorrem duas questões adicionais. Por um lado, como assinala Neto (1998, p.441), “a representação social, na medida em que é um processo de construção do real, age simultaneamente sobre o estímulo e a resposta”. Por outro, esse aspecto da representação não como reprodução do real, mas como construção e reconstrução de carácter imagético e simbólico torna “interchangeable le sensible et l’idée, le percept et le concept”, como salienta Jodelet (1996, p.365).

Estabelece-se, assim, como desafio para a TRS descobrir como, no quadro de uma grande diversidade de indivíduos, atitudes e fenómenos, eles e os respetivos grupos conseguem construir um mundo estável e previsível, o que a torna numa teoria geral dos fenómenos sociais e numa teoria especial dos fenómenos psíquicos (Moscovici, 2000).

2.3. – Representar para tornar familiar

As teorias científicas e os acontecimentos e experiências com que os indivíduos e

³⁹ Por esta razão, Neto (1998, p.446) considera que “a difusão produziria sobretudo opiniões sobre a psicanálise, a propagação trabalharia ao nível das atitudes e a propaganda ao nível dos estereótipos”.

os grupos se deparam constituem fontes passíveis de geração de novas representações sociais, as quais são sempre representação de algo ou de alguma coisa (o seu objeto).

Nessa medida, constituem uma apropriação interpretativa da realidade exterior (o que lhes confere o carácter de construções intelectuais, cognitivas e simbólicas), operada e consensualizada por um determinado grupo e registada e armazenada em imagens e na comunicação. Ganham, em consequência, a forma de modelos, sobrepondo-se aos objetos, traduzindo uma forma de conhecimento prático.

Jodelet (2001, p.22) define, assim, as representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Moscovici, por seu lado, explicita o conceito em vários momentos do seu trabalho⁴⁰, apresentando as representações sociais como “a set of concepts, statements and explanations originating in daily life in the course of inter-individual communications” (1981, p.181) ou, em momento diferente, como “a network of interacting concepts and images whose contents evolve continuously over time and space” (1998, p.220), ou ainda, na definição de Marková (1987) a que recorre, como “a network of concepts and images tied together in various ways according to the interconnections between the persons and media that serve to establish communication” (ibid, p.222). Em Doise (1985, apud Wachelk & Amaro, 2007, p.380), as representações sociais surgem como “princípios geradores de tomadas de posição ligadas a inserções específicas num conjunto de relações sociais, e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações”, enquanto Wagner *et al.* (1999) referem-se-lhes como “the ensemble of thoughts and feelings being expressed in verbal and overt behaviour of actors which constitutes an object for a social group”.

⁴⁰ Uma das críticas dirigidas por Jahoda à TRS diz respeito, exatamente, ao que considera a falta de definição do conceito, onde tudo, desse modo, se arrisca a caber. Moscovici (1988) assume como intencional essa ausência, deixando um campo aberto às colaborações e aos diversos caminhos de pesquisa, até porque, acrescenta, nas ciências sociais, a meta não é rivalizar com a perfeição da física, do mesmo modo que não se deve colocar a pressão na verificação, uma a uma, de séries de hipóteses. “And even less to give an unambiguous definition of each of its concepts” (p.213).

Comum a todas elas, duas ideias importantes - o papel do cognitivo e do simbólico na organização do social e na modulação das experiências.

Conforme sintetiza Jodelet (2001), as representações sociais, constituindo uma forma de conhecimento prático, têm com os objetos a que se reportam uma relação de interpretação e de simbolização, sendo, por isso, ponto de partida e produto de uma atividade construtora da realidade.

No limite, portanto, todo o conhecimento social – o sistema de valores, ideias e práticas é composto de representações sociais, que se encontram reunidas no senso comum como conhecimento assente na memória coletiva e no consenso.

É a sua mediação que viabiliza a movimentação e a orientação do indivíduo no contexto no qual interage com a realidade material e social (controlando-a) e a comunicação deste com os seus pares, fornecendo-lhe os códigos necessários à interação social e à sua relação com as diferentes dimensões do seu mundo, pela nomeação, convencionalização e categorização que efetuam.

É isso que Moscovici (1988 e 2000) assinala, ao destacar duas funções centrais das representações sociais – convencionalizar objetos, pessoas e eventos, dando-lhes uma forma, categorizando-os e integrando-os num paradigma, e prescrever, o que significa que a representação que destes elementos temos, ou seja, o que pensamos, delas resulta largamente.

Referindo-se de modo detalhado a cada uma destas funções das representações sociais, Abric (2001, p.14) organiza-as em torno de quatro princípios orientadores.

Como funções de saber, permitem aos atores sociais entender e explicar a realidade , ou seja, adquirir conhecimentos e integrá-los de modo coerente nos seus esquemas cognitivos e nos seus valores, viabilizando a comunicação e a interação social e, por consequência, a própria cognição social (que é vista em Moscovici como assentando no esforço do homem para entender e comunicar).

Como funções identitárias, refere o papel das representações sociais na localização dos indivíduos e dos grupos no campo social, abrindo espaço à especificidade de cada um destes e à elaboração da sua identidade social, que constitui um veículo de controlo social.

Por funções de orientação entende Abric (*ibid.*) o direcionamento que conferem aos comportamentos e às práticas sociais, assumindo-se como um guia para a ação.

Finalmente, as funções justificadoras permitem aos sujeitos fundar e justificar à *posteriori* as suas ações nas representações sociais, frequentemente com o objetivo de marcar ou reforçar imagens e posicionamentos intergrupos.

Esta formulação tem, até pela proximidade teórica entre ambos, fortes pontos de contacto com a formulação de síntese que Moscovici apresenta quanto às funções das representações sociais, afirmando como finalidade e função de todas as representações “to make something unfamiliar, or unfamiliarity itself, familiar” (2000, p.37).

Situando-se, como vimos, nos universos consensuais, as representações sociais explicam objetos, pessoas e eventos de modo a que se tornem acessíveis a todos. A dinâmica da interação é uma de familiarização - objetos, pessoas e eventos são percebidos e compreendidos por referência a ocorrências anteriores ou paradigmas existentes, numa estratégia de partilha da realidade pela familiarização do estranho.

Reduzem-se, por outro lado, e desse modo, o que constituem ruídos à comunicação, espaço primordial do social. O desconhecido e o estranho, porque alheios ao grupo (e, portanto, exteriores), são vistos como potenciais focos de ameaça, constituem fontes de desconfiança e de receio. Familiarizá-los significa trazê-los para o domínio do ‘dentro’, do ‘perto’, do ‘explícito’ (ou seja, das estruturas tradicionais e do controlável), através da sua aproximação aos paradigmas nos quais assenta o consenso para os membros de um grupo.

Em suma, assentando nas representações sociais a criação de, como lhe chama Moscovici (2000, p.151), “a common repertoire of interpretations and explanations, rules and procedures” com o qual se protege e privilegia o consenso entre os membros, a familiarização constitui instrumento central na modelagem desse repertório e do contexto social lhe está associado, reforçando a coesão entre os indivíduos (*ibid.*, 1988).

À familiarização se liga igualmente o poder e a clareza das representações

sociais, intimamente associado ao modo eficaz como estas organizam e controlam a realidade social atual. Esta é, por sua vez, produto da acumulação no tempo de processos de representação (e familiarização) já ocorridos, juntamente com aqueles que continuamente decorrem por forma a acomodar possíveis, de outro modo, fatores de tensão.

Para responderem a essa dinâmica, as representações sociais são, por isso, vistas como entidades sociais com vida própria que, comunicando entre si, se transformam, se adaptam e se alteram de modo a permanecerem como lugares comuns, no sentido de lugares cognitivos da comunidade (*ibid.* p.25).

É esta moldura conceptual que permite o triplo papel que Moscovici (2000) lhes outorga:

Illumination (giving sense to realities), integration (incorporating new ideas or facts into familiar frameworks) and partition (ensuring the common sense through which a given collectivity is recognized.”

(Moscovici, 2000, p.157)

Esse complexo processo de familiarização assenta em dois mecanismos essenciais: a ancoragem e a objetificação.

2.4. A ancoragem e a objetificação - mecanismos sócio-cognitivos.

Para a TRS, dois mecanismos intimamente ligados entre si exibem de modo claro essa interdependência entre a atividade psicológica e o contexto social. Trata-se de processos cognitivos socialmente regulados, visando o primeiro trazer as “ideias estranhas para o domínio do familiar, isto é, das categorias e imagens consensuais ao contexto”, enquanto o segundo se destina a transportá-las do domínio do abstrato para o da materialidade do real, onde serão reproduzidas (Jodelet, 1996, p.367).

Evidenciam os dois processos a forma como uma representação transforma o social, presente na ancoragem, e o modo como o social transforma um conhecimento em representação, através da objetivação (Neto 1998, p.455).

A ancoragem assenta em duas operações que têm como função primordial o

enraizamento do elemento novo ou exterior (*strange, disturbing* ou *foreign*⁴¹) para o sistema de categorias no qual se escora a realidade social de uma comunidade – a classificação e a denominação .

Classificar consiste na integração cognitiva de uma ideia ou objeto numa das categorizações que compõem o sistema de pensamento pré-existente sendo que, nesse processo, o objeto adquire características próprias desse paradigma e é ajustado para com ele se coadunar. Do mesmo modo, quando a classificação se revela funcional, a referência à categoria passa a incorporar e a estender-se ao objeto ou à ideia assim familiarizada no mundo consensual (Moscovici, 1981 e 2000; Jodelet, 1996).

As implicações da classificação são várias. Classificar é categorizar, integrar num paradigma, o que constitui, na essência, uma ação de generalização que serve para encurtar distâncias. Ao classificar-se uma pessoa ou um objeto define-se, por um lado, aquele que passa igualmente a ser o seu *código de barras* social, dir-se-ia, ou seja, “the set of behaviours and of rules stipulating what is, and is not, permissible in relation to all the individuals included in the class” (Moscovici, 2000, p.43). Por outro lado, a escolha de um, entre os paradigmas possíveis e disponíveis na memória, para a sua classificação traz, por associação, a relação que os sujeitos sobre ele têm consensualizada.

Essa associação consolida-se na denominação⁴², a que Moscovici (1999) confere especial importância, pois que por ela se preenche a função de representação: “(...) l’attribution d’un nom consiste en l’association contingente d’un indice ou d’un trait à une chose” (p.84).

É, portanto, pelo nome que se registam a pessoa, a ideia ou o objeto num modelo e numa relação de conhecimento e se funda uma nova ligação entre o sujeito e o objeto, onde não se trata apenas de nomear e catalogar, mas da construção de um sentido e de uma interpretação.

O nome assume igualmente importância no segundo mecanismo identificado - a objetivação - que consiste na materialização do abstrato, ou seja, na tradução de

⁴¹ Em Wagner *et al.* (1999);

⁴² “dénomination”, no original (Moscovici, 1999)

um conceito numa imagem (verbalizada por um nome), que se estabelece como a realidade. Sendo uma realidade convencional, ela assume, no entanto, valor tão real quanto o real, que substitui. Como refere Moscovici (2000, p.51), “images become elements of reality rather than elements of thought”.

Jodelet (1996) vê, assim, na objetivação um processo de formação de conhecimento pelo indivíduo, “une opération imageante et structurante” composta por três fases: seleção e descontextualização (retenção seletiva dos elementos pertinentes dos campos aos quais originalmente pertencem e deslocação para o contexto); formação do esquema figurativo (a formação de uma estrutura conceptual que exprime a visão do objeto) e a naturalização (as figuras tornam-se elementos da realidade, materializados em categorias sociais, dotando-os de realidade e significado próprio).

Como resumem Wagner *et al.* (1999), a objetivação “sometimes called the “figurative nucleus” of a representation, (...) captures the essence of the phenomenon, makes it intelligible for people and weaves it into the fabric of the group's common sense”.

Salientam diversos autores (Markova, 1999; Jodelet, 1996; Moscovici, 2000) a estreita relação existente entre os dois processos – ancoragem e objetivação – pois que da conjugação das operações envolvidas em cada um não somente se familiariza o não familiar, como se apuram as funções das representações sociais, na apropriação cognitiva da novidade, na interpretação da realidade e na orientação dos comportamentos e das relações sociais.

Do mesmo modo, consideraram a objetivação como processo mais ativo e orientado à mudança que a ancoragem, mais orientado à estabilidade.

Marková (1999 p.70-71) refere-se ao último como um processo de orientação interna, assente na experiência individual e na memória de um saber pré-existente. Já o primeiro encerra um processo criativo de interpretação dos acontecimentos que ocorrem no mundo exterior, impulsionador da própria reinterpretção do conteúdo das representações existentes. Para esta autora, a objetivação configura, por isso, um processo de *thematização*, termo que assume um espaço próprio na TRS.

2.5. *Themata* e os saberes primitivos

A existência de ligações e interdependências entre várias representações sociais e a hipótese de que remetam para um elemento comum (expresso na forma de categorias opostas) constitui em Marková (1999) o ponto de partida para a discussão dos *themata* como concepções, imagens e categorias partilhadas culturalmente (e transmitidas por via da memória coletiva) e fonte a partir da qual se formam as representações sociais.

Citando Moscovici & Vignaux (1994), defende que “tous nos discours, nos croyances, nos représentations viennent après bien d’autres discours et bien d’autres représentations élaborées avant nous et proviennent” (*ibid.*, p.60).

Introduzido por Holton no domínio da filosofia da ciência, o conceito de *thema* remete, neste autor, para concepções primordiais que subjazem à atividade de pesquisa (conceitos, métodos, hipóteses) e em torno dos quais evoluem as teorias científicas, numa relação dialética entre *thema* ou *thematta* opostos. Estes são descritos com base no que designa por díades antitéticas, como *simplicidade-complexidade*; *continuidade-descontinuidade*; *análise-síntese*; *permanência-mudança* (Moscovici, 2000; Lima, 2008).

Transportando-o para a psicologia social, Moscovici & Vignaux (1994) consideram que, tal como para a ciência, os *themata*, como “concept-images”, “primary conceptions” e “primitive notions” profundamente enraizados na memória colectiva e presentes no discurso, nas imagens mentais e nas crenças, estão no centro das representações sociais.

Conforme a eles se refere noutro momento Moscovici, constituem

“‘source ideas’ (...) which bring about the generation of new axiomatics in the evolution of our representations of the world. They take the form of ‘notions’, that is to say, of ‘potential places’ of meaning as generators of conceptions, they are ‘virtual’ because these places can only be characterized through discourse, through justifications as arguments which ‘nurture’ them in the form of productions of meanings.”

(Moscovici, 2000, p.177)

Estes lugares de significação, que Abric (1996, p.78) designa, por isso, como “the virtual content of representation” (que se tornará conteúdo real da representação

pelo processo de ancoragem), são lugares do senso comum. Aí se desenvolvem e também aí encontram a forma de se legitimar, uma vez que se escoram no que designa por “cognição popular partilhada”⁴³ e nas experiências ritualizadas na cultura.

Reforçando, nesta abordagem aos *themata*, a importância e a centralidade conferida à comunicação na TRS, enfatiza em simultâneo, o carácter social da construção do sentido e as dinâmicas indivíduo-sociedade envolvidas na cristalização e na mudança das representações sociais. Elas mudam e permanecem porque, como refere Castro (2002, p.968), “são simultaneamente transmitidas aos indivíduos e aos grupos, de fora, e porque são mudadas pelos grupos e pelos indivíduos, de dentro. Porque grupos e indivíduos as recebem, mas também as trabalham.”

2.6. O senso comum como fonte das representações

O produto desse trabalho molda uma forma de conhecimento do mundo que atravessa toda a teoria e as diversas questões já aqui abordadas – o saber do senso comum.

O conhecimento popular ou comum, como também é designado, surge na TRS como a base de todo o processo cognitivo, espaço onde as representações são geradas e se interligam numa rede comunicacional partilhada no seio da qual, de modo permanente, ocorrem igualmente transferências com a outra forma de compreender o mundo e de se relacionar com ele: o conhecimento científico (Moscovici, 1988).

Farr (1996) defende que quanto mais uma ciência se afasta da vida quotidiana, maior a necessidade de ser representada, por forma a tornar-se saber social, para o que, seguindo Moscovici, vê no senso comum a “science rendue commune” (p.388).

Neste sentido, o senso comum apresenta-se como o palco privilegiado para aceder e observar representações sociais, que constituem o seu substrato. Mas também como expressão do paradigma da sociedade pensante, portanto, como

⁴³“shared and popular cognition”, no original (Moscovici, 2000).

trabalho não apenas de indivíduos, mas de grupos, pois que “individuals and groups are anything but passive receptors, and they think autonomously, constantly producing and communicating representations” (Moscovici, 1981, apud Cabecinhas, 2004, p.4). Um espaço de negociação e de mediação entre o individual e o coletivo, assim como entre a continuidade a inovação⁴⁴.

Como refere Vala (1993), a ênfase assim conferida ao princípio de que o conhecimento se constrói nas interações do quotidiano “implica que se teorize sobre as redes sociais e os fenómenos psicossociológicos no interior dessas redes, que permitem a construção do conhecimento” (p.911), objeto a que se dedica a Teoria da Identidade Social de Tajfel.

3. TAJFEL E A TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL

No estudo das interações humanas a que se dedica, acentua igualmente Tajfel (1970, 1982, 1982a) a importância da dimensão do social e, em particular, da noção de grupo.

Desde logo porque, como refere, “a maior parte dos sistemas sociais é composto de conjuntos de indivíduos que diferem uns dos outros de várias maneiras” (1982, p.58).

Por outro lado, porque ela é uma componente decisiva na conduta dos indivíduos, ou seja, as condições dos contextos sociais em que vivem os grupos de pessoas, com leis e estruturas próprias, determinam fortemente quer as suas crenças, quer a medida em que estas são compartilhadas pelos seus membros.

Ainda porque “a conduta social [i.e. as noções sobre o que é apropriado⁴⁵] é determinada, em larga medida, pelo que o indivíduo pensa ser apropriado na situação social em que se encontra”, sendo que esse juízo é, por sua vez, determinado “pelo sistema dominante de normas e valores” desse sistema social

⁴⁴ Sem perder contacto com a Sociologia e a Psicologia, é, no entanto, esta concepção que o individualiza e o configura como objeto que defende para a Psicologia Social, cuja tarefa deverá ser, como refere Moscovici (1988, p.223), “unscramble the structure and internal dynamics of social representations, once we have recognized their impact on society”.

⁴⁵ Tajfel (1970) atribui significativa relevância a este conceito ao referir que “to behave *appropriately* is therefore a powerful social motive and attempting to do so means to behave according to one’s best understanding of the situation. Judgements of what is appropriate are determined by social norms or sets of expectations” (p.102).

(*ibid.*, p.46).

Finalmente, porque os indivíduos preferem uma imagem positiva de si próprios, o que se traduz no desenvolvimento de sentidos pertença a determinadas estruturas e não a outras, que melhor possam cumprir esse objetivo. Como refere Neto (1998, p.545) “as pessoas retiram aspectos da sua autoimagem de categorias sociais com que se identificam”.

Deste enquadramento decorrem as limitações que as perspetivas assentes em abordagens individuais e inter-individuais contêm para a análise do que Tajfel considera serem as questões fundamentais sobre as quais a psicologia social se deve debruçar e que uma abordagem intra e intergrupala permite – a compreensão dos fenómenos da estabilidade, do conflito e da mudança social, das normas e valores sociais enquanto catalisadores de condutas individuais.

Uma abordagem que sai reforçada da constatação que faz de que “o contexto social das relações intergrupais contribui para fazer dos indivíduos o que eles são e são eles, por sua vez, que produzem este contexto social; um e outro desenvolvem-se simbioticamente” (*ibid.*, p.41).

3.1. A identidade social

As interações entre o indivíduo e o contexto social, ou seja, a forma como um indivíduo sente, pensa e se comporta nas várias situações com que se confronta, escoram-se, assim, segundo Tajfel (1982), na sua identidade social e na sua relação com a identidade social dos outros. Na sua conduta estão também presentes as relações que se estabelecem entre os vários grupos de que faz parte, bem como as relações destes com outros grupos.

O conceito de identidade social é, pois, nuclear na teoria, remetendo para as consequências da pertença do indivíduo a um ou a vários grupos, no sentido da “parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (*ibid.*, p.290)⁴⁶. Ou seja, a necessidade que

⁴⁶ Miranda (1998) salienta o carácter deliberadamente limitado da definição de Tajfel ao fazer decorrer o autoconceito das pertenças grupais, excluindo noções de “self” e de “self-identity”.

todos os indivíduos sentem de desenvolverem e manterem um conceito positivo de si próprios encontra respaldo na pertença a grupos que possam aportar e reforçar essa satisfação.

A perspectivação de um maior sucesso desses grupos de pertença comparativamente a outros aumenta, em consequência, o sentido positivo dessa identidade, podendo o contrário suscitar o conflito e a busca de mobilidade (Tajfel, 1982; Monteiro, 2013).

Vala (1997, p.10) aborda a questão da identidade social por via da resposta a duas questões que os indivíduos naturalmente se colocam. Se da questão «Quem sou eu?» decorrerá a pertença a categorias ou grupos sociais (auto-categorização), pois que neles assenta a organização social, da resposta a «O que significa pertencer a este grupo?» derivam “as atividades de comunicação através das quais são aprendidas ou criadas normas, símbolos, crenças e valores [integradas na construção da autoimagem] que tornam distintos os grupos que os indivíduos associaram à sua autoimagem daqueles que eles dissociaram dessa mesma autoimagem”.

Em ambos os casos, o conceito tem implícita uma ideia de grupo próxima da definição que Brown (1988), citado por Vala (1997, p.11), produziu, segundo a qual ele existe “quando dois ou mais indivíduos se percebem como membros da mesma categoria social e quando a existência dessa categoria é reconhecida por, pelo menos, um outro exterior a essa categoria”.

Definição em consonância com os critérios propostos por Tajfel (1982, 1982a) para a identificação de grupo, os quais podem ser internos (autoidentificação com um grupo) ou externos (a identificação do grupo e da pertença resulta de um consenso exterior).

Aí estão igualmente presentes aquelas que são as componentes de um grupo definidas pelo mesmo autor - uma componente sócio-cognitiva (a consciência de que se pertence a um corpo de pessoas onde existe um elevado grau de consenso e que, por tal, se vê e se sente como grupo); uma componente avaliativa (a conotação positiva ou negativa que o grupo e a pertença que lhe esteja associada conferem) e uma componente emocional, relativa às emoções

que a consciência de pertença e a conotação que lhe está associada suscitam relativamente ao grupo próprio e aos outros grupos⁴⁷ (Miranda,1998, p.600).

Tajfel (1970, 1982) destaca a relação dialética entre os contextos e as situações sociais e a expressão de pertença ao grupo que as três componentes exprimem.

Sendo os encontros sociais marcados por expectativas por parte dos seus interlocutores relativamente a características e comportamentos mútuos decorrentes dos grupos de pertença, quanto maior essa consciência de pertença a determinado grupo, a dimensão das avaliações (positivas ou negativas) que essa pertença aporte e o investimento emocional que das duas decorra, maior a identidade de grupo que exhibirá nessas interações que, individual ou coletivamente, tenha com outros grupos ou os seus membros.

Assim, à questão já assinalada – a de a visão positiva ou negativa que os indivíduos têm de si e do que os rodeia ser fortemente influenciada e ter como origem aquela que é protagonizada pelo(s) grupo(s) a que pertence – acresce, no âmbito da análise do comportamento intergrupalo, a de o indivíduo tender a valorizar de modo diferente aquele é o seu grupo (ou grupos) de pertença face aos que não o são. Como refere Tajfel,

“Quanto mais próxima estiver uma situação social (...) do pólo intergrupo do continuum interpessoal-intergrupo, mais uniforme será o comportamento dos indivíduos membros dos grupos em questão em relação aos membros dos grupos alheios.

Quanto mais próxima estiver uma situação social do pólo intergrupo, maior será a tendência dos membros do grupo próprio para tratar os membros do grupo alheio como itens indiferenciados numa categoria social unificada, ou seja, independentemente das diferenças individuais entre eles.”

(Tajfel, 1982, p.277)

Desta tendência assinalada decorre igualmente uma questão central à sua teoria: a dicotomia endogrupo - exogrupo e a atribuição aos membros deste último de traços tidos como caracterizadores de todos os seus membros, pelo

⁴⁷ Vala & Castro (2013) fazem ainda referência às *self-fulfilling prophecies* que resultam do conceito de grupo e dos critérios – a expectativa de que se cumpram no indivíduo categorizado as crenças associadas a essa categoria; as expectativas criadas sobre si próprio pelo indivíduo relativamente à categoria em que é percebido.

enviesamento da designada homogeneidade do exogrupo, que aumenta quanto mais próximo nos situarmos do pólo intergrupar do continuum a que faz referência (Tajfel, 1982,1982a)⁴⁸.

A sobreavaliação dessa homogeneidade, pela simplificação das representações cognitivas do exogrupo, conduz à despersonalização dos seus membros e à sequente desumanização (com os comportamentos que daí podem decorrer). Um mecanismo que, como refere o excerto em cima, tende igualmente a intensificar-se pela interpretação dos indivíduos da situação social como estando mais próxima do extremo intergrupar (Tajfel, 1982; Miranda, 1998; Billig, 2002).

Estas avaliações e juízos de valor que marcam a diferença entre um “nós” e um “eles”, sustentam uma diferenciação psicológica de grupo que corre a par de um processo cognitivo ao qual é igualmente conferido relevo na interação grupar – a categorização social.

3.2. A categorização social

Conforme assinala Tajfel (1982, p.273), “é impossível imaginar um encontro social entre duas pessoas que não seja afectado, pelo menos minimamente, pelas inclusões mútuas numa variedade de categorias sociais sobre as quais existem no pensamento dos interagentes certas expectativas gerais quanto às suas características e comportamentos”.

A adoção de determinados critérios que operacionalizam e orientam a divisão dos elementos do meio físico e social em grupos distintos, neles residindo tanto a separação de uns em relação a outros, como a identificação entre os membros de cada categoria ou grupo, constitui a essência da categorização social. Tajfel define-a como o processo pelo qual “se reúnem os objetos ou acontecimentos sociais em grupos, que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças dos indivíduos” (*ibid.*, p.290).

Assim, a categorização social apoia e sustenta a orientação do indivíduo no

⁴⁸ Quattrone (1986) refere-se às distorções taxonómicas e às situacionais para sustentar essa tendência de homogeneidade do exogrupo, sendo que, para além de ser vista como correta pelo grupo a visão que tem do grupo alheio, considera que todas as diferenças nele existentes se resumem àquelas de que se conseguem aperceber nos indivíduos com que tem contacto.

conjunto social, bem como o seu lugar no complexo social, mecanismos que Tajfel & Turner, citados por Monteiro, assinalam referindo a categorização como

“ferramentas cognitivas que segmentam, classificam e ordenam o meio social, permitindo deste modo ao indivíduo realizar muitas formas de ação (...) Elas proporcionam também um sistema de orientação por auto-referência: criam e definem o lugar do indivíduo na sociedade (...). Os grupos sociais, entendidos neste termos, fornecem aos seus membros uma identificação de si próprios em termos sociais. Estas identificações são, em larga medida, comparativas e relacionais.”

(Tajfel & Turner, 1979, apud Monteiro, 2013, p.520)

Cabecinhas (2004), citando Vala (1993), vê, por isso, neste processo semelhanças com o da ancoragem, abordado nas representações sociais, tendo em conta os processos de classificação e de nominalização presentes na categorização e o seu papel de estabilização do meio.

Esses mecanismos estão também presentes em Allport (1954), referido por Tajfel (1982, p.164), ao abordar as características da categorização - a formação de grandes classes de grupos nas quais se verifica uma assimilação dos seus elementos, saturando-os com o mesmo tipo de ideias e emoções⁴⁹, ou seja, processo pelo qual se seleciona, acentuam as semelhanças (na categoria) e as diferenças (face às outras) e interpreta a informação oriunda do meio (Miranda, 1996, p.103).

Uma interpretação que tanto pode originar categorias neutras (os traços alargados à categoria não possuem um valor positivo ou negativo), como outras atravessadas por um diferencial de valor, isto é, categorias que encerram uma visão favorável ou desfavorável, a qual terá efeitos previsíveis sobre o comportamento e as atitudes.

Trata-se, por essa razão, de um processo de grande relevo na definição da

⁴⁹ Referindo-se ao modo como o sistema de categorização se adapta ao meio e de como a própria informação recebida do meio se adapta ao sistema de categorização, Tajfel salienta dois aspetos da categorização: o indutivo (atribuir um item a uma categoria a partir de algumas características suas, que não necessariamente todas, podendo haver outras divergentes) e o dedutivo (utilização da pertença a uma categoria a fim de lhe fazer associar a totalidade das características dessa categoria, com pouca verificação). Assim, na caracterização, “certains aspects de l’information sont sélectionnés (les autres aspects étant par définition omis) ou bien modifiés afin qu’ils ‘collent’ mieux dans une catégorie” (1972, p.389).

própria identidade social na medida em que, entendendo-se que por via da categorização se opera uma *arrumação* e simplificação da complexidade do meio social e nomeadamente a sua organização em categorias e grupos segundo determinados critérios, estabelece-se com a identidade social, como autoconceito desenvolvido pelo indivíduo relativamente à sua pertença a grupos específicos, uma forte interligação.

Por outro lado, da categorização social decorre igualmente a construção dos estereótipos sociais, processo não menos relevante nessa definição e no modelo explicativo das relações intergrupais desenvolvido por Tajfel.

3.3. Estereótipos sociais

Reunindo abordagens de vários autores ao conceito de estereótipo, Marques, Paéz & Pinto (2013) destacam as suas características como estrutura cognitiva que encerra conhecimentos e expectativas com base nos quais são produzidos julgamentos e avaliações acerca dos grupos humanos e dos seus membros. Trata-se, portanto, de uma representação social sobre um grupo, na forma de uma imagem na qual cabem todos os seus membros.

Tajfel, citando Stallybrass (1977), recorre também à ideia de imagem para definir estereótipos como

“uma imagem mental hipersimplificada de uma determinada categoria (...) compartilhada, em aspectos essenciais, por um grande número de pessoas (...) vulgarmente, mas não necessariamente, acompanhados por um preconceito, isto é, uma predisposição favorável ou desfavorável em relação a qualquer membro da categoria em questão.”

(Tajfel, 1982, p.160)

Neto (1998, p.546) descreve-os como “um conjunto de crenças que se associam a grupos sociais (...) geralmente simples, muitas vezes generalizadas de modo excessivo e frequentemente erradas”, sendo que, como igualmente refere, a incorreção, a rigidez e a ausência de lógica sejam traços que não merecem a concordância de todos os autores, concluindo que se “trata de generalizações acerca dos atributos de categorias de pessoas, como por exemplo, grupos étnicos, sexuais e etários”.

A ideia do estereótipo como imagem remonta a Lippman (1922), para quem, face à complexidade informacional do mundo social e à necessidade de organizar e estruturar a realidade, o indivíduo dela constrói representações simplificadas. A elas se refere como “*pictures in our heads*”, que configuram um *pseudo-ambiente* mediador entre a realidade e o indivíduo, composto de mapas que o guiam e o defendem, a si e à sua posição na rede de relações sociais (Marques *et al.*, 2013; Miranda, 1995 e 1996; Cabecinhas, 2004a).

Tajfel desenvolverá, assim, a abordagem cognitiva e social ao estereótipo iniciada por Lippman, como interpretações através das quais é possível compreender o lugar que cada grupo ocupa, interpretar as ações dos seus membros e, ao mesmo tempo, justificar as diferentes posições nas relações intergrupais.

Essas interpretações encerram uma componente racional (denotativa e descritiva) mas, sobretudo, uma componente valorativa (conotativa e avaliativa) do estereótipo, a qual encerra informações que são transmitidas no processo de socialização próprio do contexto em que ocorre e que se unem à primeira (a racional) numa relação, dir-se-ia, metonímica - a parte (a denotativa ou a conotativa) pelo todo (a indissociação das duas)⁵⁰.

Esta associação dos atributos às categorias, a explicitação de diferenças até então pouco nítidas entre categorias e criação de diferenças onde estas não existiam constituem características dos estereótipos. Afirmam, assim, o seu carácter psicossocial, bem como o da categorização, já descrita anteriormente, como processo cognitivo primordial na sua construção e mesmo na discriminação intergrupai⁵¹ (Tajfel, 1982; Marques *et al.*, 2013; Miranda, 1998) .

Partindo destas características, Tajfel (1982) refere-se às funções dos estereótipos, organizadas em termos de funções sociais e psicológicas.

⁵⁰ Cabe aqui igualmente o conceito de *correlação ilusória* a que Marques *et al.* (2013, p.479), na sequência do trabalho de Hamilton e Gifford (1976) e de Tajfel (1982), se referem como “a impressão que dois acontecimentos (por exemplo, “pertença a um grupo” e “ocorrência de um traço”) estão associados, embora na realidade não o estejam”.

⁵¹ Miranda (1996), salienta a distinção efetuada por Allport (1954) entre categorização e estereótipos sociais, que, estando associadas (a primeira constitui uma componente na formação dos segundos), são entidades distintas. A autora acrescenta a visão de Allport sobre estereótipos sociais como “uma crença exagerada associada a uma categoria cuja função é justificar (racionalizar) o nosso comportamento relativamente a essa mesma categoria” (p.103).

3.4. Funções dos estereótipos sociais

A partir dos conhecimentos fornecidos pela psicologia social, pela história e pela antropologia social e pelo senso comum, identifica Tajfel a causalidade social, a justificação e a diferenciação como as condições para criação e difusão de estereótipos sociais de exogrupos e base para as suas funções sociais.

Refere-se a primeira à procura de, pelos estereótipos, se compreenderem acontecimentos sociais complexos de larga escala. Remete a segunda para a justificação de comportamentos tendo como alvo o exogrupo, e a última para a diferenciação positiva do endogrupo relativamente a outros grupos, quando está presente a percepção de que uma tal diferenciação se está a tornar insegura e falsa ou, alternativamente, quando, não sendo positiva, existe a percepção de que há condições sociais que permitem uma mudança da situação (*ibid.*, p.174).

As funções psicológicas dizem respeito à estruturação cognitiva e à manutenção de valores individuais. A estruturação cognitiva está ligada ao processo da categorização, já abordado nos seus contornos. Neste âmbito dos processos cognitivos, Tajfel faz ainda referência à acentuação perceptiva, à assimilação de valores e à procura de coerência com vista à manutenção de crenças e valores individuais (Tajfel, 1982; Miranda, 1996).

A acentuação das semelhanças entre os membros de uma mesma categoria (assimilação intracategorial⁵²) e das diferenças entre membros de categorias opostas (diferenciação intercategoria), que enformam o princípio da acentuação perceptiva, conduzem a que se negligenciem as diferenças entre os membros da categoria própria e se sobrestimem as diferenças para membros das categorias dos exogrupos, percebidos em termos dos atributos da categoria, com frequência numa relação dicotómica entre um “nós” e um “eles” (Tajfel, 1982).

Em pesquisas que conduziram com vários grupos Tajfel, Billig, Bundy & Flament (1971) concluem que, como efeito da categorização social sobre o comportamento intergrupar, responsável por essa dicotomização entre o “nós” e o “eles”, mesmo em situações onde não está diretamente em causa um valor

⁵² Monteiro (2013, p.520) utiliza, para esta mesma classificação, as designações “acentuação intracategorial de semelhanças” e “acentuação intercategoria de diferenças”.

utilitário imediato ou a expectativa de um confronto intergrupo, ela estabelece por si a tendência para um comportamento diferenciado em relação aos grupos próprios e aos exogrupos.

A esta tendência para o enviesamento endogrupal (favorecimento do seu grupo) associa Billig (2002) a tendência para o preconceito relativamente aos membros dos exogrupos.

Destaca igualmente este autor a importância do segundo processo referenciado por Tajfel - a assimilação - fazendo notar que os indivíduos não criam as suas próprias categorias, antes assimilam as que estão culturalmente disponíveis, desse modo validando “culturally determined patterns of prejudgment and stereotyping” (*ibid.* p.175).

A aplicação de juízos de valor, referenciada por Marques *et al.* (2013, p.449), como forma de “assegurar uma coerência entre os estereótipos que possuímos, os julgamentos que fazemos (...) e a estrutura das nossas crenças acerca da dinâmica social e do lugar que nela ocupamos”, significa que o ato de categorizar (alguém ou o próprio) não se esgota, assim, na inserção do objeto numa categoria. Envolve, igualmente, a atribuição implícita do valor que a esta está socialmente conferido, que conhecemos por via da comunicação e da socialização, e que confirma o pendor discriminatório intergrupar presente na própria categorização⁵³. Assim, são ambos os processos – a acentuação perceptiva e a assimilação de valores – impulsionados pelo objetivo de legitimação de uma dada representação da ordem social.

A coerência, que Tajfel assinala como terceiro processo, prende-se com o facto de o modo como são valorados os outros com base nas suas pertenças categoriais visar a defesa de relações entre categorias e posições sociais que promovam um autoconceito (o mesmo é dizer, uma identidade social) satisfatório, para o que se torna necessária a proteção das crenças, tanto em relação ao grupo próprio como ao exogrupo.

⁵³ Descrevendo este funcionamento, Marques *et al.* (2013, p.450), com base no trabalho de Doise (1992), salienta que à associação automática entre as crenças estereotípicas e a associação de valor subjazem alguns princípios - os juízos de valor são aceites e vistos como objetivos e a apercepção sobre a veracidade da informação veiculada prende-se mais com o estatuto do seu emissor do que com o conteúdo.

Flutuações nas condições sociais e no ambiente cultural podem suscitar a necessidade de revisão e de adaptação de estereótipos, os quais evoluem por referência às relações intergrupais, que justificam e antecipam (Miranda, 1996).

Na comparação que deles estabelece com espécies biológicas, salienta, no entanto, Schaller (1996) que, tal como aquelas, as novas condições podem suscitar um novo desenvolvimento do estereótipo, sem que necessariamente desapareça o anterior, conquanto mantenham a relevância e carácter informativo.

Em qualquer caso, a constatação do seu carácter evolutivo, com base em estudos⁵⁴, questiona a noção de rigidez do estereótipo que, a par da incorreção na sua aquisição, da sua sobre-generalização e da não coincidência com os valores que descrevem, marcam a abordagem sociológica aos estereótipos.

A ela se contrapõe uma abordagem cognitivista que, como exposto, vê os estereótipos como categorias, a categorização como um processo conceptual, assente em generalizações, que exibem uma teoria de personalidade - representações sobre a frequência e a variabilidade de um dado traço de personalidade na população (Miranda, 1996).

3.5. Mudança social e conflito intergrupais

Afigura-se, ainda, importante abordar uma última questão relativa à mudança social e ao conflito intergrupais, para o qual são convocadas as duas teorias – TRD e TIS – no sentido da articulação que para elas propõem Vala & Castro (2013). Referem assim que se “as identidades têm associadas a si conteúdos ou representações que distinguem um grupo do outro (...), então as representações ativadas num dado contexto relacional dependem das identidades também ativadas nesse mesmo contexto” (p. 396).

Doise (1976-84), citado por Cabecinhas (2004, p.13), explora igualmente esta ideia, destacando o papel das representações nas relações intergrupais: se a especificidade de cada grupo potencia a construção de representações específicas, esta especificidade potencia, por seu turno, a diferenciação dos

⁵⁴ Miranda (1996), a título exemplo, faz referência aos estudos de Gilbert (1951) e de Karlins *et al.* (1969), de comparação com os resultados de Katz e Braly (1933),

próprios grupos.

É, aliás, nesse contexto que assinala a seleção (ênfase colocada nos conteúdos relevantes às relações intergrupais), a justificação (veiculação de imagens do outro grupo que justifiquem comportamentos específicos no contexto da interação) e a antecipação (implicações no desenvolvimento das relações intergrupais) como funções para as representações sociais, as quais são, assim, construídas em função das estratégias dos grupos, apoiando e justificando os comportamentos grupais.

Dessas estratégias de cada grupo faz parte a conquista (ou a preservação) de uma marca distintiva positiva, pois que nela se ancorará, ou por ela se obterá, uma identidade social igualmente positiva para os seus membros, aí se enquadrando a tendência para o favorecimento do endogrupo, já abordada.

Desse facto resulta a constatação de que a obtenção dessa identidade social positiva (e esta em si) assume um carácter predominantemente relacional, isto é, assente em comparações sociais intergrupos, nas quais a competição e o conflito tomam parte integrante nesse processo.

Como refere Tajfel (1982a, p.15), citando Turner (1981), “social groups seem to be more competitive and perceive their interests more competitively than individuals under the same functional conditions”. Constatação que reforça com a ideia de que quanto mais intenso o conflito intergrupar, maior a tendência para os membros dos grupos envolvidos se relacionarem mutuamente com base nas suas pertenças grupais.

Por essa razão, Doise & Moscovici (1995, p.274) advogam que diminuindo a intensidade e a frequência de interações sociais, diminui igualmente o conflito e aumenta o sentido de compromisso entre indivíduos, enquanto que tudo o que favoreça a confrontação de visões conduz à polarização e, em consequência, à interação. Como fazem notar os mesmos autores, com base nas experiências realizadas, “los grupos tienden a ser mas audaces que los individuos”, no que é designado de “risk shift” (*ibid.*, p.268).

A competição social por reconhecimento ou maior estatuto, prestígio ou categoria (*rank*), sobretudo quando estes recursos objetivos se encontram desigualmente

distribuídos e existe a predisposição de um grupo para o questionar, contém em si o potencial de conflito, perspetivando quer a mudança social⁵⁵, quer a preservação de um quadro de estabilidade em funções dos interesses intergrupais em contexto (Tajfel & Turner, 1979).

Por essa razão Tajfel (1982, p.314) refere-se também à identidade social como um “mecanismo causal interveniente em situações de mudança social objetiva”⁵⁶, destacando, neste âmbito, três categorias de situações suscetíveis de induzir processos de mudança social: i) a situação marginal ou mal definida de um grupo, dificultando a definição do lugar dos seus membros no sistema social; ii) a ocorrência de mudanças iminentes ou de um conflito de valores que questione a superioridade (até então, consensualmente definida e aceite) de um grupo (situação com de particular interesse para o caso de Macau) e iii) a emergência de situações como a tomada de consciência comum de um grupo relativamente à ilegitimidade do seu estatuto inferior⁵⁷ ou a percepção da viabilidade de uma luta por uma organização social alternativa (ou a conjugação de ambos).

Relacionam-se estas situações com os conceitos de identidade social segura, onde não se perspetiva (ou, no limite, não se concebe) uma alteração na textura social, por oposição e ao contrário das identidades sociais inseguras.

Partilham, assim, as representações sociais e os estereótipos essa dimensão do simbólico, onde, como refere Moscovici (2000, p.157), indivíduos e grupos, “establishing a bond, making an image, evoking, saying and causing to be said, sharing a meaning in some transmissible propositions, and in the best of cases summarizing in a cliché which becomes an emblem”, participam da construção de mentalidade e crenças com implicações em comportamentos no contexto das suas interações.

⁵⁵ Tajfel & Turner (1979, p.35) definem a mudança social como um sistema de crenças de que a “nature and structure of the relations between social groups in the society is perceived as characterized by marked stratification, making it impossible or very difficult for individuals, as individuals, to invest themselves of an unsatisfactory, underprivileged or stigmatized group membership”.

⁵⁶ Miranda (1998, p.604) define mudança social como “os esforços conduzidos por grandes números de indivíduos, que se definem a si mesmos e que são definidos por outros como grupo, para resolver, de forma coletiva, um problema que consideram ter em comum” .

⁵⁷ Os conceitos *superior* e *inferior* são explicados por Tajfel (1982, *ibid.*) no quadro da interação e das diferenciações sociais, em termos de discrepâncias entre grupos no estatuto social, poder, domínio, etc.

CAPÍTULO III
QUADRO METODOLÓGICO

1. QUADRO METODOLÓGICO

Regista este capítulo o conjunto dos procedimentos efetuados no curso da investigação, visando clarificar o que se fez e como se fez, condição processual destinada não apenas a garantir a adequação da pesquisa aos princípios que regem este tipo de trabalho, mas ainda de modo a permitir a confirmação ou a continuidade das observações.

Assim, a partir da definição do objeto do estudo, e tendo já sido assinalados na Introdução os objetivos para ele definidos, serão aqui referenciados os aspectos relativos à metodologia desenvolvida, à seleção e definição da amostra, aos instrumentos concebidos e aplicados na colheita de dados, procedimentos éticos e formais observados na recolha de informação e, por último, procedimentos no tratamento e análise dos dados recolhidos.

Relativamente aos procedimentos formais, ao convocar a participação de um grupo que integra um contexto cultural e linguístico muito específico e substancialmente diverso dos referenciais psicológicos do pesquisador, o estudo colocou algumas exigências adicionais que se procuraram garantir da melhor forma. Sobretudo, que o pronunciamento dos sujeitos pudesse ocorrer na sua língua (chinês) e que o seu interlocutor direto, no caso dos inquiridos por questionário, fosse igualmente um cidadão falante de chinês como língua materna.

2. OBJETO DO ESTUDO

Jodelet (2001, p.17) afirma como uma necessidade que todos partilhamos a de “estarmos informados sobre o mundo à nossa volta”, pois que da sua complexidade e diversidade resulta uma outra necessidade comum, que consiste em ser capaz de ajustar-se, conduzir-se, “dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam”.

De modo já explicitado, a construção de mecanismos psicológicos, de que as representações e os estereótipos sociais constituem expressões, apoiam e, de algum modo, viabilizam essas tarefas pela própria simplificação (categorização) da realidade que proporcionam.

Nelas tomando parte ativa o indivíduo, elas são, no entanto, eminentemente sociais, pois, como conclui Jodelet (*ibid.*), “compartilhamos o mundo com outros, neles nos apoiamos — às vezes convergindo, outras, divergindo — para o compreender, o gerenciar ou o afrontar”.

Assim, se o grupo ou grupos com que convergimos são, de facto, essenciais nessa gestão do mundo, não o são menos aqueles dos quais divergimos, pois que a identidade social decorre, como se viu em Tajfel (1982), da pertença e da não pertença. Assume um carácter predominantemente relacional, assente em comparações sociais intergrupos.

O Outro é, pois, parte importante da equação identitária, na medida em que as imagens que dele se concebem compõem igualmente quem somos e como nos relacionamos para além de nós próprios.

É, assim, sobre imagens e metáforas do Outro, neste caso, dos portugueses que assenta o objeto de estudo a abordar, que resumimos em:

Representações sociais e estereótipos dos portugueses nas mulheres de nacionalidade chinesa residentes em Macau.

As representações sociais e os estereótipos constituem objeto e temática de uma ampla variedade de trabalhos no domínio da psicologia social. Na pesquisa efetuada, escasseiam, no entanto, os que, nesse âmbito, se debruçam sobre os portugueses no contexto asiático

À motivação que tal constatação apresenta junta-se a que advém do facto de o trabalho poder, por consequência, revestir-se de interesse e de utilidade, em particular para a comunidade de portugueses de Macau e para as relações intergrupais que ocorrem nesse contexto, envolvendo essa comunidade.

Assentou, assim, nestes critérios a seleção do objeto, a par do facto de se tratar de uma temática próxima da nossa experiência pessoal, em linha com os que referenciam Carmo & Ferreira (2008, p.47).

3. TIPO DE ESTUDO

Carmo & Ferreira (2008, p.231) definem a investigação descritiva como aquela

que “implica estudar, compreender e explicar a situação atual do objecto de investigação”, que Selltiz, Wrightsman & Cook, (1976, p.101) situam na “description des caractéristiques d’ensembles communautaires”, sendo esse o tipo de estudo no qual se posiciona este trabalho.

De facto, constituindo propósito da investigação fornecer a explicitação de um fenómeno (as representações sociais e estereótipos dos portugueses) no contexto de um grupo (mulheres) e uma realidade social determinada (Macau), é no escopo da finalidade descritiva que esse propósito se situa.

À sua seleção não são também alheios fatores como o tempo disponível, inviabilizando metodologias a exigir períodos extensos e prolongados de observação que, quer a experiência do investigador, quer o aumento de constrangimentos proporcional à importância e à preponderância que assumisse a componente linguística, desaconselhavam.

Nos vários estudos que esta categoria encerra⁵⁸, optou-se pelo estudo de inquérito, assente em questionários para a recolha de dados, opção que surge interligada com a seleção efetuada a nível do método a que se faz recurso.

Os métodos estão associados a visões do mundo ou paradigmas diferenciados (Muijs, 2004, p.4), um mais virado para a compreensão da conduta humana e, portanto, mais centrado na observação e no processo (métodos qualitativos); o outro mais centrado na medição para uma observação de pendor mais positivista e por isso mais centrado no resultado (métodos quantitativos). Um mais centrado numa perspetiva a partir de dentro, o outro perspetivando a partir de fora, o que aporta implicações de carácter mais holístico ao primeiro e mais dedutivo o outro.

Métodos qualitativos e quantitativos apresentam, assim, um quadro diferenciado de princípios com implicações ao nível das técnicas que se selecionaram para o estudo. Alguns autores admitem uma conjugação de operações dos dois paradigmas⁵⁹, enquanto outros desaconselham vivamente esse procedimento pois que, remetendo cada um deles para pressupostos diferenciados, a sua

⁵⁸ Foi aqui seguido o critério de classificação definido por Carmo & Ferreira (2008, p.232).

⁵⁹ Muijs (2004, p.6) refere-se a uma abordagem pragmática, que conjuga diferentes métodos, considerando mesmo que “sometimes a mixed methods approach combining quantitative and qualitative methods will be the most appropriate”.

combinação é não só difícil como apresenta implicações na coerência da pesquisa (Carmo & Ferreira, 2008).

Envereda a investigação por uma metodologia predominantemente quantitativa pois que as descrições que o estudo se propõe efetuar fazem recurso e têm como âncora um tratamento estatístico de dados recolhidos por via do recurso a técnicas padronizadas, com vista a resumir, organizar e, a partir dessas operações, interpretar a informação numérica assim produzida.

Como refere Muijs (2004), ainda que muitos dados não nos surjam de modo natural sob uma forma quantitativa, como é o caso do estudo em apreço, é possível proceder a uma recolha quantitativa desses dados por via da concepção de instrumentos de pesquisa que viabilizem a conversão de fenómenos em dados quantitativos, passíveis de interpretação, como é também o caso, tendo em vista o tratamento de uma população.

4. QUESTÃO DE PARTIDA

A definição da questão (ou questões) de partida constitui, para vários autores, uma operação metodológica essencial à criação do fio condutor pelo qual se alinhará a investigação.

Quivy & Campenhoudt (2003) referem-se-lhe como um importante auxiliar de clarificação das intenções e da direção do estudo, conquanto a questão ou questões formuladas permitam o seu efetivo tratamento, para o que deverão exibir como características intrínsecas a clareza, a exequibilidade e a pertinência.

Definiu-se, assim, como ponto de partida para a investigação:

Exibem as imagens dos portugueses construídas por mulheres chinesas de Macau traços favoráveis ao desenvolvimento de relações intergrupais positivas com os portugueses, abrindo espaço à participação destes na construção da RAEM?

Questão central no âmbito da qual podemos inserir diversas outras, mais particulares, que para ela concorrem e que importa registar. Assim,

- que espaço entende o grupo de referência dever existir para uma presença de portugueses no novo contexto político-jurídico de Macau e qual a qualidade dessa presença?
- Têm (devem ter?) os portugueses algum tipo de acesso, de influência e de poder na tomada de decisão das estruturas atuais?
- Qual a interação que têm e que perspetivam ter com os portugueses?
- Como deverão ser geridos vestígios da presença portuguesa (se vistos como tal) que, não deixando de constituir herança de uma administração colonial, concorrem para uma reconhecida especificidade?
- Instrumento de poder no passado, língua de oportunidade, por decisão política, no presente, que valor é atribuído à língua portuguesa pelos inquiridos? Que estatuto lhe deverá, em consonância, ser conferido?

5. HIPÓTESES

As hipóteses, como referem Sousa & Baptista (2011, p.27), constituem uma possível resposta prévia às questões colocadas, na base de proposições admissíveis, que procuram “solucionar a pergunta de partida e ajudar a compreender o tema” e que serão sujeitas a verificação.

Lakatos & Marconi (1992, p.104) distinguem a hipótese básica – aquela que constitui a resposta principal que, para o enquadramento deste estudo, se reporta “à natureza ou a características de dados fenômenos, em uma situação específica” - das hipóteses secundárias, cuja função complementar permite “englobar aspectos não especificados na básica”, bem como “decompor pormenores da afirmação geral”.

Foram, neste contexto, definidas três hipóteses para o estudo, sendo uma (a primeira) principal e duas secundárias:

H1 – O grupo de referência exhibe imagens positivas dos portugueses, favoráveis ao desenvolvimento de relações intergrupais não conflituosas e socialmente próximas;

H2 – É mais aberta e valorizada a participação dos portugueses na construção da nova realidade social da RAEM, do que a de outras

comunidades étnicas de Macau;

H3 – A presença de portugueses na atualidade é associada a um processo histórico, sendo reconhecidos e valorizados vestígios da presença portuguesa em Macau, nomeadamente, a língua.

6. POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM

O estudo definiu como conjunto a inquirir o das mulheres de nacionalidade chinesa de Macau, que assim constituem a sua população, no sentido do conjunto total de casos abrangidos por uma mesma definição, encerrando uma ou várias características comuns (neste caso, o sexo, a etnia e a localização geográfica), que o individualiza relativamente a outros conjuntos possíveis ⁶⁰.

A extensão e a dispersão desta população inviabilizam a recolha exaustiva e apelam à seleção de uma amostra, i.e., à inquirição de parte desse conjunto, de dimensão ou grandeza que, tornando exequível a recolha em termos de meios e recursos, procure assegurar a representatividade deste subconjunto face ao universo inicial.

Tal representatividade está mais assegurada nas técnicas de amostragem probabilística, assentes na seleção aleatória dos elementos que compõem a amostra, face às técnicas não probabilísticas. Estas assentam, como referem Carmo & Ferreira (2008, p.215), em “critérios de escolha intencional sistematicamente utilizados com a finalidade de determinar as unidades da população que fazem parte da amostra”, sendo os elementos selecionados em função dos objetivos do estudo.

Registando as limitações que a seleção da técnica de amostragem operada trouxe ao estudo em termos da sua representatividade, assim não assegurada, fez o mesmo, no entanto, apelo a uma amostragem não probabilística por conveniência assente, essencialmente, em razões operacionais.

Permitindo, apesar das limitações expressas, a obtenção de informação pertinente, a captação de ideias gerais e aspectos críticos (Sousa & Baptista,

⁶⁰ Sousa & Baptista (2011) e Carmo & Ferreira (2008)

2011), coadunava-se a mesma com três estratégias que o contexto de realização da pesquisa suscitava para a recolha da informação – a do acompanhamento por parte de um tradutor no processo de construção dos instrumentos de recolha e no tratamento da informação recolhida (nas questões abertas e semiabertas); o recurso a três inquiridores de língua materna chinesa, que conduziram a aplicação dos instrumentos de recolha, explicitando-os aos inquiridos; a utilização do chinês tradicional nos caracteres chineses usados nos instrumentos de recolha⁶¹ distribuídos.

A concentração da amostra e a abrangência do maior número possível de sujeitos num único momento e espaço estiveram, assim, na base da seleção, como subconjunto a inquirir, de 175 mulheres de nacionalidade chinesa residentes em Macau, que frequentam, no momento da recolha, formações em Língua Portuguesa oferecidas pelo Instituto Português do Oriente⁶², a cujo acesso tínhamos facilitado.

Sobre este universo de amostragem selecionado incidiram os dois instrumentos de recolha de dados concebidos. Num primeiro, destinado à recolha dos itens que haveriam de compor a lista de objetivos a integrar no questionário por inquérito (vd. ponto 1.6), foram selecionadas 50 (n=50) destas mulheres, que iniciaram em fevereiro de 2015 a sua formação IPOR, distribuídas por 4 grupos.

Em termos de dados sociométricos, esta amostra inicial de 50 mulheres foi composta por 30 estudantes, 12 funcionárias públicas e 8 quadros de empresas locais, com habilitações que se situam entre o ensino secundário (22) e o ensino superior (28), de quatro faixas etárias pré-definidas: menos de 20 anos (20), 21-30 anos (14), 31-40 (12) e 41-50 anos (4).

⁶¹ Nas áreas da China onde se fala *cantonense* (uma das 16 línguas que compõem o que habitualmente se designa por “Chinês”) como é o caso das Regiões Administrativas Especiais de Macau e de Hong Kong e também da província contígua de Cantão (Guangdong), prevalece ainda, na escrita, a utilização dos caracteres do designado chinês tradicional. Difere este do chinês simplificado, assim chamado em resultado da reforma linguística introduzida em 1956 pelo Estado da República Popular para favorecer a alfabetização escrita, que é usado de modo alargado nas outras províncias, a par do *mandarim*, a língua oral maioritária do “Chinês” e língua oficial da China. Os caracteres apresentam diferenças sensíveis nas duas normas.

⁶² O Instituto Português do Oriente é uma instituição de carácter associativo, sem fins lucrativos, criada em Macau, em 1989, com o objetivo central de promover a cultura e a língua portuguesa, o seu ensino e a sua aprendizagem em Macau e na região asiática onde se encontra sedado.

No segundo instrumento de recolha – o inquérito principal – participaram as 175 mulheres que compunham a amostra, pertencentes aos mesmos grupos etários de -20 anos (53), 21-30 anos (83), 31-40 (34) e 41-50 anos (5). São naturais de Macau 148 das participantes no estudo, enquanto 26 (14,86%) nasceram na China continental e 1 (0,57%), tendo nacionalidade chinesa, nasceu na Birmânia.

Os dados recolhidos referentes à sua ocupação situam 38,29% como estudantes - 22,29% dos quais no ensino secundário (39) e 16,0% no ensino superior (28) - sendo 46,86% (82) funcionários da administração pública da RAEM, 13,71% (24) trabalhadores por conta de outrem em empresas e 1,14,% (2) trabalhadoras por conta própria, conforme demonstra o quadro 3.1.

Quadro 3.1.
Composição da amostra (n=175)

IDADE	PROFISSÃO						ORIGEM				HABILITAÇÕES				
	E.S.	E.U.	F.P.	TCO	TCP	TOTAL	Macau	China	Outra	TOTAL	E.S.	LIC.	MEST.	OUTRA	TOTAL
-20	39	14				53	47	6		53	53				53
21-30		14	47	20	2	83	72	10	1	83	1	65	16	1	83
31-40			30	4		34	25	9		34		22	12		34
41-50			5			5	4	1		5	1	3	1		5
TOTAL	39	28	82	24	2	175	148	26	1	175	55	90	29	1	175

E.S.: Estudante Ensino Secundário
E.U.: Estudante Ensino Superior
F.P.: Funcionário Público
TCO: Trabalhador por conta de outrem
TCP: Trabalhador por conta própria
E.S.: Ensino secundário
LIC: Licenciatura
MEST.: Mestrado

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015.

Foi ainda recolhida informação relativa às habilitações literárias, tendo 31,4% das inquiridas (55) tem como habilitações o ensino secundário, 51,4% (90) uma formação superior de 1º nível, enquanto 16,6% (29) é detentora de uma formação de 2º nível.

7. VARIÁVEIS EM ESTUDO

Muijs (2004, p.8) refere-se às variáveis como “any characteristic of the unit we are interested in and want to collect”. São, por sua vez, essas características da população a estudar, que Pocinho (2012, p.32) define como “o aspecto discernível de um objeto de estudo”, que conduzirão à aceitação ou à rejeição das hipóteses para ele definidas.

Assume, por consequência, a medição dessas qualidades ou características, nas

várias formas sob que tal pode ser efetuado, bem como a relações que entre elas possam ser estabelecidas, preponderância central na análise do fenómeno sob pesquisa. A sua organização faz-se sob duas ordens – as variáveis independentes e dependentes.

A variável independente refere-se àquele traço ou característica que é manipulada e alterada intencionalmente pelo investigador de modo a detetar o seu impacto sobre outra variável, motivo pelo qual Carmo & Ferreira (2008) a designam como “variável estímulo ou *input*” (p.258).

Refere-se, por seu lado, a variável dependente, designada pelos mesmos autores como “variável resposta ou *output*” (*ibid.*), ao factor que se altera ou modifica em função das intervenções que se efetuam sobre a variável independente.

Deixam ambas as definições indicações claras quanto à forte proximidade e estreita ligação entre as variáveis independentes e dependentes.

Pocinho (2012, p.37) apresenta ainda uma formulação alternativa para estudos descritivos, reportando-se às variáveis primárias, consideradas “como principais (...) e as únicas que têm peso no momento da conclusão”, com as quais se relacionam as secundárias, pouco determinantes nas conclusões, e as complementares, usadas para caracterizar a população ou a amostra.

As variáveis podem ainda ser qualitativas (atributos ou categorias de descrição dos sujeitos) ou quantitativas (características mensuráveis e que expressas em valores numéricos que remetem para uma unidade de medida ou de ordem).

Em função das questões de investigação formuladas, foram seleccionadas como variáveis independentes relevantes a idade, o grau académico, a origem (local de nascimento) dos inquiridos e a sua profissão, a que se refere, nos contornos de que se reveste cada uma delas (tipo de questão que a sustenta no inquérito e escala definida para sua medição e termos operacionais), o quadro 3.2.

Quadro 3.2.
Variáveis independentes

VARIÁVEL (definição do conceito)	TIPO DE QUESTÃO	ESCALA DE MEDIDA	DESIGNAÇÃO OPERACIONAL
Idade	Fechada	V- quantitativa	- 20 21-30 31-44 41-50 + 50
Grau Académico	Mista	V. Qualitativa nominal	Secundário Licenciatura Mestrado Outra
Origem	Mista		
Profissão	Fechada	V. Qualitativa nominal	Estudante Ens. Sec. Estudante Ens. Sup. Funcionária Pública Trab. conta de outrem Trab. conta própria

Em termos de variáveis dependentes, constituindo propósitos centrais inferir das representações e traços de estereotipicidade sobre portugueses por mulheres chinesas, é no âmbito das relações intergrupais e na visão sobre o exogrupo que estas irão fundamentalmente incidir. Poderá, por tal, indicar-se como variáveis dependentes:

- i) contacto com o exogrupo (portugueses);
- ii) estereótipos do exogrupo (portugueses) e do endogrupo;
- iii) atitudes e preconceitos em relação aos portugueses;
- iv) distância social em relação ao exogrupo (portugueses);
- v) comparação intergrupar em termos de grau de importância;
- vi) dimensões de valorização do exogrupo;
- vii) dimensões de valorização de vestígios da presença de portugueses;

8. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Decorre da opção metodológica efetuada, posicionando a pesquisa no domínio e nas finalidades descritivas, e do tipo de estudo definido nesse âmbito - estudo por inquérito – a seleção do questionário como instrumento concebido para a recolha de dados.

Sendo adequado ao conhecimento das condições e modos de vida de uma população, seus comportamentos, valores ou opiniões (Carmo & Ferreira, 2008, p.231), a economia de tempo e de recursos que encerra, a possibilidade de aplicação simultânea e o facto da sua formulação estandardizada e impessoal

potenciar uma maior uniformidade na apreensão pelo sujeito da significação envolvida nas questões (Sellitz *et al.*, 1976) constituíram igualmente factores de decisão.

Numa situação em que os sujeitos comunicam numa língua diferente do inquiridor e em que é necessário o recurso à tradução por terceiros de toda a comunicação presente no processo de recolha de dados, com riscos acrescidos de interferências linguísticas potenciadoras de desvios, este potencial assumiu relevo acrescido.

Quivy & Campenhoudt (2003) acrescentam a estas vantagens a possibilidade que o inquérito por questionário oferece de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder a análises, mas são ainda Sellitz *et al.* (ibid.) quem alude a uma outra questão de particular pertinência para o estudo ao referirem-se à segurança adicional que o anonimato oferece, permitindo que os inquiridos se sintam “par conséquent, plus libres d’exprimer des opinions qu’ils considèrent répréhensibles ou qui pourraient leur amener des ennuis” (p.291).

De facto, para além das questões operacionais e linguísticas, a menor disponibilidade dos sujeitos para exprimir sentimentos ou produzirem juízos valorativos, em particular sobre matérias da esfera pessoal, social ou política (dissonantes com um espírito de contenção que culturalmente prevalece e com a preservação da “face” que uma exposição pessoal pública pode perigar), sugere como vantajosas situações em que o anonimato diminua esta tensão.

Neste contexto, foi elaborado um primeiro questionário com uma única questão aberta (Anexo A), destinado a recolher as 10 palavras-adjetivo que, do ponto de vista dos inquiridos, representam os traços que melhor caracterizam os portugueses.

A elaboração de listas de adjetivos, a partir das quais se obtém a percepção que uma população específica tem de um determinado grupo social, tem constituído, desde a sua aplicação por Katz e Braly (1933), uma estratégia preponderante para a operacionalização do conceito de estereótipo sobre o exogrupo, como a ele se referem Brazão & Garcia-Marques (2004, p.22) enquanto “atributos ou conceitos descritivos associados a uma categoria social de pertença”.

De modo a que a lista possa assentar em traços que sejam, do ponto de vista da sua essência significativa, próximos do universo sócio-cultural dos inquiridos⁶³, foi feita a opção de a lista final dos adjetivos que constam do segundo questionário ser já o produto não apenas de traços todos eles identificados pelo próprio grupo de referência, mas de uma seleção dos 50 de entre os que apresentaram maior frequência neste primeiro questionário, seguindo procedimentos metodológicos semelhantes empregues, no todo ou em parte, em outros estudos (Brazão & Garcia-Marques, 2004; Miranda, 1995, 2005 e 2006; Cabecinhas, 2004).

Integrou esta lista assim resultante o segundo dos três blocos que compõem o questionário de aplicação direta distribuído aos 175 inquiridos (Anexo B), que constitui o instrumento principal da recolha de dados.

Inicia-se esse questionário por uma questão-filtro (*Nacionalidade*) destinada a assegurar que os inquiridos cumprem um primeiro e essencial requisito que os torna elegíveis ao prosseguimento do preenchimento do instrumento.

Dirige-se o primeiro bloco desse questionário (itens 1-4) à recolha de dados pessoais do sujeito em conexão com as variáveis independentes definidas para o estudo (idade, habilitações académicas, profissão e local de nascimento).

Centra-se o segundo (itens 5-13) na recolha de opiniões sobre os portugueses, através de 8 questões de tipo fechado, ou seja, aquelas em que as respostas estão limitadas a alternativas previamente enunciadas, as quais contribuem “à assurer que les réponses se situent dans un cadre de référence qui répond aux objectifs de l’enquête” (Selltiz *et al.*, 1976, p.308), e uma de tipo aberto (item 14).

Encerram as questões de tipo fechado três formas diferenciadas. Assim, os itens 7, 8, 10, 11, 12 e 13 fazem apelo a uma escala de tipo aditivo, na qual os sujeitos reagem a cada uma das questões indicando o seu grau de concordância / discordância relativamente aos 5 níveis apresentados, seguindo o modelo de

⁶³ Marques *et al.* (2013, p.444) chamam a atenção para a forte dependência histórico-cultural dos estereótipos, que constitui (por ação dos meios de socialização) a base para o seu elevado consenso num determinado contexto, o que, considerando as diferenças substanciais desses referenciais entre o inquiridor e o inquirido reforçavam a oportunidade da opção metodológica de partir de uma lista de adjetivos constituída pelos próprios intervenientes do universo da amostragem.

escala de Likert, a 5 níveis⁶⁴ (Carmo & Ferreira, 2008; Selltiz *et al.*, 1976). Este método de standardização permite a atribuição de cotações numéricas a cada um dos níveis, lançando as bases para a interpretação dos resultados e inferir a dimensão⁶⁵.

O item 9 faz recurso a uma adaptação da escala de distância social efetuada e aplicada por Miranda (2005; 2006), a partir do método originalmente criado por Bogardus para a medição de atitudes e comportamentos desenvolvidos face ao exogrupo. Foi a escala com 7 níveis (de 1 a 7, tomando como referência o eixo diferencial semântico *Falso - Verdadeiro*) usada por aquela investigadora alterada para uma escala com 5 níveis, com base na escala de Likert. Manteve-se, deste modo, por um lado, a coerência com outras questões do mesmo bloco e corrigiu-se um problema identificado no pré-teste⁶⁶.

A fechar o grupo de questões fechadas do segundo bloco, foi introduzida no item 6.1. a já referida lista de 50 adjetivos, solicitando-se a indicação dos 5 traços de maior pertinência na caracterização do exogrupo, complementada, no item 6.2., com a análise da positividade e semelhança com o endogrupo, através da indicação de + (positivo) e – (negativo) dos traços identificados no exogrupo face ao endogrupo (Miranda, 2005).

A necessidade e a oportunidade desta análise decorre do facto de um mesmo adjetivo poder ser interpretado, na sua positividade ou negatividade, de modo distinto pelo investigador e pelo respondente⁶⁷.

Fecha o bloco o item 14, resultando a opção por uma questão de tipo aberto da intenção de verificar não só a capacidade que os sujeitos evidenciam de, por si,

⁶⁴ A partir da escala contínua divulgada por Likert (1932), contendo cinco pontos, têm vindo a ser igualmente usadas por investigadores escalas de três e de sete pontos, designadas de “tipo Likert”.

⁶⁵ Selltiz *et al.* (1976) definem a dimensão como “une inférence que l’on fait a partir des données des échelles quant à l’existence d’une caractéristique sous-jacente que décrit le cas au niveau des concepts” (p. 396)

⁶⁶ Verificou-se uma tendência para assinalar apenas os extremos da escala: 1-Falso e 7-Verdadeiro), ao contrário do que aconteceu na aplicação da escala de 5 níveis de concordância, cujo sentido foi integralmente entendido pelos inquiridos.

⁶⁷ Surgiu uma questão deste tipo no tratamento dos resultados do primeiro inquirido. Se, para o investigador, “Frontal” referencia um adjetivo positivo, alertou a tradutora para o facto de que o mesmo pode ser entendido como um questionamento da autoridade do mais velho/superior, a roçar a arrogância, de conotação negativa.

identificarem um vestígio que associem à presença dos portugueses em Macau, mas igualmente as áreas preferenciais (património edificado, gastronomia, sociabilidades, entre outras) e o nível⁶⁸ em que tais vestígios recaem.

O terceiro bloco do questionário (itens 15-18) centra-se sobre a língua portuguesa como uma marca dessa presença portuguesa em Macau, procurando compreender cenários atuais que poderão influenciar o estatuto futuro dessa língua na Região Administrativa Especial.

Dos quatro itens, dois são do tipo resposta fechada e dois de tipo misto, de que é exemplo o item 18, que conjuga atitudes face à língua portuguesa com avaliações sobre o endogrupo e o exogrupo quanto à importância da língua enquanto instrumento político.

Ambos os inquéritos foram aplicados apenas na língua materna (chinesa) das inquiridas. Desde logo, acautelando o facto de 122 (69.7% da amostra) frequentar os dois níveis iniciais (A.1 e A.2) de aprendizagem de Português como Língua Estrangeira (PLE), não oferecendo garantias, sobretudo o primeiro, do ponto de vista das competências linguísticas e comunicacionais que conferem, de uma compreensão que se pretendia o mais completa possível dos enunciados e dos conceitos envolvidos, muitos deles ao nível cognitivo de avaliação. Pretendia-se, adicionalmente, reduzir quer a insegurança que decorre quando se opera conceptualmente a esse nível numa língua estrangeira, quer o risco de distorções de sentido que o conjunto destes factores poderia potenciar.

A tradução foi assegurada por uma tradutora do Fórum para a Cooperação Económica e Empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e por uma funcionária chinesa (bilingue) do IPOR, que verteu para Português as características sobre os portugueses registadas (em chinês) pelos inquiridos no primeiro inquérito, bem como os vestígios de presença portuguesa a que fazia apelo a questão aberta número 14 do segundo inquérito.

⁶⁸ Considerava-se como um primeiro nível o que se reporta a evidências materiais (monumentos, edifícios, espaços) e como um segundo, mais difícil e, porventura, mais significativo, aquelas que se reportem a marcas imateriais como estruturas, instituições e práticas sociais.

9. PROCEDIMENTOS ÉTICOS E FORMAIS

Aportou o princípalismo de Beauchamp e Childress (1979, *apud* Martins, 2013) quatro princípios éticos fundamentais na abordagem ao sujeito em processos de pesquisa – a beneficência, a não maleficência, a autonomia e a justiça - que se alargaram a outras áreas da ciência para além daquela onde a proposta foi inicialmente colocada.

Estes princípios⁶⁹ visam garantir que é respeitado o espaço e a dignidade dos sujeitos no processo (consentido, livre e esclarecido) de recolha de informação e que o conhecimento gerado não se traduzirá em danos para si. É também esta a essência dos princípios elencados por Carmo & Ferreira (2008, p.283) a que acrescentam ainda o dever de informação dos resultados da pesquisa.

Procurando respeitá-los e assegurá-los, foram os inquiridos neste estudo informados sobre as motivações da sua realização, conteúdo, objetivos e finalidades. A par da preservação do direito de recusa de participação, foi igualmente salvaguardada a questão do anonimato no processo de recolha de dados. Foi ainda a Direção do IPOR informada da realização do estudo e solicitada a autorização para os procedimentos que ocorreram nas suas instalações.

Procurou-se, deste modo, assegurar a transparência, outro dos princípios éticos basilares a par da confidencialidade dos dados, tornados explícitos o nível de intervenção e a responsabilidade de cada uma das partes no estudo – do investigador e do participante.

10. PROCEDIMENTOS NA RECOLHA DE DADOS

Ambas as recolhas efetuadas decorreram normalmente, após a explicação prévia dos objetivos do questionário e da explicitação das perguntas efetuada por uma inquiridora / colaboradora chinesa, com quem foram realizadas duas sessões de preparação da aplicação dos questionários.

Não ocorreu, deste modo, qualquer contacto entre os sujeitos e o autor do estudo.

⁶⁹ Ainda que objeto de várias críticas e de reformulações dos próprios autores (Martins, 2013).

Para além da relevante questão da língua, poderia causar uma interferência indesejada o facto de o inquiridor ser um português, a interrogar sujeitos chineses sobre portugueses.

A primeira recolha de dados (questionário A) foi efetuada no dia 20 de março, nas instalações do IPOR. Nela participaram de forma voluntária e anónima 50 mulheres.

A segunda recolha de dados (questionário B) foi efetuada entre os dias 22 de maio e 2 de junho, igualmente nas instalações do IPOR.

Cada inquérito foi respondido individualmente e por escrito por cada um dos sujeitos e foi, em seguida, codificado com um número de referência.

11. PROCEDIMENTOS NO TRATAMENTO DOS DADOS

Relativamente ao inquérito inicial de recolha das palavras adjetivo, de um universo total de 500 possíveis entradas (50*10), foram validadas 414. As restantes 86 correspondem a espaços não preenchidos, itens fora do âmbito solicitado ou constrangimentos suscitados no processo de tradução. A expressão de características ou qualidades adjectivantes, nas diversas formas como é efetuada organização da escrita chinesa⁷⁰, coloca, de facto, em algumas situações, desafios e dificuldades à tradução precisa num único vocábulo (um adjetivo), em português.

A partir das entradas validadas foi constituída uma lista inicial de 118 adjetivos, de entre os quais se selecionaram os 50 mais frequentes que integram a lista do questionário final distribuído às 175 participantes na pesquisa.

Foram os dados deste questionário registados numa base de dados em ficheiro *excel* construído para o efeito, posteriormente submetida a tratamento por técnicas de análise no domínio da estatística descritiva e inferencial, para o que foi efetuado recurso ao programa de análise de dados quantitativos *SPSS*, na

⁷⁰ Os hanzis da escrita chinesa estão organizados em 6 categorias (pictogramas, composições pictofonéticas, ideográficos, agregação lógica ou sugestão, transformação associativa e empréstimo), podendo um mesmo conceito assentar em várias construções ou apresentar variações em torno de um mesmo conceito. Veja-se o exemplo descrito no capítulo seguinte.

versão 19 para Mac. A partir desta ferramenta foram extraídos os quadros e gráficos que constam de capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

1.MODELO DE ANÁLISE

A análise dos dados recolhidos constitui a fase seguinte do processo de investigação, a qual decorreu em estreita ligação com o método a que o mesmo se subordinou.

Tendo a pesquisa seguido uma metodologia quantitativa, essa análise assume pendor essencialmente estatístico, não deixando o processo de cumprir etapas que o modelo de Van der Maren (1988), citado por Sousa & Baptista (2011, p.109), sintetiza em “Redução dos Dados, Apresentação (organização) dos dados e Interpretação / Verificação”.

Aceitando o princípio metodológico de que, como se refere em Muijs (2004), é possível proceder a uma recolha quantitativa de dados que não surgem naturalmente sob essa forma, na análise de dados quantitativos assume-se, com igual validade, que os números não dizem tudo e não falam por si próprios. O seu significado especial e específico à situação a que se aplicam é, por consequência, obtido através das operações envolvidas no seu tratamento e organização e, de modo mais particular, na sua interpretação.

Ordenação, estruturação e atribuição de significado constituem, assim, as operações de base do modelo de análise de dados que o trabalho adotou. Gray (2004, p.286) define como primeira etapa na organização ou ordenação dos dados a sua classificação em termos de categoria, distinguindo a qualitativa ou categorial da quantitativa ou numérica.

Situam-se na primeira destas categorias (à exceção dos relativos a idade recolhidos na questão 1) os dados recolhidos que compõem as variáveis qualitativas presentes no questionário aplicado, distribuídos pelas duas subcategorias que, para o mesmo autor, a compõem – os dados nominais e, para a maioria dos dados recolhidos (reportando-se a escalas ordinais no domínio de atitudes), os dados ordinais⁷¹.

Após operações de codificação e limpeza dos dados, foi a sua estruturação

⁷¹ Gray define a primeira como “a name value or category with no order or ranking implied” e a segunda como “data that comprises an ordering or ranking of values, although the intervals between the ranks are not intended to be equal” (*ibid.* p.288).

efetuada por recurso a técnicas no domínio da estatística descritiva e inferencial, cujo objetivo se situa, como assinala Taylor-Powell (1996), na descrição e organização dos dados em bruto das variáveis individuais e do cruzamento destas entre si tendo em vista a verificação de hipóteses.

Técnicas neste domínio englobam a análise de dados em termos de distribuição de frequência (absoluta e relativa); medidas de tendência central (usadas para caracterizar o que é típico no grupo, aí se incluindo a média) e medidas de variância, as quais expressam os intervalos ou a variação nas respostas (Taylor-Powell, 1996; Gray, 2004).

No processo de atribuição de significado, os dados são, num primeiro momento apresentados tomando como referência as variáveis dependentes, cruzando-os, na dimensão possível e oportuna, entre si e com independentes, tendo por base as questões que compuseram o instrumento de recolha. Num segundo momento, proceder-se à sua discussão, em função das hipóteses formuladas.

1. ANÁLISE DE DADOS

1.1. Contactos com o exogrupo

A compreensão da dimensão do contacto intergrupar entre as inquiridas e os portugueses afigurava-se de todo o interesse para o objetivo da pesquisa. Não apenas pelo conhecimento que poderia aportar sobre quais as situações onde as relações inter-individuais e intergrupais ocorrem com maior frequência. Igualmente, de modo a perceber se níveis mais elevados de contacto intergrupar assumem algum impacto ao nível de atitudes exibidas em outras áreas das representações e estereótipos que o trabalho pretendia abordar.

O quadro 4.1. resume os dados obtidos relativamente às 5 situações sociais submetidas à avaliação das inquiridas (item 5). A sua organização pelo valor médio de frequência de contacto indica que é “Na família” onde se regista o valor mais baixo (média=1,36). Seguem-se “Na escola - sua ou dos filhos” (média=1,69), “No grupo de amigos” (média=1,90) e de “Em situações sociais” (média=2,07). É “No trabalho” que se regista o valor médio mais alto (média=2,25), ainda assim a apontar para um contacto de carácter esporádico,

que é o referido por 57,1% das inquiridas para esta situação.

Quadro 4.1

Frequência do contacto com portugueses

Situações de contacto regular com portugueses (n=175)										
contacto regular com portugueses	No trabalho		No grupo de amigos		Na família		Na escola (sua ou filhos)		Em situações sociais	
	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i
1 Nunca	52	29,7	63	36,0	133	76,0	95	54,3	49	28,0
2 Às vezes	48	27,4	76	43,4	26	14,9	49	28,0	72	41,1
3 Frequentemente	55	31,4	26	14,9	11	6,3	21	12,0	47	26,9
4 Sempre	20	11,4	10	5,7	5	2,9	10	5,7	7	4,0
	175	100,00	175	100,00	175	100,00	175	100,00	175	100,00

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

Uma análise parcial dos resultados para “Frequentemente” e “Sempre”, indicadores de maior interação, revela que as cidadãs oriundas da China continental apresentam nesta variável níveis superiores de contacto relativamente às de Macau. Essa diferença é mais sensível em “No grupo de amigos” (19,6% das inquiridas de Macau contra 26,9% da China), “Na família” (7,4% vs. 19,2%) e “Na escola” (15,5% vs. 30,7%).

Estes resultados sugerem uma maior abertura destas cidadãs a relações intergrupais com portugueses, tanto mais que, ao contrário de “No trabalho” (45,5% vs. 42,3%), a única situação onde ocorre o inverso, se trata de situações onde o contacto envolve um nível maior de escolha pessoal.

Em termos etários, os resultados apresentam um equilíbrio entre os vários grupos. É pertinente, no entanto, a ocorrência no grupo de -20 anos dos valores mais elevados para “Nunca” nas situações “No grupo de amigos” e “Em situações sociais”, relativamente aos outros grupos, situações essas onde seria de prever relações intergrupais mais dinâmicas por parte dos mais jovens.

Aliás, registe-se igualmente o facto de, em média, 44,8% das inquiridas assinalar “Nunca” nas diversas situações de contacto social identificadas, o que remete um valor muito expressivo de baixos níveis gerais de contacto social. Para as restantes situações, verificou-se 31% para “Às vezes”, 18,3% para “Frequentemente” e apenas 5,9% para “Sempre”.

Valores tão elevados para “Nunca” parecem questionar uma certa ideia de Macau como exemplo de diálogo e comunicação intercultural presente em diversa

literatura⁷². A co-vivência em diversos espaços sociais é também marcada por baixos índices de convivência, mesmo, aparentemente, em grupos etários mais baixos.

1.2. estereótipos do exogrupo (portugueses) e do endogrupo

Vimos em Tajfel (1982) como na identidade social se escoram as relações intergrupais, pois que o objetivo e a necessidade de os indivíduos desenvolverem e manterem auto-imagens positivas encontra no sentido de identificação e de pertença (ou de rejeição) a grupo ou grupos sociais a sua satisfação (ou a motivação para a mudança).

A atribuição aos exogrupos dessas imagens simplificadas, tidas como caracterizadoras de todos os seus membros (homogeneidade do exogrupo), apoia, a um tempo, a proteção de relações socialmente definidas entre categorias e, por outro lado, de posicionamentos sociais favorecedores de um autoconceito (de uma identidade social, portanto) positiva, protegendo as crenças tanto em relação ao grupo próprio como ao grupo alheio.

Na busca destas imagens se debruçou igualmente a pesquisa, recorrendo à elaboração de uma lista de adjetivos (item 6), técnica para a identificação de marcas de estereotipicidade iniciada por Katz e Braly (1933). Essa recolha foi complementada com duas situações que igualmente apelavam a um posicionamento do endogrupo face ao exogrupo.

Na lista de adjetivos, a partir de uma lista fornecida de 50 traços⁷³, foi solicitado às inquiridas que procedessem à escolha dos 5 que, em sua opinião, melhor representam os portugueses.

Todas estas 50 palavras-adjetivo que constavam da lista (em chinês no questionário e retrovertidas para português após a aplicação)⁷⁴ integraram a

⁷² Vd. capítulo sobre contextualização do estudo.

⁷³ A lista foi constituída a partir da frequência de palavras-adjetivo registada num inquérito preliminar, no qual cada uma das 75 inquiridas nessa fase do processo indicou 10 palavras-adjetivo que, em sua opinião, melhor representavam os portugueses (vd. Cap. Metodologia).

⁷⁴ É, por vezes, difícil traduzir num único termo o conceito chinês, facto que resulta da escrita ideográfica. Curiosa, aliás, uma situação no primeiro questionário. Traduzidos com alguma latitude, diziam os caracteres que, num caminho de 100 passos, os portugueses dão apenas 50,

seleção operada pelas 175 inquiridas, numa qualquer das 5 posições possíveis, que não assumiam qualquer valor de importância relativa.

Em termos absolutos, o quadro 4.2 apresenta índices significativos de frequência, sobretudo para a primeira metade da tabela, sugerindo, pelo nível relevante de consenso, traços de estereotipicidade que juntam três dimensões – um conjunto que remete de modo mais claro para representações no domínio da interação social (“calorosos”, “conversadores”, “simpáticos” “bem educados”, “abertos” e “bondosos”), enquanto outro o faz no domínio mais profissional (“preguiçosos” e “lentos a trabalhar”). Finalmente, um terceiro grupo dir-se-ia traduzir uma visão de um modo de estar dos portugueses (“*bon vivants*, relaxados”⁷⁵).

Quadro 4.2
10 traços sobre portugueses com maior frequência

Nº na lista	Traço	F. Abs.	F. Rel.
1	Simpáticos	77	44,00
34	Lentos a trabalhar	52	29,71
19	Relaxados	51	29,14
17	<i>Bon vivants</i>	50	28,57
11	Preguiçosos	43	24,57
16	Calorosos	42	24,00
45	Conversadores	39	22,29
3	Bem educados	38	21,71
15	Abertos	36	20,57
49	Bondosos	26	14,86

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

O quadro aponta para uma representação aparentemente positiva, no global, mas é de registar que os traços que se referem mais diretamente ao contexto laboral e à forma de estar ocupam a primeira metade da tabela (à exceção de “simpáticos”), enquanto os que se reportam mais ao domínio do contacto social se situam maioritariamente na segunda metade da tabela.

Poderá esta situação remeter para os resultados obtidos ao nível do contacto,

mas tendem a avaliar como medíocres todos aqueles que não conseguem completar o percurso, o que contemplaria, de facto, vários adjetivos em simultâneo.

⁷⁵ Optou-se por manter aqui a tradução que a tradutora insistia, apesar do estrangeirismo e do que alertámos ser um uso pouco habitual. 懂享樂 significa alguém que gosta de gozar a vida e os seus prazeres, sem se preocupar com o resto, isto é, de forma despreocupada, conceito que está também presente no significado de 休閒, traduzido para português, por motivo idêntico, como “relaxado”, no sentido de descontraído. Voltamos, assim, à questão da escrita ideográfica e às dificuldades em traduzir a ideia num termo único.

onde “No trabalho” recolheu o indicador mais elevado de contacto e os níveis de contacto nulo ou esporádico incidirem no domínio mais social.

Importava igualmente verificar se o cruzamento com as variáveis independentes introduziria alterações significativas a este quadro global.

Mantêm-se, de facto, os traços gerais. Ainda assim, conforme assinala o quadro 4.3, quando analisados em termos da naturalidade, aparece nas originais de Macau a referência a um traço novo (“teimoso”).

Quadro 4.3
10 traços por naturalidade – China e Macau

CHINA (n=27)				MACAU (n=148)			
Nº na lista	Traço	F. Abs.	F. Rel.	Nº na lista	Traço	F. Abs.	F. Rel.
1	Simpáticos	15	57,69	1	Simpáticos	61	41,22
3	Bem educados	11	42,31	34	Lentos a trabalhar	46	31,08
11	Preguiçosos	7	26,92	19	Relaxados	44	29,73
19	Relaxados	7	26,92	17	<i>Bon vivants</i>	43	29,05
15	Abertos	7	26,92	16	Calorosos	37	25,00
17	<i>Bon vivants</i>	6	23,08	11	Preguiçosos	36	24,32
31	Afáveis	6	23,08	34	Conversadores	36	24,32
34	Lentos a trabalhar	5	19,23	15	Abertos	29	19,59
23	Não cumprem horas	5	19,23	3	Bem educados	26	17,57
2	Sentem-se superiores	5	19,23	14	Teimosos	22	14,86

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

Essa alteração é maior nas originais da China. Reforçam-se aí, no topo, os traços no domínio do contacto social (trata-se também do grupo que apresentou aí níveis mais elevados de contacto) e, entre os traços novos, remetendo claramente para esse domínio, merece referência a seleção de “sentem-se superiores”, aspeto da relação com o exogrupo que será objeto de tratamento posterior.

Na análise por grupo etário, os quadros apontam para uma diminuição, no grupo de -20 anos dos traços situados no âmbito profissional, os mesmos que vão ganhando expressão nos grupos seguintes, de modo a constituir mesmo “lentos a trabalhar” o traço com maior frequência no grupo 31-40 anos.

Quadro 4.4

10 traços sobre portugueses por idade

-20 (n=53)				21-30 (n=83)			
Nº na lista	Traço	F. Abs.	F. Rel.	Nº na lista	Traço	F. Abs.	F. Rel.
1	Simpáticos	30	56,60	1	Simpáticos	31	37,35
16	Calorosos	19	35,85	34	Lentos a trabalhar	28	33,73
3	Bem educados	18	33,96	11	Preguiçosos	25	30,12
17	<i>Bon vivants</i>	17	32,08	19	Relaxados	25	30,12
15	Abertos	15	28,30	34	Conversadores	22	26,51
49	Bondosos	13	24,53	17	<i>Bon vivants</i>	20	24,10
34	Lentos a trabalhar	10	18,87	16	Calorosos	18	21,69
45	Conversadores	8	15,09	14	Teimosos	16	19,28
11	Preguiçosos	8	15,09	15	Abertos	15	18,07
7	Charmosos	8	15,09	3	Bem educados	14	16,87
31-40 (n=34)				41-50 (n=5)			
Nº na lista	Traço	F. Abs.	F. Rel.	Nº na lista	Traço	F. Abs.	F. Rel.
34	Lentos a trabalhar	14	41,18	15	Abertos	3	60,00
1	Simpáticos	14	41,18	1	Simpáticos	2	40,00
17	<i>Bon vivants</i>	12	35,29	18	Egocêntricos	2	40,00
19	Relaxados	10	29,41	4	Otimistas	2	40,00
2	Sentem-se superiores	9	26,47	3	Bem educados	1	20,00
11	Preguiçosos	9	26,47	36	Impacientes	1	20,00
45	Conversadores	8	23,53	45	Conversadores	1	20,00
14	Teimosos	7	20,59	46	Generosos	1	20,00
13	Arrogantes	6	17,65	11	Preguiçosos	1	20,00
49	Bondosos	6	17,65	26	Sentido de humor	1	20,00

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

Temos, a exemplo desta tendência, a inserção, no grupo -20 anos, de “charmoso”, abrindo espaços de positividade, enquanto, nos grupos seguintes, os traços diferenciadores face à lista inicial, específicos a esses grupos, apresentam maior negatividade, de que são exemplo “teimosos”, “egocêntricos”, “arrogantes”, “sentem-se superiores”, “impacientes”.

A análise igualmente efetuada por grupo profissional, constante do quadro 4.5, confirma algumas das constatações anteriores, aproximando muito as tendências daquelas que se verificaram nos grupos etários.

Enquanto nos dois grupos de estudantes se verifica uma tendência para maior preponderância de traços associados às relações sociais, relegando os profissionais, de pendor mais negativo, para o fim da lista, essa posição inverte-se nos grupos referentes a quadros no ativo.

Por outro lado, se o grupo dos 10 adjetivos mais frequentes é, nos grupos de estudantes, aberto para a entrada de outros traços de sociabilidade positiva (“afáveis”), no grupo dos Funcionários Públicos e dos Trabalhadores por conta Própria ou de Outrem, as entradas são tendencialmente de pendor negativo

(“teimosos”, “sentem-se superiores”, “não cumprem horas”).

Quadro 4.5
10 traços sobre portugueses por profissão

Profissão	Est. Sec.		Est. Univ.		Fun. Publ.		Trab.C. Out.		Trab.C. Prop.	
	n=(39)		n=(28)		n=(82)		n=(24)		n=(2)	
Traço	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição
Simpáticos	22	1º	12	1º	28	2º	13	1º	2	3º
Calorosos	15	2º	7	5º	15	8º	5	7º	-	-
Bem educados	14	3º	5	8º	13	10º	5	6º	1	4º
<i>Bon vivants</i>	12	4º	8	3º	24	5º	5	8º	1	5º
Relaxados	12	5º	8	4º	23	6º	8	3º	-	-
Abertos	10	6º	10	2º	-	-	-	-	-	-
Afáveis	9	7º	-	-	-	-	-	-	-	-
Bondosos	8	8º	7	6º	-	-	-	-	-	-
Charmosos	7	9º	-	-	-	-	-	-	-	-
Preguiçosos	6	10º	6	7º	24	4º	5	4º	2	2º
Conversadores	-	-	5	9º	25	3º	5	10º	-	-
Lentos a trabalhar	-	-	5	10º	34	1º	8	2º	-	-
Teimosos	-	-	-	-	16	7º	5	5º	-	-
Sentem-se superiores	-	-	-	-	13	9º	-	-	-	-
Sentido de Hmor	-	-	-	-	-	-	5	9º	1	6º
Não cumprem horas	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1º
Alegres	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7º

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

Para além da indicação dos 5 traços, pedia-se igualmente às inquiridas que assinalassem com + ou – a positividade ou a negatividade de cada um deles do ponto de vista do endogrupo, se atribuído a um amigo (item 6.1).

Quadro 4.6
Nível de positividade dos 10 traços atribuídos aos portugueses

Traços	Neg.	Pos.	total
1 Simpáticos	5	72	77
34 Lentos a trabalhar	47	5	52
19 Relaxados	14	37	51
17 <i>Bon vivants</i>	6	44	50
11 Preguiçosos	41	2	43
16 Calorosos	4	38	42
45 Conversadores	1	38	39
3 Bem educados	4	34	38
15 Abertos	0	36	36
49 Bondosos	2	24	26
Total	124	330	454
%	27,31	72,69	51,89
Média		1,73	

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

O quadro 4.6 fornece algumas indicações dessa avaliação. Permite, em primeiro lugar, constatar que os 10 traços de estereotipicidade mais frequentes reúnem 51,89% da seleção total possível (875). Em segundo, constatar que predomina uma avaliação positiva no endogrupo relativamente aos traços associados ao

exogrupo⁷⁶, o que poderá ser entendido como uma predisposição positiva para as relações intergrupais.

Por último, a confirmação que é, de facto, no domínio dos traços associados ao trabalho que a avaliação é mais negativa, ainda que em “relaxados” pareça existir alguma divergência na avaliação

2.3. Atitudes e preconceitos em relação ao exogrupo

As 21 ocorrências do traço “sentem-se superiores” (representando 12%) colocaram-no bem próximo de figurar na lista dos 10 de maior frequência, tendo assumido a sua maior expressão no grupo dos 21-30 anos e dos Funcionários Públicos.

Os processos de comparação social, como aquele que subjaz à representação social expressa por essa percentagem da amostra, ocupam lugar de relevo na Teoria da Identidade Social.

Por essa razão se incluía na pesquisa a análise de representações na relação entre o endogrupo e o exogrupo, pelo posicionamento numa escala de inferioridade/superioridade. Essa análise envolveu duas dimensões - pedia-se numa que as inquiridas avaliassem o posicionamento do seu grupo nessa escala face aos portugueses (item 11) e, numa segunda, que o fizessem relativamente ao conceito que, na mesma escala, entendem que os portugueses fazem do seu grupo (item 12).

Os resultados da primeira evidenciam a prevalência de uma representação que posiciona o exogrupo ao mesmo nível do endogrupo. O valor de 68,57% registado em “Iguais” sugere uma abertura social alinhada com as mensagens nesse sentido hoje comuns nas instituições com forte papel socializador, nas quais está inserida a maioria das inquiridas.

Não deixam, no entanto, as margens de registar outras representações, na medida em que 36 inquiridas (12 das quais do grupo de -20 anos e 18 no dos 21-30 anos) conferem um estatuto de superioridade aos portugueses (“Superiores” –

⁷⁶ Foi atribuído o valor 1 para as avaliações negativas e 2 para as positivas, valor em relação ao qual se aproxima a média de 1,73 obtida.

35 e “Muito superiores” – 1), enquanto 19 (14 dos quais no grupo dos 21-30 anos) entendem que estes são inferiores aos chineses.

Conforme regista o quadro 4.7, não há, no entanto, evidência que os factores grupo etário, grau de escolaridade, origem e profissão determinem, no essencial, diferenças estatisticamente significativas nas valorações obtidas.

Permanece, assim, como dado mais saliente a média de 3,10 (DP=0,57) obtida, para a consideração dos portugueses como “Iguais” aos chineses.

Quadro 4.7
Distribuição das variâncias pelas variáveis independentes P.11

P11. Comparativamente aos chineses, a sua opinião é que os portugueses são...										TOTAL		*	
GRUPOS ETÁRIOS								M	DP	F(3, 168)	prob.		
-20		21 - 30		31 - 40		41 - 50							
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP						
3,17	0,51	3,07	0,67	3,12	0,41	2,75	0,50	3,10	0,57	0,82	0,485		
ORIGEM										*			
Macau				R.P. China									
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP			t _{170 g.l.}	prob.		
3,08	0,57	3,24	0,60							-1,28	0,202		
GRAU ACADÉMICO										*			
Ens. Sec.		Licenciatura		Mestrado									
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP			F(3, 168)	prob.		
3,17	0,50	3,08	0,61	3,07	0,59					0,46	0,631		
PROFISSÃO										*			
Est. Sec.		Est. Univ.		Func. Públ.		T.C.O/T.C.P.							
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	F(3, 168)	prob.				
3,18	0,51	3,11	0,64	3,06	0,60	3,12	0,53	0,38	0,770				

Notas:

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

* Foram descartados 3 casos, identificados como atípicos multivariáveis por meio de "distâncias de Mahalanobis".

** Trabalhadores por Conta de Outrém e Por Conta Própria.

Estes resultados podem encerrar leituras adicionais quando associados aos obtidos na segunda dimensão de análise (a forma como o grupo considera que é perspectivado pelos portugueses, constante do item 12.).

Mantendo-se um valor relevante nessa área do politicamente correto “Iguais”, assiste-se, porém, a uma forte deslocação de opiniões para a área que considera que os portugueses vêem os chineses como inferiores ou muito inferiores, que representa, no seu conjunto, 52% das inquiridas.

A uma média positiva de 3,10 com que o endogrupo avalia o exogrupo na escala

de inferioridade/superioridade, opõe-se uma média de 2,49 (DP=0,76), valor posicionado no segmento “Muito inferiores”/“Inferiores”, relativa à forma como este se considera perspetivado.

Para além de que seria expectável que esta representação pudesse ter tido outro reflexo na seleção de adjetivos⁷⁷, duas outras notas devem ser acrescentadas.

A análise realizada aos factores evidencia a existência de diferenças importantes, do ponto de vista estatístico, no valor médio das respostas dadas por grupo profissional e grau académico, já que a probabilidade de F é <0.05, conforme se lê no quadro 4.8.

Assumem, assim, valor adicional as constatações de que as médias mais baixas se situem, em termos de grupos profissionais, nos funcionários públicos e nos estudantes universitários, onde a imagem mais negativa do exogrupo é, portanto, mais forte.

Quadro 4.8

Distribuição das variâncias pelas variáveis independentes P.12

P12. Na sua opinião, os portugueses costumam ver os chineses como...													
GRUPOS ETÁRIOS								TOTAL		*			
-20		21 - 30		31 - 40		41 - 50		M	DP	F(3, 168)	prob.		
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP						
2,70	0,64	2,35	0,81	2,47	0,79	2,75	0,50	2,49	0,76	2,52	0,060		
ORIGEM												*	
Macau				R.P. China						M	DP	t _{170 g.l.}	prob.
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP						
2,52	0,80	2,32	0,48					1,70	0,095				
GRAU ACADÉMICO										*			
Ens. Sec.		Licenciatura		Mestrado		M	DP	M	DP	F(3, 168)	prob.		
M	DP	M	DP	M	DP							M	DP
2,69	0,64	2,34	0,72	2,59	0,98					3,94	0,021		
PROFISSÃO										*			
Est. Sec.		Est. Univ.		Func. Públ.		T.C.O/T.C.P.		M	DP	F(3, 168)	prob.		
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP						
2,82	0,60	2,37	0,74	2,38	0,83	2,44	0,65			3,38	0,020		

Notas:

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

* Foram descartados 3 casos, identificados como atípicos multivariáveis por meio de "distâncias de Mahalanobis".

** Trabalhadores por Conta de Outrém e Por Conta Própria.

Constata-se, por outro lado, que das 91 inquiridas que assinalaram “Muito

⁷⁷ Deve, porém, registrar-se que, além do resultado em “sentem-se superiores”, o adjetivo “preconceituosos” registou 6 ocorrências, referindo-se ainda “arrogantes”, que teve 23 (13,1%), o que pode ser relevante, sobretudo se se considerar que houve por estes três uma dispersão de um conceito agora concentrado em “muito inferiores” e “inferiores”.

inferiores” ou “inferiores”, 63 (ou seja, 69,23% dos que expressaram essa visão) haviam assinalado níveis inexistentes (“Nunca”) ou esporádicos (Às vezes”) de contacto em situações sociais com portugueses⁷⁸.

Fica em aberto a leitura de que esta avaliação, que pode condicionar outras dimensões da relação intergrupala, não decorre tanto do contacto efetivo com portugueses, quanto de representações pré-existentes que moldam o preconceito. Sendo a identidade social relacional e inscrevendo-se nas relações intergrupais, o autoconceito que decorre neste domínio de comparação social é merecedor de atenção.

Procurando aprofundar esta relação estatística entre contacto social e as atitudes envolvidas nos itens 11 e 12, foi efetuado um estudo adicional de correlação⁷⁹. Foram, para o efeito, divididas as inquiridas em dois grupos, A e B, integrando o primeiro aquelas que reponderam “Nunca” ou “Às vezes” em todas as situações identificadas no item 5 e o segundo as que responderam “Frequentemente” ou “sempre” em qualquer uma dessas situações, pertencendo cada inquirida a apenas um grupo.

Quadro 4.9
Comparação de médias contacto social vs. avaliações do exogrupo

P11 - P12 vs CONTACTO SOCIAL (Médias e desvios padrão)									
	CONTACTO SOCIAL				Total		*		
	NULO OU REDUZIDO		FREQUENTE OU CONSTANTE		M	DP	t	prob.	
	M	DP	M	DP					
P11. COMPARATIVAMENTE AOS CHINESES, A SUA OPINIÃO É QUE OS PORTUGUESES SÃO	3,21	0,52	3,04	0,59	3,10	0,57	1,86	0,065	
P12. NA SUA OPINIÃO, OS PORTUGUESES COSTUMAM VER OS CHINESES	2,65	0,68	2,42	0,80	2,50	0,76	1,91	0,058	

Notas:

* Descartaram-se 3 casos que foram identificados como atípicos multivariáveis por meio de "distâncias de Mahalanobis".

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015.

Apesar de apenas por escassa margem se ultrapassar, em ambos os casos, a probabilidade de erro, estabelecida em $p < 0.05$, não permitem os resultados

⁷⁸ Ver quadro com resultados globais referentes a esta variável na pág 90.

⁷⁹ Para este, como para os quadros 4.12 e 4.14, que efetuam análises semelhantes, foi efetuado um teste para amostras independentes, compreendendo o teste de Levene de igualdade de variâncias e o teste *t* para a igualdade de médias.

concluir a favor de uma correlação estatística entre as duas variáveis. Assinale-se, no entanto, o facto de as médias no subgrupo das inquiridas que tem menos contacto (3,21 e 2,65) ser, em ambos os itens, mais favorável aos portugueses que as obtidas no subgrupo que tem mais contacto (3,04 e 2,42). Ou seja, transparece dos dados que quanto maior o contacto, menor a predisposição para a proximidade social.

2.4 Distância social em relação ao exogrupo (portugueses)

Para medir a distância social e, desse modo, avaliar o potencial de conflito, Bogardus criou uma ferramenta que, objeto de diversas adaptações, é ainda uma referência na avaliação da maior ou menor dificuldade com que indivíduos e grupos desenvolvem comportamentos face ao exogrupo, com base numa lista de itens de contacto social fornecidos ao grupo em análise.

Foi essa ferramenta de medição da distância social, com a adaptação que foi conferida por Miranda (2006)⁸⁰, que foi usada na pesquisa para esse fim (item 9).

Foram as atitudes manifestadas relativamente às 11 situações identificadas avaliadas simultaneamente, utilizando um Índice de Proximidade Social (IPS), definido como a média das médias dos níveis de concordância declarados por cada sujeito em relação a cada situação apresentada.

Foram ainda analisadas as diferenças intergrupais deste índice de forma separada relativamente aos diferentes valores de cada uma das variáveis independentes, a fim de confirmar (ou rejeitar) a importância de cada factor na explicação das predisposições atitudinais.

Dos dados recolhidos ressalta, em primeiro lugar, a discordância manifestada face à situação que traduzia o maior distanciamento (“Queria que essas pessoas não estivessem em Macau”). Ainda assim, 23,4% das inquiridas (41) optou por não assumir uma opinião clara, situando-se na zona de indefinição “Não concordo nem discordo”.

Ainda que 9,6% ache que os portugueses não deviam estar em Macau (a maioria

⁸⁰ Pelos motivos apresentados no capítulo anterior, foi ainda ajustada a escala usada por esta investigadora de 7 para 5 níveis.

dos quais na faixa 31-40 anos)⁸¹, há uma rejeição dessa ideia por 68% das inquiridas, obtendo-se uma média de 4,01 (DP=1,10)⁸².

Uma segunda observação diz respeito ao facto de, excluindo a situação anterior, os comportamentos que suscitaram maior dificuldade de aceitação serem aqueles que pressupõem os maiores graus de proximidade: “casar”, com uma média de 3,70 (DP=1,02), e “namorar” (3,73 e DP=1,00). Uma dificuldade que é projetada para a geração dos filhos, merecendo a perspetiva destes casarem com portugueses uma média de 3,88 (DP=0,94)⁸³.

Uma terceira constatação remete para o facto de “ter chefes portugueses” ter obtido uma média de 3,84 (DP=1,01) ligeiramente superior a duas das situações anteriores que envolviam de modo direto as inquiridas (“casar” e “namorar”), mas inferior aos mesmos comportamentos envolvendo os filhos. Realça esse resultado como o trabalho constitui, de facto, um espaço muito importante nas relações intergrupais envolvendo portugueses.

Se “empregar um(a) português(a) na empresa” é um comportamento face ao qual 73,7% declaram (muita) disponibilidade (média de 4,13, DP=0,83), já em “ter chefes...” esse nível é expresso por apenas 59,4% das inquiridas.

A análise de variância (ANOVA), cujo resultado se exhibe no quadro 4.10, valida estatisticamente a comparação entre médias⁸⁴, particularmente no que diz respeito a esta diferença nos índices relativos a atitudes envolvendo situações a que poderemos chamar mais abertas (“sentar-se ao lado de...”, “ter amigos...”,

⁸¹ Assinale-se ainda o facto de, das 14 inquiridas que manifestaram essa atitude, 12 terem afirmado ter contacto regular com portugueses, sobretudo no trabalho, bem como o de ter sido no grupo mais jovem (-20 anos) que se registou o maior valor de rejeição dessa ideia (81,1%).

⁸² Foi, nesta questão, invertida a codificação dos itens anteriores e usado 5-Discordo totalmente e 1-Concordo totalmente.

⁸³ Curiosamente, ainda que os resultados sejam muito equilibrados nos diversos grupos etários, é no grupo de -20 anos que regista a maior predisposição para esses comportamentos, mas também onde residem os valores mais elevados de rejeição.

⁸⁴ Foi efetuada a análise ANOVA para medições repetidas nos mesmos indivíduos (168, havendo 7 casos excluídos por detecção de valores extremos) a qual mostra que as diferenças entre as médias para cada uma das medidas que integram o IPS são significativas a 95% de confiança, de acordo com a prova corrigida de efeitos dentro dos sujeitos de Greenhouse-Geisser, alternativa que se adotou ao comprovar-se a violação do princípio de esfericidade (teste de esfericidade de Mauchly). Com este resultado prévio, avançou-se para a comparação das médias por pares, com o ajuste para comparações múltiplas de Bonferroni, encontrando-se diferenças entre pares de medidas que são estatisticamente significativas (com 95% de confiança).

“dançar com...” relativamente àquelas que implicam espaços vitais (“namorar com...”, “casar com....” “ter chefes...”).

Quadro 4.10

Índice de Proximidade Social- comparação de medidas (significância das diferenças entre médias*)

Não teria qualquer problema em:	IPS	9.1 Sentar-me ao lado de um/uma português(a) no autocarro	9.6 Que os meus filhos tivessem colegas portugueses	9.5 Ter colegas portugueses	9.9 Ter amigos portugueses	9.7 Empregar um/uma português(a) na minha empresa	9.2 Dançar com um/uma português(a)	9.11 Preferiria que essas pessoas não estivessem em macau**	9.8 Que os meus filhos casassem com um/uma português(a)	9.10 Ter chefes portugueses	9.3 Namorar com um/uma português(a)	9.4 Casar com um/uma português(a)
		4,41	4,38	4,35	4,34	4,13	4,09	4,01	3,88	3,84	3,73	3,70
9.1 Sentar-me ao lado de um/uma português(a) no autocarro	4,41	--	1,000	1,000	1,000	0,000	0,000	0,002	0,000	0,000	0,000	0,000
9.6 Que os meus filhos tivessem colegas portugueses	4,38	1,000	--	1,000	1,000	0,000	0,000	0,006	0,000	0,000	0,000	0,000
9.5 Ter colegas portugueses	4,35	1,000	1,000	--	1,000	0,001	0,000	0,028	0,000	0,000	0,000	0,000
9.9 Ter amigos portugueses	4,34	1,000	1,000	1,000	--	0,003	0,000	0,024	0,000	0,000	0,000	0,000
9.7 Empregar um/uma português(a) na minha empresa	4,13	0,000	0,000	0,001	0,003	--	1,000	1,000	0,017	0,000	0,000	0,000
9.2 Dançar com um/uma português(a)	4,09	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000	--	1,000	0,094	0,023	0,000	0,000
9.11 Preferiria que essas pessoas não estivessem em macau**	4,01	0,002	0,006	0,028	0,024	1,000	1,000	--	1,000	1,000	0,788	0,311
9.8 Que os meus filhos casassem com um/uma português(a)	3,88	0,000	0,000	0,000	0,000	0,017	0,094	1,000	--	1,000	0,027	0,001
9.10 Ter chefes portugueses	3,84	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,023	1,000	1,000	--	1,000	1,000
9.3 Namorar com um/uma português(a)	3,73	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,788	0,027	1,000	--	1,000
9.4 Casar com um/uma português(a)	3,70	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,311	0,001	1,000	1,000	--

Notas:

* Ajuste para comparaciones múltiples: Bonferroni.

** Respostas codificadas en escala inversa debido al planteamiento en sentido negativo de la preferéncia o predisposición.

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015.

Foi igualmente efetuada a análise da distribuição de variância relativamente às variáveis independentes, a qual não produz evidência estatística de que a idade, a origem e a profissão apresentem implicações específicas ao nível da disponibilidade para a proximidade social nas diversas situações analisadas.

De facto, conforme se constata no quadro 4.11, a aplicação dos testes de *F* de ANOVA, para a primeira e a terceira, e de *T de Student*, para a segunda (onde se comparavam apenas duas médias), e a análise do valor de significância face ao valor de referência estabelecido ($p < 0,05$) mostra que a evidência estatística é insuficiente para afirmar que existem diferenças na predisposição dos sujeitos em função da sua idade e do seu local de origem e da profissão.

No entanto, a mesma análise efetuada revela ainda que, apenas no que diz respeito a “Ter chefes portugueses“, se encontra evidência estatística de diferenças na predisposição entre os sujeitos quando a comparação é feita em termos de habilitações académicas ($p = 0,02$).

Quadro 4.11
Distribuição variância para as variáveis independentes

NÃO TERIA PROBLEMAS EM:	IDADE				GRAU ACADÉMICO				ORIGEM				PROFISSÃO			
	TOTAL		PROVA ESTATÍSTICA		TOTAL		PROVA ESTATÍSTICA		TOTAL		PROVA ESTATÍSTICA		TOTAL		PROVA ESTATÍSTICA	
	M	SD	F(3, 162)	prob.	M	SD	F(2, 164)	prob.	M	SD	t _{164 g. l.}	prob.	M	SD	F(3, 164)	prob.
9.1 Sentar-me ao lado de ...	4,44	0,66	0,82	0,49	4,41	0,72	0,68	0,51	4,41	0,72	-0,66	0,51	4,41	0,72	0,11	0,95
9.2 Dançar com ...	4,11	0,80	0,36	0,78	4,08	0,84	0,02	0,98	4,09	0,84	-1,01	0,31	4,09	0,84	0,56	0,64
9.3 Namorar com...	3,75	0,98	2,28	0,08	3,72	1,00	0,03	0,97	3,75	1,00	-0,68	0,50	3,73	1,00	1,94	0,13
9.4 Casar com...	3,72	1,01	2,05	0,11	3,69	1,02	0,00	1,00	3,71	1,02	-0,63	0,53	3,70	1,03	1,62	0,19
9.5 Ter colegas portugueses	4,37	0,70	0,65	0,59	4,34	0,75	1,15	0,32	4,34	0,75	-0,22	0,82	4,35	0,75	0,70	0,55
9.6 Que os meus filhos tivessem colegas...	4,40	0,67	1,24	0,30	4,37	0,72	0,74	0,48	4,37	0,73	-0,31	0,75	4,38	0,72	0,59	0,62
9.7 Empregar um/uma português(a)	4,15	0,82	0,87	0,46	4,12	0,86	0,47	0,63	4,12	0,86	-1,06	0,29	4,13	0,86	0,49	0,69
9.8 Que os meus filhos casassem com...	3,90	0,91	1,58	0,20	3,87	0,93	0,55	0,58	3,89	0,93	-1,09	0,28	3,88	0,93	1,84	0,14
9.9 Ter amigos...	4,37	0,66	0,57	0,64	4,34	0,72	1,78	0,17	4,35	0,71	-0,50	0,62	4,34	0,72	0,30	0,82
9.10 Ter chefes...	3,86	0,93	0,09	0,96	3,83	0,95	3,89	0,02	3,84	0,96	-1,13	0,26	3,84	0,96	1,19	0,32
9.11 Preferiria que não estivessem em macau**	4,01	1,10	1,55	0,20	4,00	1,10	2,93	0,06	4,02	1,09	-0,90	0,37	4,01	1,10	1,90	0,13
Índice de Proximidade Social	4,10	0,60	0,54	0,66	4,07	0,64	1,20	0,30	4,08	0,64	-1,04	0,30	4,08	0,64	1,12	0,34
Alfas de Cronbach	0,90				0,91				0,91				0,91			

Valor de referência: p>0,05

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

* Foram descartados 9 casos os quais foram identificados como casos atípicos multivariáveis por meio de "distâncias de Mahalanobis" e 1 por ser o único caso com lugar de nascimento em Outro.

** Respostas codificadas em escala invertida devido à formulação em sentido negativo de da preferência ou da predisposição.

O resultado apoia, assim, a afirmação de que o nível académico determina a maior ou menor predisposição de proximidade social das inquiridas, factor que, como se referiu, não apresenta relevância nas restantes situações⁸⁵.

Na análise de qualquer uma destas variáveis os valores obtidos de Alfa de Cronbach (igual ou superior a 0,90) indicam que a escala tem uma elevada fiabilidade (serve para medir o que se pretende medir), ainda que alguns dos elementos da escala possam ser redundantes entre si.

De modo ainda a aprofundar o estudo da relação estatística entre a predisposição para a proximidade social evidenciada pelo IPS e a variável que mede a frequência do seu contacto social com portugueses, foi efetuado um tratamento correlacionando as duas variáveis.

⁸⁵ Com base nos resultados anteriores, foi utilizado o teste de Ryan-Einot-Gabriel-Welsch (R-E-G-W Q)⁸⁵ para rever as diferenças do IPS por pares de grupos de nível académico, o qual nos indica que as diferenças aí verificadas não são significativas ao nível da confiança de 95% definida para o estudo para nenhum dos pares de grupos que se podem comparar (Licenciatura vs. Ensino Secundário; Licenciatura vs. Mestrado, etc). O que o teste regista é a existência de comportamento funcional em forma de "U", isto é, a relação é não é linear: se o grau académico aumenta do Secundário para a Licenciatura, o IPS diminui de 3,85 para 3,68, mas aumenta desta para Mestrado para 4.26.

Foram as inquiridas, no que diz respeito ao item 5 (contacto social), divididas em dois grupos, A e B, correspondendo o primeiro àquelas que assinalaram “Nunca” e “Às vezes” em todas as situações de contacto identificadas e o segundo àquelas que responderam “Frequentemente” ou “sempre” em qualquer uma das mesmas situações, cada inquirida pertencendo apenas a um dos grupos.

Demonstra o quadro 4.12 que a frequência de contacto social com portugueses não está, no geral, estatisticamente relacionada com a sua proximidade social, à exceção do item “Preferiria que essas pessoas não estivessem em Macau”.

Assume aí relevância estatística ($p=0.04$) o facto de as mulheres que têm pouco ou nenhum contacto com portugueses tenderem a estar mais em desacordo com essa afirmação (média 4.20) do que aquelas que têm um contacto regular ou frequente (média 3.86). Uma tendência que sai reforçada pelo valor negativo do coeficiente da correlação, significando que a um maior contacto com portugueses corresponde uma menor predisposição para a proximidade social, factor que não pode deixar de ser considerado relevante.

Quadro 4.12
Comparação de médias proximidade social vs. contacto social

Proximidade social - Contacto Social									
Médias e desvios padrão									
Não teria qualquer problema em:	CONTACTO SOCIAL				Total		*		
	NULO OU REDUZIDO		FREQUENTE OU CONSTANTE		M	SD	<i>t</i> 169 g. l.	prob.	
	M	SD	M	SD					
9.1 Sentar-me ao lado de ...	4,44	0,65	4,40	0,76	4,42	0,72	0,37	0,711	
9.2 Dançar com...	4,15	0,75	4,05	0,89	4,09	0,84	0,69	0,489	
9.3 Namorar com...	3,84	0,93	3,67	1,04	3,73	1,00	1,02	0,310	
9.4 Casar com	3,79	1,00	3,65	1,05	3,70	1,03	0,86	0,391	
9.5 Ter colegas...	4,34	0,68	4,31	0,85	4,32	0,79	0,28	0,782	
9.6 Que os meus filhos tivessem colegas...	4,46	0,59	4,29	0,81	4,35	0,74	1,56	0,122	
9.7 Empregar um/uma português(a) na minha empresa	4,15	0,83	4,10	0,87	4,12	0,85	0,35	0,728	
9.8 Que os meus filhos casassem com...	3,93	0,83	3,84	1,00	3,87	0,94	0,68	0,495	
9.9 Ter amigos portugueses	4,34	0,66	4,35	0,75	4,35	0,71	-0,01	0,992	
9.10 Ter chefes portugueses	3,80	0,95	3,83	1,01	3,82	0,99	-0,15	0,879	
9.11 Preferiria que essas pessoas não estivessem em macau**	4,20	0,93	3,86	1,18	3,98	1,10	2,04	0,043	
Índice de Proximidade Social	4,13	0,57	4,03	0,68	4,07	0,64	0,97	0,334	
Alfas de Cronbach	0,90		0,91		0,91				

Notas:

* Descartaram-se 4 casos que foram identificados como extremos multivariáveis por meio de "distâncias de Mahalanobis".

** Respostas codificadas em escala inversa devido colocação em sentido negativo da preferência ou predisposição.

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015.

2.5. Dimensões de valorização do exogrupo

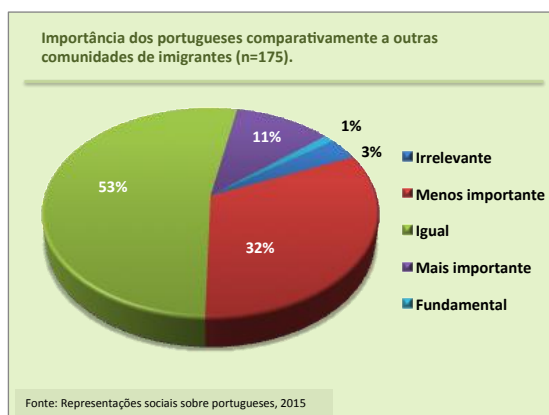
Para além da análise da distância social face aos portugueses, procurou a pesquisa indagar dimensões de valorização do exogrupo. Foram, para o efeito, abordados:

- i) o posicionamento que o endogrupo lhe atribui no contexto das relações sociais com outros grupos, definidos em termos de comunidades imigrantes a residir em Macau (item 13);
- ii) a margem que lhe deve ser conferida em termos de acesso à residência e ao trabalho em Macau (item 7), bem como a cargos de chefia (item 8).

O que o gráfico 4.1 nos sugere é que há uma significativa concentração (53%) em torno da avaliação da importância dos portugueses como “igual” à de outras comunidades imigrantes de Macau.

Constituiria esta uma zona central de alguma neutralidade que apresenta, no entanto, áreas laterais (“Irrelevante” e “Menos importante”, por um lado, e “Mais importante e “Fundamental”, do outro) com notório desequilíbrio. Enquanto o primeiro, de pendor negativo para os portugueses, representa 33% das respostas, o segundo, de pendor positivo, é apenas referenciado por 14%.

Gráfico 4.1
Importância dos Portugueses face a outras comunidades



O valor médio de 2,75 (DP=0,74) obtido no conjunto das respostas aponta para essa indistinção dos portugueses face a outras comunidades e revela mesmo

uma tendência no sentido de a considerar menos importante⁸⁶.

Não fez o inquérito apelo a uma comparação com outras comunidades em concreto (Filipinos ou Australianos, p.ex.)⁸⁷, mas, sendo a comunidade filipina a de maior expressão numérica, bem superior à portuguesa, não pode deixar de ser esse o grupo de referência.

Assume interesse particular o facto de as avaliações que colocam os portugueses no domínio do “Muito Importante” e de “Fundamental” terem assumido a sua maior expressão nos grupos mais jovens (-20 e 21-30 anos) onde questões inerentes às categorias e posições sociais poderão exibir maior abertura.

A análise aos factores que consta do quadro 4.13 mostra uma significativa regularidade nas médias obtidas nos vários subgrupos de cada variável relativamente ao valor médio apurado, traduzindo, assim, um consenso aparentemente bastante alargado quanto a esta questão.

Assinale-se, no entanto, igualmente a ausência de evidência estatística que indique que estes factores determinem, por si e em geral, diferenças estatisticamente significativas nas valorações.

Quadro 4.13
Distribuição de variâncias pelas variáveis independentes P.13

P13. Como avalia a importância dos portugueses comparativamente a outras comunidades de imigrantes													
GRUPOS ETÁRIOS								TOTAL		*			
-20		21 - 30		31 - 40		41 - 50		M	DP	F(3, 168)	prob.		
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP						
2,81	0,74	2,74	0,77	2,65	0,65	3,00	1,15	2,75	0,74	0,49	0,690		
ORIGEM												*	
Macau				R.P. China								t _{178, 2-t}	prob.
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP						
2,78	0,76	2,60	0,65							1,09	0,276		
GRAU ACADÉMICO												*	
Ens. Sec.		Licenciatura		Mestrado						M	DP	F(3, 168)	prob.
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP						
2,81	0,73	2,67	0,69	2,86	0,92					1,00	0,370		
PROFISSÃO												*	
Est. Sec.		Est. Univ.		Func. Públ.		T.C.O/T.C.P.		M	DP	F(3, 168)	prob.		
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP						
2,79	0,80	2,78	0,58	2,75	0,80	2,64	0,64	0,24	0,868				

Notas:
* Foram descartados 3 casos, identificados como atípicos multivariáveis por meio de “distâncias de Mahalanobis”.
** Trabalhadores por Conta de Outrém e Por Conta Própria.

⁸⁶ Toma-se como referência o valor 3 atribuído a “Iguais” na escala de 5 itens usada na pesquisa.

⁸⁷ Poderia mesmo ter sido explorada uma avaliação relativamente ao fluxo migratório recente proveniente do interior da China, mas, tratando-se, nesse caso, igualmente de cidadãos chineses, a questão teria de ter outros contornos.

Procurou-se ainda verificar se existia alguma correlação estatística entre a representação expressa nesta questão sobre a importância relativa dos portugueses e o nível de contacto que as inquiridas detêm com esse exogrupo.

Foram, para o efeito, divididas as inquiridas em dois grupos, A e B, integrando o primeiro aquelas que reponderam “Nunca” ou “Às vezes” em todas as situações identificadas no item 5 e o segundo as que reponderam “Frequentemente” ou “sempre” em qualquer uma dessas situações, pertencendo cada inquirida a apenas um grupo.

Quadro 4.14
Comparação de médias P.13 vs. contacto social

P13 vs CONTACTO SOCIAL (Médias e desvios padrão)									
	CONTACTO SOCIAL				Total		*		
	NULO OU REDUZIDO		FREQUENTE OU CONSTANTE		M	DP	t	prob.	
	M	DP	M	DP					
P13. COMO AVALIA A IMPORTÂNCIA DOS PORTUGUESES COMPARATIVAMENTE A OUTRAS COMUNIDADES DE IMIGRANTES	2,73	0,71	2,75	0,76	2,74	0,74	-0,22	0,822	

Notas:

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015.

* Descartaram-se 3 casos que foram identificados como atípicos multivariáveis por meio de "distâncias de Mahalanobis".

Constatou-se, assim, não existir evidência estatística que valide uma dependência entre estas variáveis. Assinale-se, no entanto, o valor negativo do coeficiente de correlação, o que traduz uma relação inversa entre elas, ou seja, a valores elevados de uma (p. ex. contacto social) estão associados a valores pequenos da outra variável (importância dos portugueses face a outras comunidades) e vice-versa.

Relativamente à possibilidade que deve ser conferida ao exogrupo de acesso à residência e ao trabalho em Macau (item 7), não manifesta o grupo inquirido oposição quanto à concessão de facilidades de trabalho e de residência aos portugueses. Mas não tem igualmente sobre o assunto uma posição favorável, optando, por um distanciamento (“Não concordo, nem discordo”) que pode encerrar mais do que a mera ausência de uma opinião clara, particularmente nos inquiridos que integram o mercado de trabalho.

Quadro 4.15
 Concessão de autorização de residência e trabalho

Concessão de autorizações de residência e de trabalho a portugueses (n=175)						
	n_i	f_i	Fr. Abs.	Acum.Fr.	Rel. Acum.	Média DP
Discordo totalmente	10	5,7	10		5,7	
Discordo	32	18,3	42		24,0	
Nem concordo nem discordo	87	49,7	129		73,7	3,00 0,88
Concordo	40	22,9	169		96,6	
Concordo plenamente	6	3,4	175		100,00	
	175	100				

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

Assinale-se, no entanto, o facto de, fora dessa zona central de concentração, se verificar uma tendência ligeiramente superior nos níveis positivos “Concordo” e “Concordo totalmente”, a representarem 26,3% (muito por força dos grupos mais jovens e dos estudantes), relativamente aos posicionamentos “Discordo totalmente” e “Discordo” (incidindo nos quadros profissionais), que regista, no conjunto, 24% das inquiridas.

Volta, de facto, a registar-se no grupo de -20 anos a maior frequência dos níveis “Concordo” (24,5%) e “Concordo Plenamente” (3,8%). O seu valor conjunto (28,3%) é o mais expressivo nos resultados dos diferentes grupos etários e acima do valor bruto para estes mesmos dois níveis de concordância expresso pela totalidade das inquiridas (22,9% e 3,4%, respetivamente).

O maior peso situa-se, no entanto, nas 87 das 175 inquiridas (49,7%) que optaram pelo posicionamento neutro (“Não concordo nem discordo”), opção essa com peso determinante no valor médio obtido de 3,00 (DP=0,88).

Nessa mesma posição de não compromisso que se considera o “Não concordo nem discordo” se situou parte significativa da amostra (88, 50,3%) quanto aos níveis de concordância sobre o exercício, por portugueses, de lugares de chefia em instituições de Macau (item 8).

Ao contrário, porém, da situação anterior, a tendência fora desse eixo central maioritário é desfavorável ao exogrupo. Assim, as frequências de “Discordo totalmente” e “Discordo” apresentam um valor (25,7%) superior àquelas que se registam em “Concordo” e “Concordo totalmente” (24%).

Quadro 4.16
Ocupação por portugueses de cargos de direção e chefia

Ocupação por portugueses de lugares chefia e direção em instituições de Macau (n= 175)						
Motivação	n _i	f _i	Fr. Abs.	Acum.Fr.	Rel. Acum.	Média DP
Discordo totalmente	8	4,6	8		4,6	
Discordo	37	21,1	45		25,71	
Nem concordo nem discordo	88	50,3	133		76,00	2,95 0,83
Concordo	39	22,3	172		98,29	
Concordo plenamente	3	1,7	175		100,00	
	175	100				

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

O facto de em todos os grupos etários, exceto no de 31-40 anos, estar presente o nível mais elevado de oposição (“Discordo totalmente”), por oposição a “Concordo totalmente”, que apenas surge num único grupo (21-30), parece reforçar essa tendência.

Note-se, ainda, nesta visão sobre o exercício de cargos de chefia por portugueses, a diferença entre o resultado obtido neste item, onde a questão surge de forma independente e isolada, e aquele que se verifica no item 9.10 (“Não teria qualquer problema em ter chefes portugueses”), que se encontra aí em interação com outras variáveis, diferença que o cruzamento das duas variáveis espelha (quadro 4.17).

À média de 2.95 (DP=0,83), algo baixa, obtida no item isolado (8) opõe-se uma média de 3,78 (DP=1,01), bastante mais favorável, obtida no item 9.10, analisado no contexto de variáveis de proximidade social.

O facto da variável em questão surgir, neste último item, inserida numa sequência de 11 situações diversas parece ter suscitado uma decisão atitudinal mais benevolente comparativamente à que foi expressa quando a variável foi analisada de modo mais objetivo (quando surgiu isolada num item próprio), onde se verificou um resultado inferior.

Tal facto é notório nos valores obtidos em “nem concordo nem discordo” no item 8 (88, 50,3%), que diminuiu no item 9.10 (54, 30,86%), com uma deslocação clara nesse item dessa posição para outras mais favoráveis aos portugueses (42 no item 8 vs.104 em “Ter chefes”, ou seja, no item 9.10).

Quadro 4.17

Cruzamento entre os itens 8 (Concorda com...) e 9.10 (Não ter problemas...)

Cruzamento item 8 (concordância com a concessão de cargos de Direção e chefia" e 9.10 " Não ter problemas em ter chefes portugueses"						
Item 8: concordância com o exercício de cargos de chefia	Item 9.10: "Não teria problemas em ter chefes portugueses"					TOTAL
	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	
Discordo totalmente	1	2	1	2	2	8
Discordo	0	8	17	6	6	37
Nem concordo nem discordo	1	3	32	29	23	88
Concordo	1	1	4	15	18	39
Concordo totalmente	0	0	0	0	3	3
TOTAL	3	14	54	52	52	175

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

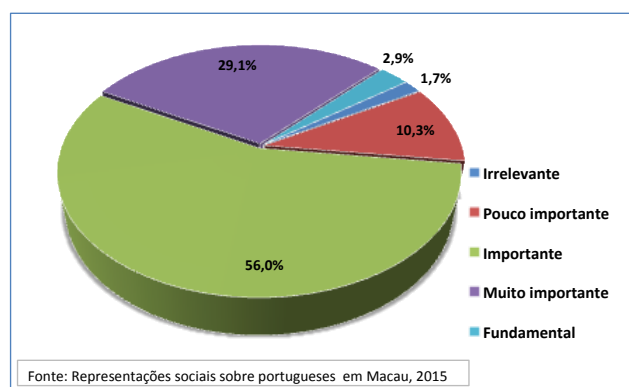
2.7. Dimensões e valorização de vestígios do endogrupo

A recolha de dados referentes a vestígios da presença portuguesa em Macau e ao valor lhes é conferido assentou em três dimensões. Em primeiro lugar, na determinação da relevância conferida à presença de portugueses antes de 1999 na realidade política e social atual da RAEM (item 10). Uma segunda visou a identificação de um vestígio específico associado a essa presença (item 14), enquanto uma terceira se dedicou à LP, cujo estatuto de língua oficial, bem como o de língua curricular, se pretendia ver avaliado pelas inquiridas (itens 15 e 16).

Na primeira destas dimensões de análise, os dados globais recolhidos, reunidos no gráfico 4.2, indicam que 88% das inquiridas avalia de modo positivo a importância da presença dos portugueses até 1999, recaindo a maioria das opiniões expressas (56%) em “Importante”.

Gráfico 4.2

Importância para o ambiente social, económico e cultural atual de Macau



Essa avaliação positiva é mais expressiva no grupo das inquiridas com menos de 20 anos (88,7%) e dos 21-30 anos (90,3%), tendo sido neste último que ocorreram os únicos registos que consideraram essa presença como “Fundamental”, como assinala o quadro 4.18.

Quadro 4.18

Importância da presença até 1999 para o atual ambiente social, económico e cultural de Macau

Importância da presença dos portugueses até 1999	-20		21-30		31-40		41-50	
	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i
Irrelevante	1	1,9	-	-	1	2,9	1	20,0
Pouco importante	5	9,4	8	9,6	5	14,7	-	-
Importante	31	58,5	43	51,8	21	61,8	3	60,0
Muito importante	16	30,2	27	32,5	7	20,6	1	20,0
Fundamental	-	-	5	6,0	-	-	-	-
	53	100,0	83	100,0	34	100,0	5	100,0

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

Não permite a formulação da questão concluir que as inquiridas têm da presença histórica portuguesa uma opinião favorável⁸⁸. Mas é relevante o facto de as gerações mais novas acompanharem (e inclusivamente superarem) a avaliação das gerações que vivenciaram ainda o período português, enquanto consciência de que, na sua presença, os portugueses concorreram para a especificidade atual de Macau no contexto da RPC.

A percepção dessa importância é partilhada pelas naturais de Macau (87,8% das inquiridas neste grupo posiciona-se nos três níveis positivos – “importante”, “muito importante”, “fundamental”) e pelas da China, estas com valores até ligeiramente superiores (88,5%).

Uma segunda área de pesquisa neste domínio apelava exatamente à identificação de vestígios dessa presença de portugueses na RAEM, agrupados, em função das respostas, em seis áreas.

Das 28 inquiridas que não responderam (16%)⁸⁹, 25 são de Macau e apenas 3 da RPC, as quais poderiam dispor de menos informação sobre a presença

⁸⁸ A ausência de uma pergunta com esses contornos no questionário constitui, aliás, uma das limitações detetadas.

⁸⁹ O tipo de questão não permite determinar se o não preenchimento indica a incapacidade de referenciar uma marca, ou se traduz a ideia de “nenhuma”, que poderia, em qualquer caso, ter sido expressa de forma explícita, como o fez uma inquirida, inserida no grupo “Outros”, que inscreveu como marca “nada”.

portuguesa. 78,6% deste grupo situa-se nas faixas dos 21-30 anos (12) e 31-40 anos (10), contrariando também a expectativa de que poderiam ser os mais novos a exibir menor conhecimento de vestígios dessa presença portuguesa, uma vez que nasceram pouco antes ou já após a transferência.

Quadro 4.19

Marcas da presença portuguesa na RAEM

Marcas da presença portuguesa	n _i	f _i
Arquitetura e Património edificado	90	51,4
Língua Portuguesa	21	12,0
Cultura	15	8,6
Ordenamento político-jurídico	14	8,0
Religião	1	0,6
Outros	6	3,4
Não respondeu	28	16,0
	175	100,0

Fonte: Representações sociais sobre portugueses, 2015

Sob a designação “Arquitetura e Património edificado” foram reunidas respostas de carácter genérico (“arquitetura”, “património mundial”, “casas” e “ruas”), bem como outras referências particulares e específicas. Aí se destacam as “Ruínas de S. Paulo” (a mais referenciada, assinalada por 35 inquiridas), a “calçada portuguesa”, edifícios e espaços como o “Largo do Senado”, o “Largo do Lilau”, a “San Má Lou”⁹⁰, a “Igreja de S. Domingos”, a “Casa Museu da Taipa” e as “Portas do Entendimento”⁹¹.

Em “Cultura” foram agrupadas referências explícitas a “cultura” (5), mas também as efetuadas a “comidas” (7)⁹² e ainda duas referências interessantes, ambas de significativa carga simbólica, registadas por duas inquiridas – o “ambiente pacato” e os próprios “macaenses”, refletindo a concepção étnica já abordada em capítulo

⁹⁰ Nome dado pelos chineses à Av. de Almeida Ribeiro, rasgada em 1920, unindo o porto interior ao exterior e artéria central da península (também em termos de negócio), mantendo-se como uma das referências históricas e turísticas da cidade.

⁹¹ Muito interessante a referência. Trata-se de um monumento inaugurado em 1990, numa altura em que foram realizadas diversas intervenções urbanas destinadas a reforçar a presença portuguesa, que pretende assinalar a amizade sino-portuguesa e contrapor-se, de algum modo, às *Portas do Cerco*, construídas em 1871 para, num tempo de maior animosidade (por altura do Governador Ferreira do Amaral), demarcar a fronteira entre Macau e a China e afirmar um poder português.

⁹² Enquanto 6 referem “comidas”, 1 refere-se especificamente à “nata”, doce adaptado do pastel de nata, pouco consumido pelos portugueses (porque diferente do original), mas muito apreciado pelos chineses e, ex-libris de Macau, pelos turistas do continente.

anterior.

14 inquiridas referenciaram vestígios que foram agrupados em “Ordenamento político-jurídico”. Referem-se 5 delas ao “Direito português”, que ainda prevalece no ordenamento jurídico, e 1 à “forma de governo”, aludindo, certamente, não apenas à estrutura do aparelho, assente num Chefe do Executivo (um Governador, na Administração portuguesa) e Secretários que tutelam as diferentes áreas (designação que se mantém desse período), mas também ao segundo sistema que vigora em Macau.

Significativo ainda o registo em igual número (4) de referências a “passaporte português” e ao “Consulado”, sugerindo reportarem-se ao facto de haver cerca de 150,000 cidadãos chineses com passaporte português⁹³, de que tratam no Consulado, apesar de não manterem qualquer ligação a Portugal nem falarem português, na sua esmagadora maioria⁹⁴.

A partir de uma referência à “religião de Cristo”, pela relevância que esta encerra, foi constituída uma área própria. Numa Diocese criada em 1576, os cerca de 5% da população⁹⁵ de Macau que a professa são, na maioria, chineses e filipinos.

12% das respostas obtidas (21) tiveram a Língua Portuguesa como denominador comum, aí se incluindo as referências a “língua oficial” (13), “lusofonia (1), “língua das ruas” (4), ou a efetuada a duas instituições onde ela é ensinada: a EPM (1) e o IPOR (2).

Curiosamente, não foi feita qualquer referência à presença de imprensa escrita (diários e semanários em LP) e ao canal de televisão existente⁹⁶, que não parecem (os órgãos de informação e a sua matéria noticiosa) captar a atenção

⁹³ Os dados fornecidos pelo Consulado-Geral de Portugal em Macau e Hong Kong aludem a 160 000 passaportes portugueses em Macau, sendo que cerca de 8000 a 10 000 se referirão a expatriados portugueses.

⁹⁴ A concessão de passaporte português a cidadãos chineses, desde que nascidos em Macau, foi prática até ao final dos anos 70 e conheceu, nos momentos que antecederam a transferência um recrudescimento, não desligado do objetivo de preservar uma ligação de cidadãos a Portugal no pós transferência.

⁹⁵ Entrevista concedida pelo Pde Domingos Soares ao JTM, em Santos (2015).

⁹⁶ Como já referido, apesar da sua reduzida dimensão, está a comunidade que se expressa em português servida por 3 jornais diários em LP, um semanário e um semanário bilingue, para além do canal em português da TDM, contra um único jornal em chinês (Ou mun).

dos chineses falantes de português

Relativamente à LP (o 2º vestígio mais assinalado), procurou-se determinar atitudes face ao seu estatuto e motivações para a sua aprendizagem⁹⁷.

A maioria das inquiridas (78,29%) concorda com o estatuto de língua oficial atribuído pela Lei Básica da RAEM à LP. Essa concordância tem forte expressão em todos os grupos etários, situando-se sempre acima dos 70%.

É também relevante o facto de os valores mais altos de concordância se registarem ao nível dos subgrupos nas extremidades, ou seja, nas inquiridas com menos de 20 anos (83%) e nas de 41-50 anos (100.0%).

Se este último é, no universo dos inquiridas, aquele que mais tempo viveu sob a administração portuguesa, onde a LP tinha um claro estatuto político e constituiu um forte mecanismo de ascensão social, o primeiro grupo (menos de 20 anos) é o da nova geração da RAEM, atenta às novas oportunidades que a LP parece potenciar.

Oportunidades que, como mostra o quadro 4.20, juntando as duas variáveis, as inquiridas provenientes da China continental valorizam com maior expressão que as naturais de Macau. Estas últimas representam, afinal, 89,5% do total das 38 que discordam do estatuto de língua oficial que a LP detém na RAEM.

Quadro 4.20
Português como língua oficial (Idade e Naturalidade)

Português como língua oficial	IDADE								NATURALIDADE					
	-20		21-30		31-40		41-50		Macau		China		Outra	
	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i
SIM	44	83.0	64	77.1	24	70.6	5	100.0	114	77.0	22	84.6	1	100.0
NÃO	9	17.0	19	22.9	10	29.4	0	0.0	34	23.0	4	15.4	0	0.0
TOTAL	53	100.0	83	100.0	34	100.0	5	100.0	148	100.0	26	100.0	1	100.0

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

Se olharmos aos grupos profissionais, apenas ao nível dos trabalhadores por conta de outrem não foi obtido um valor de concordância próximo ou superior a

⁹⁷ Podendo parecer um pouco lateral, este último aspeto – a motivação para a aquisição da língua – pode encerrar pistas relevantes para a análise do tipo de relação com a língua e da sua importância social, sobretudo se, como se viu na determinação das marcas, ela constitui a segunda mais referenciada no quadro de uma herança portuguesa.

80%, como figura no quadro 4.21.

Quadro 4.21
Português como língua oficial (profissão)

Português como língua oficial	PROFISSÃO									
	Est. E. Sec.		Est. E. Sup.		F.Público.		T. C. Outrem		T. C. Própria	
	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i
SIM	32	82.1	23	82.8	65	79.0	15	62.5	2	100.0
NÃO	7	17.9	5	17.2	17	21.0	9	37.5	0	0.0
TOTAL	39	100.0	28	100.0	82	100.0	24	100.0	2	100.0

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

O inquérito não permitiu obter informação sobre as áreas profissionais específicas destas inquiridas, o que poderia fornecer alguma ideia sobre a importância da LP nessas áreas de atividade em particular, passível de influenciar esta avaliação.

Os valores de concordância nos subgrupos de estudantes (secundário e universitário), a par dos profissionais por conta própria, sugerem ser nesses domínios que a língua é mais valorizada como ativo, melhor assegurado se tiver o estatuto de língua oficial.

Esta ideia da língua como ativo estratégico transparece nas motivações avançadas para a sua aquisição, que o item 15 colocava.

A motivação profissional apresenta uma forte prevalência, tanto na perspetiva da sua relevância para o emprego atual (37,1%), como na de aquisição de um emprego futuro (33,7%).

Quadro 4.22
Motivação para aprender português

Motivação	n _i	f _i
Profissão atual	65	37,14
Profissão no futuro	59	33,71
Língua de herança	2	1,14
Curiosidade pessoal	44	25,14
Outra	5	2,86
	175	100,00

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

Esta última constitui a principal motivação para o grupo etário mais jovem (-20

anos) e para o grupo dos estudantes do ensino secundário, enquanto a primeira apresenta maior frequência nos grupos etários intermédios (31-40 anos e 21-30 anos) e no grupo profissional dos funcionários públicos⁹⁸.

O interesse em aprender Português por motivação pessoal não diretamente ligada a questões profissionais foi referenciado como principal por 29,1% das inquiridas⁹⁹, registando valores mais altos no grupo dos trabalhadores por conta de outrem (33,3%) e no dos estudantes universitários (32,1%).

A menor expressão desta dimensão menos instrumental de valorização da língua poderá associar-se aos resultados obtidos na questão onde se pedia a concordância com o ensino obrigatório da LP nas escolas, como língua curricular (item 17).

A discordância quanto à obrigatoriedade do ensino da língua nas escolas é maior e expressiva na faixa mais jovem (64.2%) e vai diminuindo nas seguintes. Mantem-se, no entanto, sempre acima dos 50%, exceto na faixa dos 41-50 anos onde, ainda assim, se registam 40.0% de discordância.

Quadro 4.23
Português como língua obrigatória (idade)

Português como língua obrigatória	IDADE							
	-20		21-30		31-40		41-50	
	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i
SIM	19	35,8	37	44,6	17	50	3	60
NÃO	34	64,2	46	55,4	17	50	2	40
TOTAL	53	100,0	83	100,0	34	100,0	5	100,0

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

Esta aparente contradição entre a concordância expressiva manifestada quanto ao estatuto da LP e a discordância, também elevada, relativamente à obrigatoriedade do seu ensino será ainda retomada.

Registe-se, no entanto, ser muito mais expressivo o intervalo na questão do

⁹⁸ Entre as medidas de promoção da LP desenvolvidas pelo Executivo da RAEM encontra-se a da frequência obrigatória de um curso de Português como factor de progressão na carreira da função pública.

⁹⁹ Para além da “curiosidade” (25.1%), foram referenciadas como motivações adicionais tratar-se de uma “língua de herança” (1,1%) e “outras razões” (2.9%), onde se incluem factores como “gosto da língua” ou ainda o desejo de vir, no futuro, a estudar numa universidade portuguesa.

estatuto (78.3% vs. 21.7%), traduzindo um maior consenso grupal, face ao intervalo registado quanto à obrigatoriedade (43.4% vs. 56.6%), que traduz uma clara divisão de opiniões, quer ao nível geracional, quer ao nível dos grupos profissionais, traduzindo o quadro 4.24 os resultados nesta variável para a questão da obrigatoriedade.

Quadro 4.24
Português como língua obrigatória (profissão)

Português como língua obrigatória	PROFISSÃO									
	Est. E. Sec.		Est. E. Sup.		F.Público.		T. C. Outrem		T. C. Própria	
	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i
SIM	13	33,3	14	50,0	36	43,9	12	50,0	1	50,0
NÃO	26	66,7	14	50,0	46	56,1	12	50,0	1	50,0
TOTAL	39	100,0	28	100,0	82	100,0	24	100,0	2	100,0

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

A divisão nas atitudes relativamente a esta matéria é clara e suscita questões ao nível do que se poderá designar o valor social e o valor económico da Língua Portuguesa. Facto é que, apesar do seu estatuto, o seu ensino não é oficialmente obrigatório e que esta oposição a essa obrigatoriedade é manifestada por mulheres que estão, numa aparente contradição, a aprender português, por opção ou conveniência.

Num contexto em que, ao contrário da vizinha Hong Kong para o inglês, a sua utilização como língua veicular é escassa e extremamente circunscrita, acrescentou-se às questões do estatuto e da obrigatoriedade a do registo de possíveis razões para essa circunstância, procurando, através da língua, outras atitudes face ao exogrupo e também ao endogrupo (item 18).

O quadro 4.25 sugere duas linhas de leitura. Reitera-se, por um lado, de forma clara (58,86%, não contabilizando as 55 inquiridas que escolheram situar-se na zona de indefinição “Não concordo nem discordo”), o reconhecimento da LP como língua estratégica de futuro, acompanhada nessa conceção pelo Chinês e o Inglês.

Por outro lado, voltando a não considerar as inquiridas que optaram por não emitir uma avaliação (sempre a rondar os 30%), é conferido um valor significativamente alto (45,14%) de responsabilização aos portugueses pelos baixos índices de

circulação da língua em Macau, ao mesmo tempo que, tendencialmente, se exime o endogrupo da responsabilidade por esse facto (41,72%).

Quadro 4.25

Razões pelas quais o Português é pouco falado

Razões pelas quais a língua portuguesa é pouco falada.	LP não é importante para o futuro		Os portugueses não a ensinaram		Os chineses não quiseram aprender		O importante é o chinês e o inglês	
	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i	n _i	f _i
Discordo totalmente	26	14,86	2	1,14	11	6,29	1	0,57
Discordo	77	44,00	37	21,14	62	35,43	17	9,71
Nem concordo nem discordo	55	31,43	57	32,57	52	29,71	51	29,14
Concordo	15	8,57	62	35,43	40	22,86	77	44,00
Concordo totalmente	2	1,14	17	9,71	10	5,71	29	16,57
	175	100,00	175	100,00	175	100,00	175	100,00
Média	2,37		3,31		2,86		3,66	
DP	0,88		0,95		1,02		0,89	

Fonte: Representações sociais sobre portugueses em Macau, 2015

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A importância da comunicação e da interação, quer para a TRS, quer para a TIS, como espaços de projeção e de (re)construção de representações e de estereótipos sociais nos quais se sustentam as relações intergrupais, foi já abordada em capítulo anterior.

Indivíduos e grupos reforçam aí os seus laços de solidariedade e marcam as suas diferenças, constituindo, em simultâneo, espaços de reconstrução de sentido, de edificação da mudança e, por consequência, de adaptação da identidade social.

Processos psicossociais, como a categorização social, sustentam a construção de quadros interpretativos da realidade, posicionando indivíduos e grupos, num contexto determinado, em função de sistemas de representações, nos quais assumem importância central os estereótipos.

Os dados recolhidos sugerem existir por parte do grupo analisado um conjunto de representações sobre os portugueses com um nível de consistência e de consenso suficientemente relevante para que os consideremos como traços de estereotipicidade relativos a esse exogrupo.

Em função da técnica adotada para o seu levantamento – o recurso à lista de

adjetivos - essas imagens parecem apontar para duas dimensões essenciais, as quais apresentam alguma relação com as situações de contacto social que a pesquisa levantou.

Constituindo o contexto laboral aquele onde se registou o maior indicador de contacto com portugueses (média=2,25), estão também associados a esse espaço de interação alguns dos traços de estereotipicidade menos favoráveis ao exogrupo e mais carregados de sentido negatividade (“lentos a trabalhar”, “preguiçosos”).

No seu conjunto, os 10 traços estereotípicos identificados oferecem, no entanto, um quadro globalmente positivo. As imagens recolhidas podem não só ser consideradas positivas na perspetiva do exogrupo, mas igualmente marcadas com forte positividade pelo próprio endogrupo. De facto, competências sociais dos portugueses, de modo particular a sua simpatia, e a forma como abordam a vida (vista como despreocupada e divertida) mereceram uma significativa valorização positiva pelo endogrupo¹⁰⁰.

Uma valorização que parece superar e não depender diretamente dos próprios níveis de interação individual efetiva com portugueses, antes parecendo remeter para uma categorização social prevalecente do exogrupo e independente do nível de contacto real. Os elevados níveis obtidos de ausência de contacto (nomeadamente, o valor médio de 44,8% registado em “Nunca”) ou de contacto esporádico (31% para “Às vezes”)¹⁰¹ sugerem essa leitura, ao mesmo tempo questionam concepções de Macau como exemplo de território de diálogos interculturais.

De facto, os dados apontam no sentido da existência de uma considerável predisposição para atitudes de proximidade social. O resultado obtido através desse indicador (4,08) sugere essa abertura, particularmente em algumas áreas do relacionamento intergrupar e inter-individual envolvendo a interação em

¹⁰⁰ Não será de excluir a possibilidade desta valorização se associar a uma projeção da vontade de mudança, sobretudo por parte gerações mais novas (-20 anos e 21-30 anos, onde estão 75% das ocorrências e 90% da positividade do traço), relativamente a uma forma mais tradicional do modo de vida chinês.

¹⁰¹ Com duas notas adicionais, registadas no tratamento, de a interação social apresentar valores mais significativos por parte das naturais da China face às de Macau e de ser inferior na geração -20 relativamente às outras.

círculos de sociabilidade no domínio público (“sentar-se ao lado de...”, “ter colegas...”), ou mesmo num domínio mais pessoal (“Ter amigos...”, “dançar com...”).

A avaliar pelos dados ao nível do contacto efetivo, a prática social parece, no entanto, estar ainda longe desta predisposição de princípio que a recolha efetuada com recurso à escala de proximidade social parece sugerir.

Se, por exemplo, para essa dimensão do “Ter amigos” ela é manifestada abertamente por cerca de 80% da amostra, assume sensivelmente o mesmo valor a frequência das inquiridas que nunca ou apenas esporadicamente tem efetivamente amigos portugueses no seu círculo de sociabilidades próximas.

Tal constatação remete-nos para os estudos desenvolvidos por LaPierre (1934) sobre a ausência de uma correlação necessária entre aquilo que os inquiridos afirmam que fariam face a uma situação social simbolizada pela questão colocada (a sua atitude) e aquilo que efetivamente fazem quando com ela confrontados na realidade (o seu comportamento real). Uma definição tradicional das atitudes como antecipações do comportamento ou padrões comportamentais é, deste modo, questionada na sua investigação pela inconsistência que pode ocorrer entre os níveis atitudinal e comportamental¹⁰².

Nesse sentido, Eagly & Chaiken (1993), citados por Lima e Correia (2013) referem-se às atitudes como um construto hipotético referente à “tendência psicológica que se expressa numa avaliação favorável ou desfavorável de uma entidade específica” (p. 202), às quais se associa o conceito de preconceito¹⁰³, definido por Allport (1954, *apud* Monteiro, 2013, p.507) como “uma antipatia baseada numa generalização errada e inflexível [que] pode ser sentida ou

¹⁰² O trabalho de LaPierre foi igualmente objeto de vários questionamentos metodológicos, nomeadamente quanto ao grau de generalidade envolvido na identificação da atitude e os contornos específicos da situação despoletadora do comportamento. Procurando responder a esses constrangimentos e assumindo a importância das atitudes como factores de previsão do comportamento, que LaPierre também não negou, Fishbein e Ajzen (1975), referenciados por (Lima & Correia, 2013), distinguem entre atitudes gerais face a um objeto e atitudes específicas face a um comportamento relacionado com o objeto de atitude. “Enquanto que estas últimas seriam úteis na previsão de um comportamento específico, as primeiras só o influenciariam de uma forma indirecta, como uma tendência para a ação” (*ibid.* p.213).

¹⁰³ Tendo em conta o âmbito da discussão, restringe-se a questão do preconceito ao domínio étnico.

expressa (...) dirigida contra um grupo no seu todo ou contra um indivíduo por ele ser membro desse grupo”.

Sugerem os resultados, e tomando como referência a primeira destas questões (a incoerência entre as atitudes e os comportamentos, constatação que se verificou igualmente para outros níveis de *predisposição para vs. contacto real* para além do já identificado), uma abertura ao nível atitudinal para a mudança e a aproximação, mas também ainda um forte nível de etnicidade nos comportamentos sociais, que algumas marcas referentes à segunda (a presença de preconceito étnico nas relações sociais envolvendo portugueses) parecem acentuar. Duas notas adicionais concorrem para esta leitura.

Em primeiro lugar, a diminuição clara nos valores registados ao nível de indicadores de proximidade social que envolvam a transferência de poder para o exogrupo ou o seu acesso aos domínios de maior intimidade.

Bogardus (1965), referido por Artega & Lara (2004), associava o conceito de distância social aos níveis de compreensão e de simpatia que marcam as relações entre pessoas, entre estas e grupos e de grupos entre si, funcionando, por tal, como uma medida real ou potencial de conflito social.

Essa distância resulta tanto da incapacidade de um indivíduo ou grupo para compreender e interagir com outros quanto das diferenças que, nessa interação grupal, os sentimentos e as crenças fazem eclodir, as quais passam a encerrar um potencial de conflito. A distância social constitui, assim, factor de aumento da incompreensão, na qual assentam, para o mesmo autor, os problemas sociais.

Sendo o grupo das inquiridas razoavelmente favorável à estadia e à concessão de autorizações de trabalho na RAEM aos portugueses, ou mesmo a empregar portugueses, essa concordância recua de modo significativo (aumentando a distância) quanto à ocupação por estes de cargos de chefia, do mesmo modo que a disponibilidade é menor para situações de proximidade envolvendo o namoro ou o casamento com portugueses¹⁰⁴, em que a marca étnica grupal parece ganhar maior significado. A distância social aumenta, assim, quando estão em jogo a

¹⁰⁴ Situações que, a par de “Ter chefes portugueses”, colheram os resultados mais baixos, 3,73, 3,70 e 3,84, respetivamente.

intimidade e símbolos de poder.

Como refere Tajfel (1982, p.256), “a difusão de determinadas noções depreciativas sobre o grupo alheio [assenta] na rivalidade entre grupos por vários tipos de benefícios objectivos” nos planos social e económico. Essas noções “estão relacionadas com atitudes e comportamentos que determinam as diferentes formas de distância social entre grupos” (*ibid.*), situação para a qual os estereótipos associados ao perfil profissional dos portugueses e os resultados obtidos em situações onde a concordância implica uma partilha de áreas de poder do endogrupo (como “ter chefes...”) parecem igualmente remeter.

A hierarquia reforça escalas de poder e, manifestando disponibilidade para partilhar espaços de sociabilidade – a amizade, o lazer, e o próprio trabalho – ela diminui quando neles assumem maior relevância os estatutos e as hierarquias de poder ou de intimidade envolvendo portugueses, face às quais se constata uma vontade de maior separação grupal.

As relações grupais, como relações sociais, são, por tal, como assinala Alsina (1999), atravessadas por questões de poder, presentes na comunicação. Grupos e indivíduos relacionam-se com os outros a partir do lugar em que se perspectivam e daquele em que se acham perspectivados, tornando o poder uma questão relacional – uns e outros procuram conservar ou transformar produções simbólicas e as representações que as traduzem (frequentemente contendo associadas marcas de preconceito e/ou discriminação, bem como tensões ofensivas ou defensivas¹⁰⁵) através de processos de negociação, de cooperação ou de conflito, como o levantamento efetuado sugere.

Nessa medida, como refere Silveira (2005), reportando-se a Foucault, “toda a relação de poder opera diferenciações que são ao mesmo tempo suas condições e efeitos” (p.53). Estando as relações de poder subjacentes a todas as outras relações, e constituindo, por isso, uma prática social, devem ser compreendidas “como estratégias variáveis que induzem a estados de poder” (*ibid.* p.57), colocando indivíduos e grupos em situações de privilégio ou de desvantagem relativamente a essa capacidade de agir sobre a ação dos outros, que constitui a

¹⁰⁵ Rocha (2005).

própria noção de poder.

Por estes motivos constituem estas relações uma das áreas sensíveis da comunicação intercultural, ao mesmo tempo que, como assinalam Martin, Nakayama & Flores (2001) se assumem, em simultâneo, como um pilar dessa comunicação¹⁰⁶. Questões a merecer, porventura, maior atenção por parte das visões sobre a exemplar harmonia de Macau, no passado como no presente.

Em segundo lugar, tendo presente a importância dos processos de comparação social na geração de imagens que alimentam a própria identidade social¹⁰⁷, parece igualmente relevante para a discussão a forma como o grupo das inquiridas considera ser perspectivado pelos portugueses.

Associando-se essa identidade às autoimagens positivas ou negativas geradas pelo grupo de pertença, constitui a comparação social um mecanismo propício à obtenção de representações que reforcem autoconceitos, desejavelmente positivos. Mas funciona também como espaço de projeção de atitudes e de comportamentos intergrupais que traduzem eles próprios uma identidade positiva ou negativa.

A imagem recolhida no endogrupo de que os portugueses se acham superiores aos chineses, que veio confirmar o traço de estereotipicidade já indiciado na lista de adjetivos, perpassa, de modo significativo, vários grupos etários e áreas de atividade profissional.

É possível que expresse um estereótipo de origem histórica, perpetuado desde os tempos da administração portuguesa e decorrente tanto do poder social que esta conferiu a portugueses relativamente a chineses, quanto da forma como estes dele fizeram uso, mais do que assente em interações reais e do presente. De novo, os baixos níveis de contacto nos grupos onde esta imagem é mais forte assim parecem sugerir.

¹⁰⁶ Para estes autores, a cultura, a comunicação, o contexto e o poder constituem os quatro alicerces da comunicação intercultural, essenciais à compreensão não apenas da complexidade cultural, mas desta última como espaço de disputa (*struggle*, no original) dos vários grupos na prossecução dos seus interesses.

¹⁰⁷ Como refere Tajfel (1982), “um indivíduo sente, pensa e comporta-se com base na sua identidade social, criada pelos vários grupos de que é membro, e com base na sua relação com a identidade social dos outros, enquanto indivíduos ou *en masse*” (p.41).

Importará, no entanto, questionar que impactos a autoimagem negativa percebida junto do exogrupo poderá ter sobre as atitudes e comportamentos que os envolvam. Poderão algumas questões que à frente se discutirão ter alguma ligação com esta.

Creemos, pois, que é válida a existência de representações globalmente positivas sobre os portugueses que a pesquisa colocava como hipótese principal. No entanto, foram também evidenciadas atitudes e imagens (algumas das quais possivelmente não alheadas do próprio processo histórico de Macau, no que diz respeito às relações intergrupais entre portugueses e chineses) que expressam a defesa e a proteção de espaços vitais do endogrupo, e que sugerem, por consequência, limites (traduzidos em maior distanciamento) ao desenvolvimento de relações socialmente próximas, que a hipótese igualmente colocava.

Um dos eventuais impactos que a referida autoimagem negativa percebida pelo endogrupo poderá assumir situar-se-á ao nível da importância conferida ao exogrupo na construção da nova realidade social da RAEM, que a segunda hipótese pressupunha como superior à de outras comunidades étnicas.

De modo que se pode afirmar expressivo, 88% das inquiridas considera como importante/muito importante para o ambiente social, económico e cultural a presença portuguesa até 1999. As três dimensões envolvidas na questão – o ambiente social, económico e cultural – não só constituem o cerne das disposições da Lei Básica da RAEM (juntamente com a dimensão política) e, portanto, da fórmula, amplamente aceite, de “um país, dois sistemas”, como nelas se escoram as diferenças (ainda substantivas em qualquer uma delas) entre a RAEM e a RPC.

Seria, pois, de algum modo expectável, como o fazia a segunda hipótese construída, que esse reconhecimento positivo se pudesse traduzir numa avaliação distintivamente positiva dos portugueses face a outras comunidades étnicas na atualidade, 15 anos decorridos sobre a transição¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Não se identificaram no item em questão (13) que outras comunidades imigrantes. Conforme a informação avançada no capítulo referente à contextualização, a outra comunidade imigrante de referência é a comunidade filipina, cujo estatuto de cidadania (e profissional) assume contornos legais e sociais bem diferentes e inferiores aos que são outorgados aos cidadãos portugueses.

Rejeitam os resultados recolhidos essa hipótese, com 53% das inquiridas a pronunciar-se pela importância “igual” dos portugueses face a outras comunidades.

Poderá este resultado refletir uma avaliação que procura, acima de tudo, afirmar uma atitude não discriminatória face a outras comunidades, situando-se no domínio do politicamente correto¹⁰⁹. Ou, por outro lado, ter como motivação de fundo o que Tajfel (1982) refere como coerência - o modo como são valorados os outros, com base nas suas pertenças categoriais, ter subjacente a defesa de relações entre categorias e posições sociais que promovam um autoconceito (o mesmo é dizer, uma identidade social) satisfatória.

Uma visão que ganha força quando se observa que, para além do resultado referido, 32% consideraram mesmo a importância dos portugueses como “inferior” face a outras comunidades e 3% como “irrelevante”, deixando apenas lugar a 12% de avaliações na direção para que apontava a hipótese formulada.

Numa nova RAEM, onde as relações de poder se inverteram após a transferência, mas onde é ainda sentida uma presença portuguesa nas várias dimensões assinaladas, esta defesa da nova conjuntura, e a conseqüente diminuição da importância dos grupos que a possam questionar, poderá ser sentida como necessária. Tanto mais quanto está ainda presente a imagem de que os portugueses vêem os chineses como inferiores.

De facto, como se constatou, se os portugueses são maioritariamente representados como “iguais” aos membros do grupo inquirido, não é essa a imagem que prevalece quanto à forma como o grupo das inquiridas se vê perspectivado pelos portugueses, entendendo antes que estes as representam como “inferiores”.

Tal representação, por um lado, na medida em que, como se documentou, corre a par de níveis reduzidos de contacto social efetivo que pudessem reforçar (ou contrariar) o seu pendor, vem reforçar o conceito da representação como

¹⁰⁹ A forma como não é permitido ou muito limitado o acesso dos imigrantes filipinos (e dos TNR, em geral) a um conjunto de direitos de cidadania e a serviços na RAEM, sem que verdadeiramente se questione (pelo contrário, assiste-se a manifestações públicas de exigência de prioridade de emprego aos TR) parece colocar um pouco em causa esta visão.

pensamento social, que Moscovici (2000) assinala ¹¹⁰. Se o processo de objetivação lhe aporta a dimensão factual e natural que esta representação parece assim atestar, por via da ancoragem o sistema de pensamento pré-existente familiarizou o que poderiam ser as novidades aportadas pela nova realidade de Macau.

Por outro lado, esta mesma representação parece querer projetar para o exogrupo um traço – o da consideração da inferioridade cultural/étnica relativamente a outro grupo – que tocara uma forma de racismo “subtil” (Vala, 2005), da qual o endogrupo se afastaria ao contrapor uma valorização da igualdade do exogrupo.

Um posicionamento que, de algum modo, torna o endogrupo (e a imagem identitária que de si constrói) mais humano e socialmente mais aberto, ao mesmo tempo que, aceitando a ideia de Tajfel explorada por Miranda (2006), poderá ainda entender-se que a interação com o exogrupo é igualmente potenciadora de autoimagens positivas para as inquiridas, que, por esse motivo, o perspetivam como semelhante ou comparável.

Os dados recolhidos revelam, porém, nomeadamente nos subgrupos onde essa representação sobre os portugueses ocorre com maior tendência (p.e. o grupo 21-30), que ela surge igualmente associada a uma maior rejeição quanto à concessão de espaços de poder ao exogrupo no trabalho ou, no que à hipótese em causa dizia respeito, na sua maior relevância, como comunidade, face a outras, hipótese que, como se viu, não se confirmou.

Questão diferente é a que se refere à identificação e valorização de marcas da presença dos portugueses em Macau, que constituía o cerne da terceira hipótese definida para a pesquisa. Aí se avançava a ideia da presença de portugueses na atualidade estar associada a um processo histórico, sendo reconhecidos e valorizados vestígios da presença portuguesa em Macau, nomeadamente, a língua.

Como se viu, os dados recolhidos são significativos quanto ao reconhecimento

¹¹⁰ Como refere este autor, “social thinking owes more to convention and memory than to reason; to traditional structures rather than to current intellectual or perceptive structures” (p.39).

efetivo que o grupo das inquiridas expressa relativamente à importância do contributo histórico dos portugueses para o ambiente social, cultural e económico atual da RAEM.

Não constituía objetivo da pesquisa a determinação do nível de satisfação quanto a esse ambiente, assumindo-se, de algum modo, que as inquiridas têm uma opinião favorável relativamente à organização consagrada na Lei Básica e no já referido *segundo sistema* que vigora na RAEM¹¹¹.

Vários dos vestígios assinalados pelas inquiridas encerram uma importante relevância real e simbólica. As referências efetuadas ao ordenamento jurídico português, à forma de governo de Macau, à presença do catolicismo, ao “ambiente pacato” de Macau, à gastronomia, para além de um variado núcleo de edificações ou espaços públicos, assim identificados como envolvendo uma matriz portuguesa, remetem, 15 anos após a transferência, para uma dimensão e uma memória histórica de Macau que, valorizando essa componente, poderá igualmente constituir um factor positivo nas relações envolvendo portugueses.

A vertente que assinalámos como simbólica prende-se com uma reflexão que os dados igualmente poderão sugerir. Ao assinalarem-se, em 2015, 10 anos sobre a inscrição de vários elementos de Macau na lista de Património da Humanidade da UNESCO, tem sido reiterada a sua pertinência para a importante (e necessária, no sentido de útil) singularidade de Macau na região e no contexto da RPC.

Mas tem-se igualmente assistido a algum discurso oficial que opta por situar esse património no encontro entre o Oriente, especificado como China, e o Ocidente, especificado como Europa¹¹². Sendo certo que, para além da matriz chinesa, nem

¹¹¹ Poderão aí ser tomados como referência o *Índice de Felicidade de Macau*, elaborado pela Associação de Economia de Macau, onde foi obtido, em 2014, um valor de 6.99 (numa escala de 10), ocupando ainda Macau o 18º lugar (entre os 34 países analisados em vários continentes) no ranking do *Índice para uma vida melhor*, da OCDE, com 7.26 (na mesma escala). As dimensões social, económica e cultural são factores de valorização positiva, enquanto aspetos ligados ao recente e acentuado crescimento de Macau (custo de vida, acesso à habitação e transportes públicos) constituem os maiores factores de descontentamento (<https://pontofinalmacau.wordpress.com/2014/12/14/>).

¹¹² Vejam-se, a título de exemplo, textos produzidos pelo Instituto Cultural da RAEM (<https://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/moheriP.asp>) ou pelos Correios de Macau (<https://www.macaupost.gov.mo/Philately/XVersion/News.aspx?lang=pt-pt&pm=1155>).

tudo o restante património classificado é de origem portuguesa, em sentido estrito, não passa despercebido o apagamento do gentílico *português*. Ç

Poderá não ser despiciendo, desse ponto de vista, o facto de 16% das inquiridas (89,3% das quais de Macau) não ter identificado qualquer vestígio português, bem como esse registo apresentar valores crescentes em termos do seu peso nos diferentes grupos etários (14,5% para o grupo dos 21-30 anos, 29,4% para o dos 31-40 anos e 40% para o dos 41-50 anos). Contraria essa tendência o grupo dos menos de 20 anos, onde apenas 7,5% não registou qualquer vestígio.

No entanto, o quadro geral que os dados compõem parece dirigir-se mais, apesar disso, ao reconhecimento destes domínios do património e do ambiente social, cultural, económico como âncoras para a singularidade que Macau vê como bastante vantajosa no contexto da República Popular da China, e que passa, sem dúvida, pelo legado português.

Uma singularidade que inclui a presença da língua portuguesa, um dos vestígios mais assinalados pelas inquiridas, ao qual a pesquisa conferiu um espaço particular.

Creemos que advém do reconhecimento da importância que esse legado confere à referida singularidade de Macau o resultado expressivo obtido relativamente à concordância com o seu estatuto de língua oficial na RAEM.

Mesmo que não compreendido por uma larga faixa da população, trata-se de um património que, de qualquer modo, marca presença no quotidiano da cidade, dos nomes das ruas ao de instituições, de designações e procedimentos administrativos ao direito, da comunicação social a escolas, quer na sua forma vernacular, quer integrado, como importação, na língua maioritária e veicular, o cantonês¹¹³.

Nessa especificidade que aporta à cidade, bem como na complementaridade que estabelece com outros vestígios na promoção dessa singularidade, poderá assentar a atitude expressa por 78,3% de inquiridas, que concordam com o único

¹¹³ Apesar de já pouco perceptível ao ouvido mais desatento, é, de facto, em português que é pronunciada a ordem unida das forças de segurança de Macau e vocábulos como “processo” ou “ofício” passaram para o discurso administrativo na língua maioritária.

estatuto que poderá assegurar à LP um futuro na Região para lá de 2049.

O facto de os níveis mais elevados de concordância se registarem ao nível dos grupos etários mais baixos, em particular no grupo de -20 anos, constitui dado de relevo, tendo em conta a possibilidade de tornarem (ou influenciarem) decisores a diversos níveis, nesse momento de reavaliação política do estatuto da LP.

Dela não estará certamente arredada a avaliação social da língua que a pesquisa procurou igualmente abordar junto das inquiridas. A clara discordância manifestada pelo grupo quanto à sua inclusão no currículo escolar e a motivação instrumental, associada à perspetiva laboral, que prevalece na motivação para a sua aprendizagem, lançam questões pertinentes.

Como nos dizem os estudos sobre desenvolvimento curricular, tendo como uma das suas principais e tradicionais fontes a sociedade, o currículo exhibe práticas de representação sobre o que ensinar, ou seja, sobre quais os saberes e competências ¹¹⁴ que, num determinado contexto, um indivíduo deverá desenvolver, de modo a poder não apenas compreender a comunidade em que se insere, mas também a nela poder intervir.

Poder-se-á falar, neste contexto, do currículo como uma legitimação de poderes, ou, como refere Roldão (2003, p.18), citada em Gaspar & Roldão (2007, p.21), “como arena política e social onde se joga a inclusão e a exclusão”. Os conhecimentos e competências que são validados (e os que não o são) representam decisões políticas que exprimem visões e poderes do(s) grupo(s) que os definem e, com eles, formas de conhecer, de interpretar o real e, sobretudo, formas de comunicar e de interagir com o Outro.

Neste contexto, a discordância manifestada pelas inquiridas quanto à inclusão da LP no currículo de estudos sugere uma representação da língua diferente daquela que o estatuto político lhe outorga, o qual não é, como se viu, questionado.

Sendo língua oficial, não é (nem a maioria das inquiridas o quer) língua curricular, rejeitando, assim, a ideia de que a aprendizagem da língua deva ser colocada

¹¹⁴ Gaspar & Roldão (2007, p.86) explicitam-nos como conteúdos conceptuais (saberes referenciais), processuais (processos cognitivos implicados na compreensão do saber) e atitudinais (valores e atitudes).

entre o núcleo dos saberes de interesse estratégico para a comunidade.

Poderá também entender-se aí um afastamento relativamente a uma representação da LP como um património histórico imaterial de significado para o endogrupo, bem como a sua indisponibilidade para o que poderia decorrer, ao nível de sistemas sociais como a educação, da decisão política da oficialização de uma língua - o seu estatuto curricular como reconhecimento de identidades nacionais e a promoção da coesão entre os grupos linguísticos da comunidade.

E, no entanto, todas as inquiridas estão em processo de aprendizagem (não curricular) da LP. A motivação para tal reside, como evidenciaram os dados, fundamentalmente em questões profissionais – estando outorgado a Macau o papel de Macau entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a perspetiva que a posse de competências em LP parece oferecer em termos de acesso ao emprego ou de mobilidade profissional ascendente¹¹⁵.

A associação das três questões analisadas– estatutos oficial e (não)curricular da LP e motivação para a sua aprendizagem – sugere, assim, uma reflexão final. Em resultado da estratégia política da RPC, a LP parece ser suscetível de gerar valor na vida das inquiridas. Essa possibilidade aumenta se Macau se mantiver como âncora nessa estratégia de ligação aos países de língua portuguesa, o que, cumulativamente, contribui para a própria especificidade de Macau no contexto da vasta China.

A decisão da sua aprendizagem parece, para as inquiridas, dever, no entanto, pertencer inteiramente ao indivíduo, pois que não se trata de um saber essencial do ponto de vista do endogrupo.

A língua assume, assim, um valor económico¹¹⁶ em detrimento de um valor social e cultural – suscetível de apresentar maiores potencialidades de relacionamento

¹¹⁵ Não sendo de descurar as 44 inquiridas que assinalaram a “curiosidade” sobre a língua como a motivação para a sua aprendizagem, as 124 que posicionaram a sua resposta na perspetiva profissional constituem, de facto, a maioria significativa.

¹¹⁶ Vários estudos se têm dedicado ao valor económico das línguas, de que é exemplo, para a Língua Portuguesa, a obra coordenada por Reto (2012), onde se assinala o valor estratégico conferido por inquiridos em várias partes do mundo (e também na China) à aprendizagem da LP, associada à motivação profissional. Nela assenta também o forte crescimento que se verifica atualmente na procura da LP na China, onde se passou de 4 universidades onde era ensinada nos anos 80 para as atuais 28.

intergruppal mais favorável aos portugueses em Macau.

Poderá, pois, concluir-se que se confirma o reconhecimento por parte das inquiridas de vestígios da presença portuguesa em Macau que a hipótese em análise avançava, não deixando de se registar uma franja, cujo significado ganha mais expressão nos grupos etários mais altos, onde ele não está presente.

Um reconhecimento que se estendeu a diversos elementos e áreas, associados a diferentes momentos de um processo histórico. Já quanto à questão da sua valorização, e de modo mais evidente para a língua, podendo afirmar-se que ela existe, terão também de se registar as motivações para tal, que parecem aproximar-se, em várias situações, mais dos interesses conjunturais do endogrupo do que de uma visão de património comum a portugueses e chineses.

Uma nota final relativamente à parte técnica do estudo. Como se constatou, não tiveram algumas relações entre os efeitos medidos e as suas hipotéticas causas a necessária validação estatística. O facto de os métodos de contraste estatístico não validarem essa relação não implica que ela não exista em absoluto. Unicamente descartam a possibilidade de que seja tão linearmente simples quanto se poderia assumir nas condições dos pressupostos estatísticos definidos.

Um dos factores que poderá ter concorrido para essa situação é a tendência verificada de as inquiridas, sempre que tal situação se perfilou, terem concentrado significativamente as respostas numa zona de refúgio, com menor exposição pessoal e, do ponto de vista social, apresentando menores riscos. Não é de excluir que algumas opiniões (que poderiam eventualmente ter confirmado a relevância de alguns factores considerados no estudo) possam ter sido ofuscadas pela opção clara pela resposta avaliada como uniformemente correta.

A preservação da face, nos termos em que a enuncia Goffman (2006), como o valor social positivo que, no contexto de uma performance linguística (e, portanto, social, pois que a língua é, antes de mais, um construto social), o individuo procura obter por via da que o seu interlocutor presume ser a linha por ele seguida no quadro da interação em causa, constitui uma questão sensível no contexto sócio-cultural em que decorreu a pesquisa e um factor também de construção de uma identidade social positiva.

Como faz notar Ho, citado por Dong & Lee, a face é um valor essencial da cultura chinesa, definida como

“the respectability and/or deference that a person can claim for him/herself from others, by virtue of the relative position he occupies in the social network and the degree to which he is judged to have functioned adequately in the position as well as acceptably in his social conduct”.

(Ho, 1976, citado por Dong & Lee, 2007, p.402)

Neste sentido, tendo em conta o contexto de realização da pesquisa, não é de excluir que a questão da face possa ter exercido alguma influência e acentuado, em algumas das avaliações sociais relativamente às quais as inquiridas foram chamadas a pronunciar-se, a propensão para dar respostas que as façam não apenas parecer bem, mas sentir-se bem.

A desejabilidade social, definida como a tendência para transmitir uma imagem de si próprio culturalmente aceitável e ajustada às normas sociais (Paulhus, 1991) constitui uma forma de enviesamento¹¹⁷ que poderá apoiar igualmente a compreensão dessa concentração de respostas em opções tanto de uma neutralidade (como é o caso de “Iguais” em 8) como de uma concordância (como no caso de 9.11), ambas de efeito positivo para a identidade social do inquirido. Ou seja, como refere o mesmo autor, pela “impression management (...) subjects are purposefully tailoring their answers to create the most positive social image” (*ibid.*, p.21).

Ainda que podendo constituir factores de enviesamento das respostas, não deixam ambas as questões suscitadas de reforçar, afinal, o próprio enquadramento teórico da pesquisa – a importância dos grupos como elementos estruturadores do contexto e da organização social, no quadro dos quais se constroem e se disseminam representações sociais e se estruturam as relações de pertença ou de dissemelhança que os sujeitos com eles desenvolvem.

¹¹⁷ De entre as medidas de controlo da influência da desejabilidade social identificadas por Paulhus (*ibid.*, p.19), fez o trabalho recurso ao anonimato no preenchimento dos inquéritos e o seu depósito pelo próprio, após preenchido, numa caixa, mas não foi aplicada nenhuma das escalas de medição deste fenómeno.

CAPÍTULO V
CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Como refere Miranda (2001), reportando-se a Tajfel e aos três pilares da TIS (categorização social, identidade social e comparação social), “por mais complexa que seja a visão que um indivíduo tem de si mesmo (auto conceito), tal visão é influenciada pela sua pertença a determinados grupos ou categorias sociais” (p.111).

Dessas pertenças decorre igualmente a partilha de um conhecimento desenvolvido no quadro da comunicação inter-individual que ocorre no interior destes conjuntos sociais, apoiando a construção da realidade que, por imagens, conceitos e práticas, estes perspetivam e defendem.

Assumem, nessa interpretação do mundo, papel de relevo os estereótipos que, enquanto estruturas cognitivas e sociais, como as vê Tajfel (1982), apoiam o indivíduo não apenas na compreensão do lugar que cada grupo ocupa, mas, em simultâneo, na justificação das diferentes posições nas relações intergrupais.

Explorando esta visão teórica, procurou a pesquisa recolher representações e estereótipos sobre portugueses em Macau, concretamente junto de um grupo de 175 mulheres de etnia chinesa residentes naquele território, que esteve sob administração portuguesa até 1999.

Essa presença decorreu sustentada num quadro político-jurídico com fortes implicações sobre a organização social, nomeadamente em termos do estatuto social de portugueses e chineses e do conhecimento social construído sobre os portugueses por parte de uma comunidade que, sendo maioritária, não esteve representada em domínios relevantes dessa organização.

Uma situação significativamente alterada a partir da criação da RAEM, cuja estruturação em torno de “um país dois sistemas” viabilizou, no entanto, a preservação de várias marcas do que a Lei Básica da Região designa como, o “modo de vida” anterior.

Convocavam as três hipóteses formuladas estas dimensões teóricas e contextuais. Assim, fez uma primeira um apelo claro não apenas à identificação de estereótipos sociais sobre portugueses, mas também à determinação da

predisposição atitudinal que, em termos de proximidade social, os sujeitos exibiam relativamente às relações intergrupais com portugueses, envolvendo diversas situações.

Procurou uma segunda, decorrente desta, avaliar a abertura e a valorização conferida à participação dos portugueses na construção da nova realidade social da RAEM relativamente a outras comunidades étnicas de Macau.

Finalmente, verificou a terceira a associação da presença de portugueses na atualidade a um processo histórico em Macau, analisando o reconhecimento e a valorização atribuída a marcas da presença portuguesa na Região, nomeadamente, a língua.

A análise e a discussão dos dados recolhidos procurou não somente verificar e validar estas hipóteses, mas encontrar também as respostas para as questões de partida que nortearam a investigação.

Concluiu a pesquisa que, efetivamente, as imagens sobre os portugueses são globalmente positivas, no sentido em que as marcas estereotípicas identificadas remetem para traços positivamente valorizados quer na cultura do grupo próprio das inquiridas quer, de facto, na cultura do exogrupo.

Tal indicação é reforçada pela predisposição significativamente elevada manifestada pelas inquiridas para a proximidade social com portugueses, conforme indica o IPS apurado. A questão principal da pesquisa, cuja centralidade recaía sobre o sentido favorável para que tais traços apontariam, em direção a relações intergrupais positivas, parecia, desse modo resolvida.

Como se verificou, os dados encerram, no entanto, sentidos adicionais que complementam e limitam mesmo esta leitura mais linear, ao revelarem áreas onde as imagens construídas perdem a positividade e a predisposição para a proximidade recua face a outras.

De facto, o domínio social do “Trabalho” emerge na pesquisa como um espaço do que Bogardus designa como de potencial conflito social. Não apenas os estereótipos sobre os portugueses são, nesse campo específico, marcados pela negatividade, como diminui a predisposição para a proximidade quando as

relações nesse campo envolvem uma perda de poder do endogrupo, definido através de relações hierárquicas favoráveis a portugueses.

É, assim, oportuna a reflexão de Tajfel (1982), quando refere que os conteúdos dos estereótipos, exemplo do modo como “os processos psicológicos sociais contribuem para a textura duma situação social intergrupo objetiva, (...) não se podem dissociar da existência anterior e das características específicas dum conflito de interesses” (p.256-7) que aqui parece tornar-se, deste modo, evidente.

Este recuo assinalado verificou-se igualmente ao nível de relações interindividuais que impliquem a abertura a portugueses de alguns espaços socialmente mais simbólicos (o casamento, o namoro), denotando a intenção de que eles se mantenham preferencialmente no espaço de controlo do endogrupo.

Esta proteção de espaços vitais, que corre em paralelo com níveis reduzidos de contacto social efetivo das inquiridas com portugueses, mesmo ao nível do “Trabalho” (onde, ainda assim, se regista o valor mais elevado), parece apontar para uma organização social ainda significativamente etnicizada, se bem que com o potencial para a mudança para que aponta o IPS.

Afastando-se, como Cabecinhas (2008) enfatiza ser necessário, uma concepção de diálogo como simetria e de interculturalidade como igualdade, esta diferença evidenciada entre a *predisposição para...*, presente no IPS, (com o abrandamento que, no entanto, foi identificado nas situações que encerram o maior simbolismo dessa disposição) e os baixos níveis de contacto social efetivo identificados abre igualmente espaço a uma reflexão adicional da mesma autora.

Evocando um texto de Farmhouse (2008), alude, assim, à necessidade de passar da aceitação do Outro – que os dados evidenciam existir - ao seu efetivo acolhimento e à transformação de ambos nesse encontro, o qual pressuporá níveis de contacto mais elevados e a necessidade de se ir para além de uma abordagem “folclórica”¹¹⁸ da diversidade que predomina num discurso sobre a

¹¹⁸ Weaver (1986), citado por Hanley (1999), associando o conceito de cultura a um iceberg, refere-se a uma abordagem deste tipo como a que se situa ao nível do que designa pela cultura de superfície, ou seja, aquelas manifestações sobre as quais existe uma consciencialização mais imediata como a dança, a gastronomia, a forma de vestir, a arte e a literatura. Na de profundidade, porém, se situa parte significativa dos elementos identitários que marcam o comportamento inter-

exemplar multiculturalidade de Macau que a pesquisa também registou.

Que espaço entende, pois, o grupo de referência dever existir para uma presença de portugueses no novo contexto político-jurídico de Macau e qual a qualidade dessa presença?

Apesar do reconhecimento conferido à importância que a presença portuguesa até 1999 assume para o ambiente social, económico e cultural atual da RAEM, não é particularmente significativa a concordância manifestada pelo grupo de referência relativamente à concessão de autorizações de residência e de trabalho aos portugueses na RAEM na atualidade.

Esse resultado parece, por um lado, reforçar a importância do contexto laboral (e do que lhe está associado, nomeadamente em termos sociais, profissionais e económicos) nas relações intergrupais e a constatação que se trata de um domínio sensível dessas relações. Ainda que Tajfel *et al.* (1971) considerem que a competição não é uma condição necessária para a discriminação do exogrupo, não deixa de acentuar a dicotomização entre um “nós” e um “eles” e a tendência à proteção do grupo próprio.

Se é bem aceite a ideia de ter colegas portugueses não o é, como vimos, a de ter chefes portugueses, cuja média do nível de concordância se situa mesmo a um nível que pode ser considerado não positivo.

Por outro lado, a qualidade dessa presença parece ter igualmente perdido impacto no processo de construção da RAEM. O reconhecimento que é conferido à importância dos portugueses até 1999 não é acompanhado por um reconhecimento significativo do seu papel atual, se se tomar como referência a sua pertinência relativa face a outras comunidades.

A representação expressa de que os portugueses não se distinguem, em termos de importância, face a outras comunidades migrantes, apesar desse capital acumulado no passado, parece também apontar para uma necessidade de preservação, por parte do endogrupo, de uma nova ordem social que chame a si

individual e intergrupais, como concepções do tempo e do espaço, do eu e do outro, de justiça ou de amizade, da beleza ou da modéstia, etc, para as quais o nível de consciência é consideravelmente menor.

a liderança dos processos e diminua o espaço de ação de outros.

Como refere Miranda (2001, p.116), reportando-se a Tajfel, “a sequência: categorização social, comparação social e identidade social conduz, em determinadas condições, a comportamentos intergrupais visando a criação/preservação de distintividade psicológica grupal ou, de forma mais simples, a diferenciação social”.

Essa distintividade psicológica, resultando de processos de categorização e comparação social, pode constituir o mecanismo igualmente presente na atribuição a si próprio, pelo grupo de referência, de representações que apoiem uma identidade social positiva pelo distanciamento face a imagens construídas do exogrupo, socialmente mais negativas.

Esse constitui, aliás, um fundamento da função justificativa das representações (Abric, 2001), a qual, como sintetizou Cabecinhas (2004), seguindo Doise (1984), “se revela nos conteúdos das representações que veiculam uma imagem do outro grupo que justifica um comportamento hostil em relação a ele e/ou a sua posição desfavorável no contexto de interação”.

A representação de que, ao contrário da igualdade com que o grupo de referência representa os portugueses numa escala de inferioridade/superioridade, os portugueses vêem tendencialmente os chineses como inferiores poderá enquadrar-se numa estratégia grupal desta natureza, certamente com implicações ao nível da referida qualidade da participação reservada aos portugueses no desenvolvimento da RAEM.

Um desenvolvimento que não deixou de convocar e de integrar vestígios da presença portuguesa que concorrem para a singularização de Macau no contexto da RPC, tanto uma necessidade (reconhecida na Lei Básica da RAEM), como uma oportunidade.

Desses vestígios, que as inquiridas identificaram em diversos domínios, a pesquisa atribuiu particular relevo à língua portuguesa, concluindo que, se o seu estatuto como língua oficial parece recolher o consenso entre as inquiridas, o mesmo não se regista relativamente à obrigatoriedade do seu ensino curricular. A decisão deve, assim, do seu ponto de vista, permanecer sob sua opção individual,

não se tratando, portanto, de um conteúdo identitário.

O interesse significativo (de que as próprias inquiridas são exemplo) em torno da aprendizagem de uma língua que, apesar de ter acompanhado largos anos de administração portuguesa, pouco foi difundido entre a comunidade chinesa parece, assim, assentar numa representação essencialmente instrumental – a língua portuguesa está associada a uma perspetiva de mobilidade profissional (e social) que decorre, em larga medida, de opções estratégicas conjunturais da política da RPC.

Por si só, este interesse pelo Português poderá, por este motivo, não alavancar mais e melhores contactos e relações intergrupais, nem constituir oportunidade adicional para portugueses¹¹⁹

Sendo essa a porta de entrada – a motivação instrumental – poderá, no entanto, assumir-se exatamente como tal, numa visão mais positiva da questão. Uma maior circulação da LP entre o endogrupo poderá favorecer igualmente a aproximação à cultura, a sociabilidades e a formas de relacionamento intergrupais susceptíveis de criar novos espaços de interação envolvendo portugueses.

Creemos, em suma, ter a pesquisa mostrado existirem imagens representacionais positivas dos *Po Tau Ya* e uma disponibilidade para a proximidade social ao nível das relações intergrupais envolvendo portugueses. Porém, como é próprio dessas relações, há zonas de fricção e de conflito. Como refere Miranda, aludindo a Vala (1999),

“não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação ou preconceito, mas a discriminação e o preconceito que reflectem as relações sociais onde ocorrem e as legitimam, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa [onde se situariam os *Kuailous*] sobre os exogrupos relevantes”

(Miranda, 2001, p.274)

Cumpriram-se assim, pensamos, os objetivos definidos para a pesquisa. Necessitarão algumas das questões abordadas de reflexões e análises

¹¹⁹ A estratégia governativa centra-se na criação do que designa por “talentos bilingues”, o que implicaria uma estratégia correspondente por parte dos portugueses (aprender chinês).

adicionais, baseadas até em amostras que permitam o cumprimento de outro tipo de objetivos do ponto de vista da extrapolação dos dados.

Encerram, por outro lado, os instrumentos de recolha insuficiências quer no modo como foi concebida a formulação dos itens que lhe serviram de base, quer ao nível da própria informação recolhida. São, afinal, limitações que se afiguram próprias deste tipo de trabalho e do próprio estatuto do investigador.

Assume, no entanto, o trabalho o esforço claro de trazer para a discussão um tema que tem, de algum modo, vivido ele próprio de estereótipos construídos de um lado e de outro.

Para além da conveniência de que se poderá revestir a continuidade da reflexão sobre as representações e os estereótipos sociais dos portugueses em Macau, interessante será igualmente estudar aqueles que estão presentes nessa relação intergrupala do lado dos portugueses.

Permitirão estes aportar informação igualmente relevante (e escassa) sobre como se adaptou e evoluiu a presença portuguesa em Macau.

Permitirão os primeiros, onde nos concentrámos, consolidar a compreensão de mecanismos psicossociais com influência na forma como é perspectivada a participação e a integração de portugueses na sociedade chinesa da RAEM. Dos que perspectivam Macau como projeto de vida, como daqueles que, em processo de migração temporária, o elegeram como destino migratório recente.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABRIC, Jean-Claude (1996). Specific Processes of Social Representations. *Papers on social Representations*, vol. 5 (1), Londres: LSE, pp. 77-80
- ABRIC, Jean-Claude (2001). Las Representaciones sociales: Aspectos teóricos. In ABRIC (org.) *Prácticas sociales e representaciones*. México D.F.: Ediciones Coyoacán, pp. 11-32.
- ÁGUA-MEL, C. (n.d.). Um Macau “imaginado” em língua portuguesa”. *Fragmentum* nº 25, Parte II, pp. 11-26
- ALSINA, M. (1999). La comunicación intercultural. Barcelona: Anthropos, pp. 19-80.
- ALVES, Jorge M. (1999). *Um porto entre dois impérios*. Macau: IPOR.
- ANTUNES, F. P. (2009). Macau, sociedade multicultural paradigmática?”. *Revista da Administração*, nº84 vol. 12, pp. 423-429.
- BARTH, F. (org.) (1976). *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México D.F: Fondo de Cultura Económica, pp. 9-49.
- BILLIG, Michael (2002). Henry Tajfel's 'Cognitive aspects of prejudice' and the psychology of bigotry. *British Journal of Social Psychology*, vol.41 (2), pp. 171-189.
- BOURDIEU, P. (1983). “A economia das trocas linguísticas”. In Ortiz, Renato (Org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, pp.156-183.
- BRAZÃO, P.; Garcia-Marques, T. (2004). Valências de atributos pessoais e estereotipicalidade em relação aos *skinheads*. *Laboratório de Psicologia*, (2) 1, pp. 21-32.
- CABECINHAS, Rosa (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, vol.14, 28, p.125-137.
- CABECINHAS, Rosa (2004a). Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais. In *Actas do II Congresso Ibérico de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior*, Covilhã, 21-14 de Abril de 2004.
- CABECINHAS, R. (2008). Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In Cabecinhas, R. & Cunha, L. (Org.) (2008). *Comunicação intercultural – perspectivas, dilemas e desafios*. Porto: Campo das Letras, pp. 7-12.
- CABRAL, J. P. (1993). Novos valores e formas de vida no Macau dos anos 90. *Análise Social* vol. 27 (121), pp. 409-416.
- CABRAL, J. P. (1994). “A complexidade étnica de Macau”. In *Estudos Orientais V – O Oriente hoje, do Índico ao Pacífico*. Lisboa: Instituto Oriental, pp. 209-224.
- CARMO, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da investigação. Guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARVALHO, Marco (2014, 14 outubro). “No fundo do mar tem rocha...”. *Hoje Macau*, pp.18

- CASTLES, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios*. Lisboa: Fim de Século.
- CASTRO, Paula (2002). Teoria das representações sociais em Serge Moscovici. *Análise Social*, vol 37 (164), pp. 949-979.
- CAZALS-FERRÉ, M.; Rossi, P. (2007). *Elementos de Psicologia Social*. Porto: Porto Editora.
- CHUN, L. Kai (2012). Observações sobre o desenvolvimento da sociedade civil em Macau. *Revista da Administração*, nº 95, vol. 25, pp.133-153.
- DIAS, A. (1998). *Sob o Signo da Transição – Macau no Século XIX*. Macau: IPOR.
- DSAFP (2001). *2000 Recursos Humanos da Administração Pública*. Macau: SAFP.
- DSAFP (2014). *2013 Recursos Humanos da Administração Pública*. Macau: SAFP.
- DOISE, W. (1983). Tensiones y explicaciones in psicología social experimental. *Revista mexicana de sociología*, vol. 45, nº 2, pp. 659-686.
- DOISE, W. & Moscovici, S. (1995). Las decisiones en grupo. In Moscovici, S.(Dir.) *Psicología social, I. Influencia y cambio de actitudes. Individuos y grupos*. Barcelona: Paidós, pp. 261-278.
- DSEC (2012). *Resultados dos censos de 2011*. Macau: Centro de Documentação e Difusão de Informação da DSEC.
- DURKHEIM, Émile (1994). Representações individuais e representações sociais. *Sociologia e Filosofia*, pp. 9-54.
- DURKHEIM, Émile (2007). *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- DUVEEN, G. (2000). The power of ideas. In Moscovici, S. & Duveen, G. (Eds) *Social representations – Explorations in social psychology*. Cambridge: Polity Press, pp. 1-17.
- FARMHOUSE, R. (2008). Diversidade e diálogo intercultural. In Cabecinhas, R. & Cunha, L. (Org.) (2008). *Comunicação intercultural – perspectivas, dilemas e desafios*. Porto:Campo das Letras, pp. 13-17.
- FARR, Robert (1996). Les représentations sociales. In Moscovici, S. (Dir.) *Psychologie Sociale*. Paris: PUF, pp.379-389.
- GASPAR, M. & Roldão, M. (2007). *Elementos do desenvolvimento curricular*. Lisboa: Universidade Aberta.
- GEPING, R. (2006). A Lei Básica e a construção duma sociedade harmoniosa em Macau. *Revista da Administração*, nº73, vol. 19, pp. 977-984.
- GOFFMAN, E. (2006). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d'Água
- GRAY, D. E. (2004). *Doing research in the real world*. London: Sage, Cps 2, 8 e

12.

- HA, K. Lai (2005). A cultura das associações e as políticas públicas de Macau. *Revista da Administração*, nº70, vol. 18, pp. 1395-1410.
- HALBWACKS, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.
- JODELET, Denise (1996). Représentation sociale: Phénomènes, concept et théorie”. In MOSCOVICI, S. (Dir.) *Psychologie Sociale*. Paris: PUF, pp. 357-378.
- JODELET, Denise (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (org,) *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp.18-44.
- LaPIERRE, Richard (2010). Attitudes vs Actions. *International Journal of Epidemiology* , nº 39, pp. 7-11
- LEI, Niu (2012). A origem da sociedade civil de Macau e a sua evolução. *Revista da Administração*, nº 96 vol. 25, pp. 417-435.
- LIMA, Laura C. (2008). A articulação ‘themata-fundos tópicos’: por uma análise pragmática da linguagem. *Psicogia: Teoria e Pesquisa*, vol. 24 n.2, pp. 243-246.
- LIMA, M. & CORREIA, I (2013). Atitudes: medida, estrutura e funções. In Vala, J. & Monteiro, M. B. (Coord.) *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 201-243.
- MACHADO, Leonor (2015, 11 de fevereiro). O Papel da FO tem-se limitado à vertente cultural. *Hoje Macau*, nº 3271, pp. 2-3.
- MARKOVÁ, Ivana (1999). Sur la reconnaissance social. *Psychologie & Société*, nº 1, pp. 55-80.
- MARQUES, J. M; Paéz, D. & Pinto I. R. (2013). Estereótipos: antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos. In Vala, J. & Monteiro, M. B. (Coord.) *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 435-492.
- MARTIN, J; NAKAYAMA, T; FLORES, L. (2001). Readings in intercultural communication – experiences and contexts. :Mc Graw Hill, pp.1-21.
- MIRANDA, Joana (1995). Olhares sobre os minoritários. *Discursos*, 10, pp.143-159.
- MIRANDA, Joana (1996). Estereótipos sociais, Definição e abordagens. *Psicologia*, 2/3 (11), pp.101-120.
- MIRANDA, Joana (1998). Comportamento intergrupl – revisão da literatura. *Análise Psicológica*, 4 (16), pp. 599-614.
- MIRANDA, Joana (2005). Dançaria com um caboverdiano, com um Americano ou com um espanhol? Predisposições comportamentais dos portugueses em relação a estrangeiros. In *Actas do III Congresso de Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural*. Elvas 27-29 Out.2005 (pp.630-646).

- MIRANDA, Joana (2006). "Portugueses face a Espanhóis, americanos e cabo-verdianos em Portugal. Distância social, estereótipos e predisposição para a mudança atitudinal". *Psicologia*, XX (2), pp. 167-186.
- MIRANDA, J. (2014). Numa urbe genderizada: vivências dos espaços. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, vol. 5, pp.163-174
- MONTEIRO, M. B. (2013). Relações Intergrupais. In Vala, J. & Monteiro, M. B. (Coord.) *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 493-568.
- MOSCOVICI, S. (1981). On social representations. In Forgas, J. P. (Org.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press, pp. 181-209.
- MOSCOVICI, S. (1988). Notes towards a description of social psychology. *European Journal of Social Psychology*, Vol. 18, pp. 211-250.
- MOSCOVICI, S. (1999). Noms Propres, Noms Communs et Représentations Sociales. *Psychologie & Société* nº1. pp. 81-104.
- MOSCOVICI, S. & VIGNAUX, G. (1994). Le concept de Thémata. In Guimelli, C. (Ed.), *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, pp. 25-72.
- MOSCOVICI, S. & DUVEEN, S. (Eds) (2000). *Social representations – Explorations in social psychology*. Cambridge: Polity Press.
- MUIJS, D. (2004). *Doing Quantitative Research in Education*. London: Sage, cap. 2; 4, 8 e 12;
- NETO, Félix (1998). *Psicologia Social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- NEULIP, J. (2005). *Intercultural communication: a contextual approach*. Paris: Sage Publications, Inc., Cap.I
- NUNES, M. P. (2012). Herança cultural e linguística dos macaenses: considerações em torno das suas origens, evolução e continuidade. *Fragmentum*, nº35 Parte I, pp. 16-25.
- OLIVEIRA, Márcio (2012). "O Conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares". *Debates do NER*, nº22, Jul-Dez 2012, p.67-94.
- PEREIRA, Francisco G. (2010). *Portugal, a China e a "Questão de Macau"*. Macau: IPOR.
- PING, Jin G.; ZHILIANG, Wu (2007). *Revisitar os primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*. Macau: IPOR.
- POCINHO, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa: Lidel
- QUIVY, Raymond & Van Campenhoudt, L., (2005). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RETO, Luis (Coord.) (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Lisboa: Texto Editores

- ROSA, A. (1988). Refletindo sobre a educação em Macau. *Revista da Administração*, nº1 vol. 1, pp. 13-19.
- SALDANHA, A. V. (1995). A “Memória” sobre o estabelecimentos dos portugueses em Macau” do Visconde de Santarém (1845) – Os primórdios da discussão da legitimidade da presença dos Portugueses em Macau. Macau: IPOR
- SANTOS, P. (2015). Macau desafia muito as pessoas que têm fé. *Tribuna de Macau*, 4823, pp. 7-8
- SCHALLER, M (1996). Dynamic social impact and the evolution of social representations: a Natural history of stereotypes”. *Journal of Communication*, 46 (4), pp. 64-77.
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN; L.S.; Cook, S.W. (1976). *Les Méthodes de Recherche en Sciences Sociales*. Montreal: Les Éditions HRW. Caps. 4; 9; 12; Appendice B.
- SILVA, A. (2015, 11 de junho). Camões sim, mas não por inteiro. Mais de metade dos discursos de Chui Sai On sem tradução integral. *Hoje Macau*, nº 3349, pp. 3
- SILVA, A. (2015a, 5 de Março). Fala com ela. Mulheres - Agnes Lam quer mais debate político-social. *Hoje Macau*, nº 3284, pp. 8
- SILVA, Beatriz B. (2015). *Cronologia da História de Macau*. 4 vols. Macau: Livros do Oriente.
- SILVEIRA, R. (2005). *Michel Foucault poder e a análise das organizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 1- 66.
- SIU, Ricardo C. (2008). As mudanças institucionais de Macau e as mudanças sócio-económicas de Macau – Retrospectiva e perspectiva. *Revista da Administração* nº 80, vol. 21, pp. 373-381.
- SOUSA, M. J. & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigações, dissertações, teses e relatórios*. Lisboa: Lidel, pp. 80-100
- TAJFEL, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, vol. 223, nº5, p.96-102.
- TAJFEL, H. (1972). La Catégorisation Sociale. In Moscovici, S. (Dir.) *Introduction à la Psychologie Sociale*, Tomo I. Paris: Librairie Université, pp. 272-300.
- TAJFEL, H. (1982). *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte, Vol. I e II.
- TAJFEL, H. (1982a). Social psychology of intergroup relations”. *Annual Reviews of Psychology*, 33, p.1-39.
- TAJFEL, H; BILLIG, M; BUNDY, R.P. & FLAMENT C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, vol. 1, nº 2, pp. 149-178.

- TAJFEL, H. & TURNER, J. (1979) An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.) *The social psychology of intergroup relations*. Monterey: CA: Brooks/Cole, pp. 33-47.
- TI'EN-TSÊ, Chang (1997). *O Comércio Sino-Português entre 1514-1644*. Macau: IPOR
- TYLER-POWELL, E. (1996). *Analyzing Quantitative Data*. G-3658-6 Program Development and Evaluation. Madison: University of Wisconsin-Extension.
- VALA, Jorge (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, vol. 28 (123-124), pp. 887-919.
- VALA, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, vol. 32 (140), pp. 7-29.
- VALA, J. (2005). Etnicização e estratégias de relação cultural entre os imigrantes e os países de acolhimento: reflexões a partir do caso português. In Barreto, António (Eds.). *Globalização e Migrações*, nº 38. Lisboa: ICS, pp. 273-284.
- VALA, J. & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In Vala, J.; Monteiro, M. B. (Coord.) *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 569-602.
- VALE, A.M. (1997). *Os Portugueses em Macau (1750-1800)*. Macau: IPOR.
- WACHELK, J; Camargo, B. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento". *Interamerican Journal of Psychology*, Vol. 41, Num. 3, pp. 379-390.
- Xin, Pang X. (2012). Estudo sobre estabelecimento do pessoal na administração pública da RAEM, com base na experiência japonesa. *Revista da Administração*, nº 96 vol. 25, pp. 465-481.
- Zhiliang, Wu (2010). Macaulogia construída a partir de um sistema de conhecimento indígena". *Revista da Administração*, nº 88 vol. 23, pp. 525-529.

INFOGRAFIA:

- ARTEAGA, N. & LARA, V. (2004). Violência e distância social. *Papeles de Poblacion* vol. 10, nº 40, abril-junio, pp. 169-191. Acedido julho 25, 2015 em: <http://www.redalyc.org/pdf/112/11204010.pdf>
- DONG, Q. & LEE, Y. (2007). The Chinese concept of face: a perspective for business communicators. Southwest Decision Sciences Institute, pp.401-408. Acedido setembro 28, 2015 em: http://www.swdsi.org/swdsi07/2007_proceedings/papers/401.pdf.
- HANLEY, J. (1999). Beyond the Tip of the Iceberg: Five Stages Toward Cultural Competence. *Reaching Today's Youth*, Vol.3 Issue 2, Winter 1999, pp. 9-12. Acedido julho 12, 2015 em: <https://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=177051>
- MARTINS, I. (2013). *A operacionalização dos princípios da Bioética no*

principialismo de Beauchamp e Childress. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Acedido maio 31, 2015 em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/10612/1/A33634%20IsabelMatosMartins%0DissertaçãoMestrado%20Vf.pdf>

MIRANDA, J. (2001). *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Dissertação de Doutoramento Universidade Aberta, Portugal. Acedido maio 25, 2015 em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2524/4/TD_JoanaMiranda.pdf

PAULHUS, D. (1991). Measurement and control of response bias. In J.P. Robinson; P.R. Shaver & L.S. Wrightsman (Eds.). *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 17-59). San Diego, CA: Academic Press, Inc, 1991. Acedido maio 27, 2015 em: <http://fermat.unh.edu/~mas2/Chapter2-Paulhus.pdf>

PESSOA, Inês (2004). Adeus Macau! Repercussões de um percurso migratório nas trajetórias sociais de jovens portugueses. In *Actas do V Congresso Português de Sociologia*. Braga: Universidade do Minho, 12-15 Maio 2010, pp.40-47. Acedido abril 20 abril, 2015 em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e2a3ea634_1.pdf

ROCHA, M. (2005). Educação, género e poder: uma abordagem política, sociológica e organizacional. Dissertação de Doutoramento Universidade do Minho. Acedido outubro 15, 2015 em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4683>.

TDM (2013, 10 de junho). 10 de Junho: Chui Sai On destaca importância dos portugueses. *TDM – Teledifusão de Macau*. Acedido maio 3, 2015 em: http://portugues.tdm.com.mo/radio_new.php?ra=nd&nid=4362

WAGNER, W; FARR, R.; JOVCHELOVITCH, S.; LORENZI-CIOLDI, F.; MARKOVÁ, I.; DUVEEN, G. & ROSE, D. (1999). Theory and method of social representations. London: LSE Research. Acedido maio 12, 2015 em: <http://eprints.lse.ac.uk/2640>

ANEXOS

ANEXO A
INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS
INQUÉRITO 1 (CH e PT)

Anexo A:
INQUÉRITO 1

葡萄牙人在澳門社會的代表性之研究

本問卷為公開大學的一項研究，標題為「葡萄牙人在澳門社會的代表性」。先感謝閣下抽空填寫。本問卷旨在統計，不記名，閣下所提供的資料是絕對保密。閣下的意見對本研究是非常重要的。

謝謝！

問卷

1. 年齡: _____

2. 職業

3. 按照閣下的經驗以及對澳門葡萄牙人的意見，列出 10 個對其最貼切的形容詞。

請以中文撰寫並按重要性列出（1 - 認為最常見和突顯的特徵, 10 - 認為葡萄牙人具有，但又不太明顯的特徵）

1: _____

6: _____

2: _____

7: _____

3: _____

8: _____

4: _____

9: _____

5: _____

10: _____

多謝合作。

**Anexo A:
TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS INQUÉRITO 1**

**UNIVERSIDADE ABERTA – Mestrado em Relações Interculturais
Pesquisa sobre Representações Sociais dos Portugueses em Mulheres de Macau**

Muito obrigado pela sua colaboração com esta pesquisa. A sua participação é muito importante e ajuda-nos a concretizar um estudo sobre representações sociais dos portugueses em Macau. Os questionários são anónimos e destinam-se apenas a este fim. Não escreva o seu nome em nenhum local.

QUESTIONÁRIO

1. IDADE: _____

2. PROFISSÃO: _____

3. A PARTIR DA SUA EXPERIÊNCIA PESSOAL E DA OPINIÃO QUE TENHA SOBRE OS PORTUGUESES NO CONTEXTO DE MACAU, PENSE EM 10 ADJETIVOS QUE ACHA QUE MELHOR DESCREVEM O CARÁCTER, AS ATITUDES E A FORMA DE SER DOS PORTUGUESES.

ESCREVA-OS PELA ORDEM DE IMPORTÂNCIA (1 – CARACTERÍSTICA QUE CONSIDERA SER MAIS COMUM E EVIDENTE; 10 – CARACTERÍSTICA QUE ACHA QUE OS PORTUGUESES TÊM, MAS MENOS FORTE)

Muito obrigado pela colaboração.

ANEXO B
INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS
INQUÉRITO 2 (CH e PT)

Anexo B

INQUÉRITO 2

敬啟者

本問卷為公開大學的一項研究，標題為「葡萄牙人在澳門社會的代表性」。先感謝閣下抽空填寫。本問卷旨在統計，不記名，閣下所提供的資料是絕對保密。閣下的意見對本研究是非常重要的。

謝謝！

國籍？ (X)	中國	其他

1. 社會人口數據

1. 年齡？ (X)	-20	21-30	31-40	41-50	+50

2. 教育程度？ (X)	中學	學士	碩士	其他

3. 出生地？ (X)	澳門	中國其他省份	其他

如已填寫出生地澳門，
請轉答第四項

3.1. 在澳門多少年？

4. 職業？ (X)	學生		公務員	受雇人士	自雇人士
	中學生	大學生			

2. 對葡萄牙人的意見

5. 在甚麼情況下經常(日常)與葡萄牙人接觸？ (X)		從不	極少	間中	經常
A	工作上				
B	朋友中				
C	在家庭				
D	在學校(經子女)				
E	社交場合(聚會、表演等)				
F	其他：				

6. 從以下50種特質和能力中，按照您在澳門的經驗，請在7.1欄選出五種您認為最具代表澳門葡萄牙人的特徵（無論其在澳門多少年）

1	友善
2	自大
3	有禮貌
4	樂觀
5	無禮貌
6	誠實
7	英俊
8	挑剔
9	勤奮
10	難相處

11	懶散
12	多愁傷感
13	傲慢
14	固執
15	開朗
16	熱情
17	懂享樂
18	自我
19	休閒
20	野性

21	好奇
22	驕傲
23	不守時
24	和藹可親
25	嫉妒
26	幽默
27	高傲
28	懶惰
29	陰險
30	可信賴

31	易相處
32	說話大聲
33	安靜
34	慢條斯理
35	美麗
36	無耐性
37	炫耀
38	熱心助人
39	明白事理
40	易溝通

41	細心
42	是非
43	說謊者
44	好玩得
45	健談
46	大方
47	開心
48	偏見
49	善良
50	決心

6.1 所選的五種特徵：

Nº	Característica

6.2. 請以 + 或 - 標示在已選取的形容詞：如認為該形容詞用於形容中國人是正面的，請填+；如認為該形容詞用於形容中國人是負面的，請填-

+	-

7. 是否同意应该是比较容易发放居留证和工作給葡萄牙人？ (X)	我完全不同意	不同意	既不同意也不反对	同意	完全同意

8. 是否同意葡萄牙人可在澳門特別行政區的部門任領導及主管人員？ (X)	我完全不同意	不同意	既不同意也不反对	同意	完全同意

9. 請就以下的情況指出您的看法：

我並不介意： (X)		我完全不同意	不同意	既不同意也不反对	同意	完全同意
A	巴士上座在葡萄牙人旁邊					
B	與葡萄牙人共舞					
C	與葡萄牙人談戀愛					
D	與葡萄牙人結婚					
E	有葡萄牙人同事					
F	子女有葡萄牙人同學					
G	為自己企業聘請葡萄牙人					
H	子女與葡萄牙人結婚					
I	有葡萄牙人朋友					
J	有葡萄牙人主管					
K	希望沒有這類人在澳門					

10. 對於澳門的現今社會、經濟和文化環境，葡萄牙人在澳門生活至1999的影響，您認為： (X)	完全不重要	少許重要	重要	非常重要	必要

11. 相比中國人，您認為葡萄牙人較為： (X)	極度不及	不及	一樣	超越	非常超越

12. 在您看來，葡萄牙人認為中國人： (X)	極度不及自己	不及自己	跟自己一樣	超越自己	非常超越自己

13. 在澳門特區未來發展的角度來看，怎樣評估葡萄牙人相對於其他移民在澳的重要性： (X)	完全不重要	少許重要	重要	非常重要	必要

14. 請寫出您認為葡萄牙人在澳期間所留下的一個痕跡或一個遺跡	
---------------------------------	--

3. 葡語

15. 是什么原因促使学习葡萄牙语?		(X)
A	职业(目前工作)	
B	职业 (未来可以找到新工作)	
C	家族遺傳	
D	好奇心	
E	其他 請指出	

16. 您認為所有學校都需要必修葡語?	是的	不

17. 您認同葡語是澳門特區的官方語言嗎?	是的	不

18. 為甚麼在澳門很少人說葡語? 請指出您的看法:		我完全不同意	不同意	既不同意也不反对	同意	完全同意
(X)						
A	對於澳門特區的未來，葡語是不重要的					
B	葡萄牙人他执政期间并没有教语言					
C	中國人不想學葡語					
D	现在最重要的，除了粤语，是讲英语					
F	其他 請指出					

多謝合作

Anexo B:

TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS INQUÉRITO 2

Muito obrigado pela sua colaboração com esta pesquisa. A sua participação é muito importante e ajuda-nos a concretizar um estudo sobre representações sociais dos portugueses em Macau. Os questionários são anónimos e destinam-se apenas a este fim. Não escreva o seu nome em nenhum local.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE PORTUGUESES EM MACAU

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Nacionalidade ?	Chinesa	Outra

1. Quantos anos tem? (X)	-20	21-30	31-40	41-50
	1	2	3	4

2. Qual é o seu grau académico?	Ens. Secundário	Licenciatura	Mestrado	Outra (especifique)
	1	2	3	4

3. Onde nasceu? (X)	Macau	Outra Província na R.P. China (qual?)	Outra:
	1	2	3

Se respondeu Macau, avance para a questão 4.

3.1. Há quantos anos reside em Macau?

4. Qual é a sua profissão?	Estudante		Funcionária Pública	Trab. por conta de outrem	Trabalhador independente
	secundário	universidade			
	1	2	3	4	5

2. OPINIÕES SOBRE OS PORTUGUESES

5. Em que situações tem um contacto regular (diário) com portugueses?		Nunca (1)	Às vezes (2)	Frequentemente (3)	Sempre (4)
A	No trabalho				
B	No grupo de amigos				
C	Na família				
D	Na escola (por via dos filhos)				
E	Em situações sociais (festas, e espetáculos,...)				
F	Outra				

6. Da lista de 45 qualidades e competências que se segue, e em função da sua experiência de contacto em Macau, assinale NO QUADRO EM BRANCO as CINCO que, na sua opinião, melhor representam a maneira de ser dos portugueses que residem em Macau, independentemente de há quanto tempo cá estão (leia as opções):

1	Simpáticos
2	Sentem-se superiores
3	Bem educados
4	Otimistas
5	Mal educados
6	Sinceros
7	Charmosos
8	Impertinentes
9	Trabalhadores
10	Trato difícil
11	Preguiçosos
12	Nostálgicos
13	Arrogantes
14	Teimosos
15	Abertos
16	Calorosos
17	Bom vivant
18	Egocêntricos
19	Relaxados
20	Agressivos

21	Hospitaleiros
22	Orgulhosos
23	Não cumprem horas
24	Amáveis
25	Invejosos
26	Sentido de humor
27	Vaidosos
28	Desleixados
29	Traíçoeiros
30	Fiáveis
31	Afáveis
32	Ruidosos
33	Calmos
34	Lentos a trabalhar
35	Bonitos
36	Impacientes
37	Exibicionistas
38	Prestáveis
39	Compreensivos
40	Comunicativos

41	Cuidadosos
42	Intriguistas
43	Mentirosos
44	Divertidos
45	Conversadores
46	Generosos
47	Alegres
48	Preconceituosos
49	Bondosos
50	Determinados

6.1 características que escolho:

Nº	Característica

6.2. Assinale com os sinais + ou- cada um dos adjetivos que escolheu do seguinte modo: se considerar que ele é positivo se fosse atribuído a um(a) amigo (a) seu chinês(a), coloque o sinal +; se considerar que ele é negativo se se tratasse de um(a) amigo(a) seu chinês, coloque o sinal - :

+	-

7. Concorda que deva ser facilitada aos portugueses a concessão de autorizações de residência e de trabalho?	Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Nem concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo plenamente (5)

8. Concorda que os portugueses possam ocupar lugares de direção e de chefia em instituições da Região Administrativa Especial de Macau?	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Nem concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo plenamente (5)

9. Assinale para cada uma das frases propostas o seu nível de concordância (leias as frases)

		Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
		我完全不同意	不同意	既不同意也不反对	同意	完全同意
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
9.1	Sentar-me ao lado de um/uma português(a) no autocarro.					
9.2	Dançar com um/uma português(a).					
9.3	Namorar com um/uma português(a).					
9.4	Casar com um/uma português(a).					
9.5	Ter colegas portugueses.					
9.6	Que os meus filhos tivessem colegas portugueses.					
9.7	Empregar um/uma português(a) na minha empresa.					
9.8	Que os meus filhos casassem com um/uma português(a).					
9.9	Ter amigos portugueses.					
9.10	Ter chefes portugueses.					
9.11	Preferiria que essas pessoas não estivessem em Macau.					
	希望沒有這類人在澳門					

10. : Considera que, para o ambiente social, económico e cultural de Macau nos dias de hoje, a presença portuguesa até 1999 foi:	Irrelevante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Fundamental
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

11. Comparativamente aos chineses, a sua opinião é que os portugueses são:	Muito inferiores	Inferiores	Iguais	Superiores	Muito superiores
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

12. Na sua opinião, os portugueses costumam ver os chineses como:	Muito inferiores	Inferiores	Iguais	Superiores	Muito superiores
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

13. Na perspetiva do desenvolvimento futuro da RAEM, como avalia a importância dos portugueses comparativamente a outras comunidades de imigrantes presentes em Macau:	Irrelevante	Menos Importante	Igual	Mais Importante	Fundamental
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

14. Escreva, por favor, aquilo que considere ser <u>UMA</u> marca ou <u>UM</u> vestígio decorrente da presença dos portugueses em Macau :	
--	--

LÍNGUA PORTUGUESA

15. Qual o motivo que o levou a aprender português? (assinale com X)	
(X)	
A	Profissional (no trabalho atual).
B	Profissional (na perspetiva de novo emprego).
C	Língua de herança (família).
D	Curiosidade.
E	Outra. 其他

16. Acha que a língua portuguesa deve ser obrigatória em todas as escolas?	Sim (1)	Não (2)

17. Concorda que a língua portuguesa seja língua oficial na RAEM?	Sim (1)	Não (2)

18. Sobre a razão pela qual a língua portuguesa é tão pouco falada em Macau, indique o seu nível de concordância com as seguintes afirmações: (leia as opções	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Nem concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)
A	A língua portuguesa não é importante para o futuro da RAEM				
B	Os portugueses não ensinaram a língua durante a sua administração				
C	Os chineses não quiseram aprender a língua				
D	O importante, agora, para além de chinês, é falar inglês				
F	Outra?				

Muito obrigado pela colaboração.